

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS ALTERNATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO
ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA NO
ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP NAS
SUCESSIVAS EXPANSÕES DE MONOCULTURAS DE CAFÉ,
LARANJA E CANA-DE-AÇÚCAR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Guilherme Valagna Pelisson

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

**AS ALTERNATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO
ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA NO
ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP NAS
SUCESSIVAS EXPANSÕES DE MONOCULTURA DE CAFÉ,
LARANJA E CANA-DE-AÇÚCAR**

Guilherme Valagna Pelisson

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. César de David

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PELISSON, Guilherme Valagna
AS ALTERNATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO
ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA NO ESPAÇO RURAL DO
MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP NAS SUCESSIVAS EXPANSÕES DE
MONOCULTURAS DE CAFÉ, LARANJA E CANA-DE-AÇÚCAR / Guilherme
Valagna PELISSON.-2016.
115 p.; 30cm

Orientador: Cesar DE DAVID
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2016

1. Agricultura Familiar 2. Café 3. Laranja 4. Cana-de-
açúcar 5. Tabapuã, SP I. DE DAVID, Cesar II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**AS ALTERNATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO
ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA NO
ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP NAS
SUCESSIVAS EXPANSÕES DE MONOCULTURA DE CAFÉ,
LARANJA E CANA-DE-AÇÚCAR**

elaborado por
Guilherme Valagna Pelisson


Como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Comissão Examinadora



Prof. Dr. Cesar De David – UFSM
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. João Cleps Junior – UFU
(Comissão Examinadora)



Prof. Dr. José Geraldo Wlzniewsky – UFSM
(Comissão Examinadora)

Santa Maria, 04 de março de 2016.

Dedico este trabalho aos meus avós que são a síntese de todo esse estudo, aos meus pais por todo o empenho e dedicação que sempre tiveram em me ver crescer como pessoa e profissionalmente.

Guilherme Valagna Pelisson

AGARDECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e pelas oportunidades.

À Universidade Federal de Santa Maria, em particular ao Centro de Ciências Naturais e Exatas, ao Departamento de Geociências e ao Curso de Mestrado em Geografia pela oportunidade de realizar este curso.

Aos professores do Curso de Mestrado em Geografia e, em especial aos que cursei disciplinas ao longo do mestrado: Prof^ª. Dr.^a Meri Lourdes Bezzi, Prof^ª. Dr.^a. Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Prof. Dr. Cesar de David, Prof^ª. Dr.^a. Vera Maria Favila Miorin, Prof^ª. Dr.^a Solange T. de Lima Guimarães, Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, Prof^ª. Dr.^a. Giancarla Salamoni, fica aqui registrado a minha gratidão pelo conhecimento transmitido.

Ao Laboratório do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET), por proporcionar momentos de descontração e de troca de aprendizagens entre os membros.

À CAPES, pela oportunidade de realizar este estudo com bolsa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Cesar de David, pelo apoio, carinho e dedicação. Registro a minha gratidão por me conduzir na construção do conhecimento e me ensinar técnicas de estudo. Obrigado pelas horas de orientação e pela amizade cultivada.

Aos professores José Geraldo Wizniewsky, João Cleps Junior e Giancarla Salamoni por aceitarem ser banca da defesa de dissertação e por suas contribuições quando foram banca na qualificação da dissertação.

Aos meus pais Rosangela Valagna Pelisson e Warley Celso Pelisson que à distância sempre me acompanharam e me apoiaram nas minhas decisões e escolhas, o meu muito obrigado.

Aos meus padrinhos Rozilene Valagna Mauro e Sílvio José Mauro que sempre me guiaram e me fortaleceram com suas palavras e exemplos de vida, o meu muito obrigado.

Aos meus Tios e Tias, Antônio Valagna e Maria Silvia Alves de Toledo Valagna, Edilson Sérgio Pelisson e Regina Chalegre Pelisson por todo apoio seja nas palavras de carinho, nos conselhos e orações.

Aos meus avôs maternos Pedro Orlando Valagna e Idair Freo Valagna e *in memoriam* aos meus avôs paternos Attílio Pelisson e Rosa Paschoal Pelisson, exemplos de honestidade e admiração, toda a minha gratidão e admiração.

Ao meu irmão Iago Valagna Pelisson.

Ao meu amigo Thales Silveira Souto que se fez presente durante todo o decorrer do mestrado, nas alegrias e nas tristezas.

Aos demais amigos e colegas, o meu muito obrigado por conviverem comigo por esses anos: Marcelo, Tamires, Túlio, Mariana, Glaucia, Juliana, Valquiria, Carla e João.

Aos meus colegas da turma, ingressantes do Curso de Mestrado em Geografia do ano de 2014.

Aos demais conhecidos da Faculdade e de laboratórios, fica aqui o meu muito obrigado.

À minha namorada Fabiane de Oliveira Nascimento pelo apoio, paciência e confiança no decorrer dos meus estudos.

E de forma especial, a todos que contribuíram para a realização deste estudo, de certa forma aos agricultores familiares do município de Tabapuã, principalmente os que me acolheram em suas residências e me confiaram suas histórias, que sem eles, esta pesquisa não seria realizada.

Aos moradores, agentes públicos de Tabapuã que se dispuseram dar informações e de forma muito direta, contribuíram para o amadurecimento desta pesquisa.

O velho agricultor

*Canto meu verso para o velho agricultor
Reconhecendo seu valor por sua forma de plantar*

*Ele agora já tem seu rosto enrugado
Seu andar modificado, mas não para de lutar*

*A sua enxada é sua arma mais potente
Agricultor, cabra valente, homem da mão calejada*

*O cansaço é invisível no seu rosto
Ele tá sempre disposto e não teme qualquer jornada*

*Sua experiência vale um bom troféu
Para o velho agricultor eu tiro o meu chapéu*

*É muito cedo na hora que o galo canta
Quando ele se levanta e bota lenha no fogão*

*Toma um café muitas vezes apressado
Pensando lá no roçado como se fosse o patrão*

*Não há relógio que controle o seu horário
O Sol é seu calendário, seja em que tempo for*

*Cada estação ele sonha com a colheita
Sua fé sempre respeita e trata a terra com amor*

*Sua experiência vale um bom troféu
Para o velho agricultor eu tiro o meu chapéu*

Luiz Wilson

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

AS ALTERNATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP NAS SUCESSIVAS EXPANSÕES DE MONOCULTURAS DE CAFÉ, LARANJA E CANA- DE-AÇÚCAR

**AUTOR: GUILHERME VALAGNA PELISSON
ORIENTADOR: CESÁR DE DAVID**

Neste trabalho almeja-se reconhecer as estratégias dos agricultores familiares frente a expansão das monoculturas de café, de laranja e de cana-de-açúcar no espaço rural do município de Tabapuã, São Paulo. Para isso realizou-se uma investigação em diferentes etapas metodológicas: inicialmente, fez-se a pesquisa bibliográfica; em outra, coletou-se dados secundários (IBGE, Fundação Seade, Casa da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Biblioteca Municipal); e por fim, fez-se o trabalho de campo, primando a realização de entrevistas estruturadas junto aos sujeitos da pesquisa. Salienta-se que a intensa produção dos agricultores desencadeou processos de organização/reorganização socioespacial desta unidade territorial, ocasionando, nesse espaço, a desarticulação e redução da agricultura familiar. A expansão da plantação de monocultivos para a exportação resultou em efeitos no campo deste município. No que tange a monocultura do café, ressalta-se a meação. Em outro momento houve a contratação de trabalhadores temporários (boias-frias) para a colheita da laranja, resultando impactos socioeconômicos. Por fim, ocorreu a substituição de fundamentais culturas e, até mesmo, da área destinada ao café e a laranja, devido a expansão da cana de açúcar. No que tange aos impactos ocorridos à agricultura familiar, aponta-se a dificuldade de manutenção dessa atividade frente aos obstáculos impostos pela expansão das culturas comerciais de interesse no mercado internacional. Portanto, verificou-se os impactos relacionados a expansão das monoculturas no período analisado, bem como, à agricultura familiar, a qual encontra-se desassistida pelo poder público municipal. Além disso, constatou-se a falta de orientação desses agricultores frente a atuação do Estado para o desenvolvimento desta atividade, a qual, por sua vez, caracteriza-se como fundamental abastecedora de alimentos básicos e essenciais para a população brasileira.

Palavras Chaves: Agricultura Familiar. Café. Laranja. Cana-de-açúcar. Tabapuã/SP.

RESUMÉN

Disertación de Maestría
Programa de Posgrado en Geografía
Universidade Federal de Santa Maria

LAS ALTERNATIVAS DE LA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATEGIA DE MANUTENCIÓN Y PERMANENCIA EN EL ESPACIO RURAL DEL MUNICIPIO DE TABAPUÃ, SP EN LAS EXPANSIONES SUCESIVAS DE MONOCULTURAS DE CAFÉ, NARANJA Y CAÑA DE AZÚCAR

AUTOR: GUILHERME VALAGNA PELISSON

SUPERVISOR: CESÁR DE DAVID

Fecha y lugar de la defensa: 04 de marzo 2016, Santa Maria

El objetivo del trabajo es comprender las articulaciones entre agricultura familiar y el agronegocio en el municipio de Tabapuã/SP, a partir del análisis de tres importantes dinamizadores socio-espaciales, los cuales se refieren al cultivo de café, naranja y de caña de azúcar. Por tanto se realizó la investigación a partir de etapas metodológicas. Inicialmente, fue realizada la búsqueda bibliográfica; posteriormente, se colectó datos secundarios (IBGE, Fundación Seade, Casa de la Agricultura, Sindicato de trabajadores rurales y Biblioteca Municipal); en otro momento, fue efectuado el trabajo de campo, sobresaliendo la realización de entrevistas estructuradas a los sujetos de la búsqueda. Se resalta que esas culturas fueran en periodos específicos fundamentales para el proceso de organización/reorganización socio-espacial de esta unidad territorial. Sin embargo, en ese escenario, hubo la desarticulación y reducción de la agricultura familiar. La expansión de la plantación de culturas importantes para el capital internacional resultó en efectos en el campo de este municipio. En lo que concierne a la monocultura del café, se resalta la aparcería. En otro momento se tuvo la contratación de bóias-frias para la colecta de naranja, resultando en impactos socioeconómicos. Por fin, ocurrió la sustitución de culturas fundamentales y, incluso, del área destinada al café y la naranja, debido a la expansión de la caña de azúcar. En lo que concierne a los impactos ocurridos a la agricultura familiar, se apunta a la dificultad de manutención de esta actividad frente a los obstáculos impuestos por la expansión de las culturas comerciales de interés internacional. Por tanto, se verificó los impactos relacionados a la expansión de monoculturas en el periodo analizado, bien como, a la agricultura familiar, la cual se encuentra en profunda desatención del poder público municipal. Además se constató la falta de orientación de esos agricultores frente a la actuación del Estado para el desenvolvimiento de esta actividad, está por su vez, se caracteriza como fundamental abastecedora de alimentos básicos y esenciales para la población.

Palabras clave: Agricultura Familiar. Café. Naranja. Caña de azúcar. Tabapuã/SP.

ABSTRACT

Masters Dissertation
Graduate Program in Geography
Universidade Federal de Santa Maria

ALTERNATIVES OF AGRICULTURE FAMILY AS A STRATEGY OF MAINTENANCE AND PERMANENCE IN THE RURAL SPACE IN MUNICIPALITY OF TABAPUÃ, SP IN SUCCESSIVE EXPANSION OF COFFEE, ORANGE AND CANE SUGAR MONOCULTURES

ACTOR: GUILHERME VALAGNA PELISSON

ADVISOR: CESÁR DE DAVID

Date and place of defence: March 04, Santa Maria

This paper aims to recognize the strategies of family farmers face to expansion of monoculture coffee, orange and sugarcane in rural areas of the municipality of Tabapuã, Sao Paulo. For this we carried out a research on different methodological steps: first, there was the literature; in another, collected secondary data (IBGE, Fundação Seade, Casa da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Biblioteca Municipal); and finally, there was the field work, striving to carry out structured interviews with research subjects. Please note that the intense production of farmers triggered processes of organization / reorganization of socio-territorial unit, resulting in this space, the dismantling and reduction of family farming. The expansion of monoculture plantations for export resulted in effects in the field of this municipality. Regarding the coffee monoculture, it emphasizes the sharecropping. At another point was the hiring of temporary workers (bóias-frias) for the harvest of orange, resulting socioeconomic impacts. Finally, the replacement key cultures occurred and even the area for coffee and orange due to expansion from cane sugar. With respect to impacts occurring to family farming, points up the difficulty of maintaining this activity against the obstacles imposed by the expansion of cash crops of interest in the international market. Therefore, there was the impact from expansion of monocultures in the analyzed period, as well as family farming, which is unassisted by the municipal government. Moreover, there was a lack of guidance these farmers across the work of the state to the development of this activity, which, in turn, is characterized as fundamental supplying basic and essential food for the Brazilian population.

Key Words: Family Farming. Coffee. Orange. Sugar cane. Tabapuã/SP.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População Urbana e Rural de Tabapuã (1940-2010)	35
Tabela 2: Produto Interno Bruto (PIB) de Tabapuã, SP de 1999 a 2012 (em milhões de reais e %).....	36
Tabela 3: Pecuária (2013): Rebanhos (número de cabeças) e produção em Tabapuã	37
Tabela 4: Lavoura Permanente (2013) em Tabapuã	40
Tabela 5: Lavoura Temporária (2013) em Tabapuã	44
Tabela 6: Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial.....	80
Tabela 7: Área Cultivada (em hectare), Tabapuã, 2007/08	94

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Bovinos – Rebanho (cabeça) de 1974 a 2013	38
Gráfico 2: Área plantada de café (em hectares), Tabapuã	53
Gráfico 3: Área Plantada de Laranja (em hectares), Tabapuã	64
Gráfico 4: Área Plantada de Cana-de-Açúcar (em hectares), Tabapuã	67
Gráfico 5: Área plantada (em hectares) de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2013.....	92
Gráfico 6: Quantidade produzida (em toneladas) de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2013	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos estabelecimentos rurais das famílias entrevistadas em Tabapuã	21
Figura 2: Localização do município de Tabapuã, SP.....	23
Figura 3: Bacia hidrográfica Turvo/Grande sendo destacado o município de Tabapuã que está inserido na Sub Bacia Alto Turvo	24
Figura 4: Paisagem da área de pesquisa. Este local é um espaço destinado para a pastagem e pode-se verificar ao fundo da imagem um vale com relevo pouco ondulado – Planalto Ocidental	25
Figura 5: A fotografia retrata um vale do Planalto Ocidental, no município de Tabapuã, onde uma das vertentes encerra-se no rio Turvo – um dos principais afluentes da Sub Bacia Alto Turvo	25
Figura 6: Festa típica e religiosa (católica) que ocorre no bairro rural da Serrinha no município de Tabapuã: Quermesse em louvor ao Santo São José	27
Figura 7: Recinto ondeo corre os rodeios (Festa do Peão de Boiadeiro, por exemplo): Clube do Peão de Tabapuã	27
Figura 8: Alguns dos atrativos turísticos efetivos do município de Tabapuã: Museu da Roça.....	28
Figura 9: Alguns dos atrativos turísticos efetivos do município de Tabapuã: Estância Pau D’Alho.....	28
Figura 10: Alguns dos atrativos turísticos efetivos do município de Tabapuã: Museu do Café São Luís.....	29
Figura 11: Parque Aquático, no município de Olímpia: Thermas dos Laranjais	30
Figura 12: Folder de um evento tradicional no município de Olímpia: Festival do Folclore	30
Figura 13: Sede da Fazenda Água Milagrosa em Tabapuã	37
Figura 14: Exemplar do gado Tabapuã	37
Figura 15: Abacateiro.....	40
Figura 16: Fruta do abacateiro.....	40
Figura 17: Seringueira.....	40
Figura 18: Extração do Látex.....	40
Figura 19: Laranjeira	41
Figura 20: Fruta da Laranjeira.....	41

Figura 21: Limoeiro	42
Figura 22: Fruta do Limoeiro.....	42
Figura 23: Mangueira.....	42
Figura 24: Fruta da mangueira.....	42
Figura 25: Roça de Abacaxi	43
Figura 26: Abacaxi.....	43
Figura 27: Cultivo de Cana-de-açúcar.....	44
Figura 28: Cultivo da Mandioca	45
Figura 29: Cultivo de Milho.....	46
Figura 30: Estação Ferroviária de Japurá.....	50
Figura 31: Antigo local de embarque no trem na estação Japurá da linha-tronco Araraquara à Rubinéia	51
Figura 32: Estação Ferroviária de Japurá	51
Figura 33: Antigo local onde se comprava as passagens de trem na estação Japurá	51
Figura 34: Espaço rural que era destinado a produção de café, secagem dos grãos no “terreirão” e armazenamento na Tuia em Tabapuã	52
Figura 35: Distribuição de Área Cultivada e Número de Produtores de Café, 2007/08	54
Figura 36: Distribuição de UPAs, 2007/08	55
Figura 37: Localização de Pomares de Laranja no estado de São Paulo, 1990/91	58
Figura 38: Distribuição de Área Cultivada e Número de Produtores de Laranja, 2007/08	59
Figura 39: Distribuição de UPAs, 2007/08	59
Figura 40: Distribuição de Área Cultivada e Número de Produtores de Cana, 2007/08	68
Figura 41: Distribuição Geográfica 2007/08	69
Figura 42: Mapa do monitoramento do cultivo da cana-de-açúcar via imagens de satélite: dados do município de Tabapuã – SP, safra 2013	70
Figura 43: Moradia cedida pelo dono do estabelecimento	84
Figura 44: Moradia cedida pelo dono do estabelecimento	84
Figura 45: Moradia própria.....	84
Figura 46: Moradia própria.....	84
Figura 47: Fossa séptica em má conservação.....	85
Figura 48: Abastecimento d’água por poço artesiano.....	85
Figura 49: Local destinado para se queimar o lixo do estabelecimento.....	85
Figura 50: Cultivo de cana-de-açúcar.....	86

Figura 51: Cultivo de Seringueira.....	86
Figura 52: Cultivo de Limão.....	86
Figura 53: Cultivo de Mamão.....	86
Figura 54: Cultivo de Mandioca.....	87
Figura 55: Cultivo de Abacaxi.....	87
Figura 56: Cultivo de Laranja.....	87
Figura 57: Cultivo de banana.....	87
Figura 58: Cultivo de Abacate.....	87
Figura 59: Horta.....	87
Figura 60: Suinocultura.....	88
Figura 61: Pecuária.....	88
Figura 62: Maquinário Agrícola.....	89
Figura 63: Maquinário Agrícola.....	89
Figura 64: Maquinário Agrícola.....	89
Figura 65: Maquinário Agrícola.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Procedimentos metodológicos	18
1 TABAPUÃ: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E RURAL	23
1.1 Nuances da relação cidade-campo em Tabapuã	34
1.2 Os usos produtivos do espaço rural de Tabapuã	36
2 A MONOCULTURA DO CAFÉ, DA LARANJA E DA CANA-DE-AÇÚCAR E SUAS ESPECIFICIDADES	47
2.1 O Café	48
2.2 A Laranja	56
2.3 A Cana-de-açúcar	64
3 AS ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE A EXPANSÃO DO AGRICULTURA PATRONAL.....	73
3.1 Os agricultores familiares	82
3.2 Perfil da agricultura familiar.....	83
3.2.1 Infraestrutura do estabelecimento	84
3.3 Produção e comercialização agrícola.....	86
3.4 Percepção da paisagem e do turismo.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE.....	110
a) ROTERIRO DE ENTREVISTA REALIZADO NA FAZENDA ÁGUA MILAGROSA NO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ	111
b) ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO JUNTO AOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ	113

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as transformações sócioespaciais ocorridas no espaço rural do município de Tabapuã, ocasionadas pelo desenvolvimento regional em que se expandiram monoculturas como a do café, laranja e cana-de-açúcar. Justifica-se a escolha desses cultivos para análise, devido as transformações resultantes no campo, as quais permitiram a evolução no cenário econômico, político, espacial, ambiental e cultural desta unidade territorial. Estas por sua vez, foram prejudiciais para o desenvolvimento da agricultura familiar, gerando impactos a este segmento.

Neste estudo, entende-se como agricultores familiares aqueles indivíduos que constituem uma base familiar para manter a propriedade rural e que se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ou seja, possuem até quatro (4) módulos fiscais, o que em Tabapuã corresponde a 64 hectares, porém a lei não só se refere a área, mas também a renda e a condição da propriedade, seja ela do proprietário, cedida por empregador ou até mesmo ocupada¹.

A intenção deste trabalho é a de ampliar os estudos do espaço rural do município de Tabapuã, SP principalmente sobre a temática da agricultura familiar. A qual, no período de expansão da monocultura do café e da laranja, se organizava por meio da meação (meeiros) e/ou com auxílio de trabalhadores volantes (boias-frias), alternativas encontradas para resistirem no campo. Porém, pretende-se demonstrar com essa pesquisa que a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, e em específico com o arrendamento de terras para o plantio do cultivo da cana, promoveu o avanço da agricultura patronal sobre a agricultura familiar (principalmente substituindo os cultivos de alimentos).

Assim, o objetivo geral do trabalho é compreender e identificar as estratégias dos agricultores familiares frente a expansão das monoculturas do café, da laranja e da cana-de-açúcar no espaço rural do município. Os específicos são: 1) periodizar o avanço das monoculturas no município e entender suas especificidades bem como a agricultura familiar e a agricultura patronal; 2) caracterizar a agricultura familiar e agricultura patronal; 3) investigar as articulações entre agricultura familiar e agricultura patronal no município; 4) avaliar as sucessões de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

A problemática consiste na seguinte questão: A agricultura familiar sempre esteve presente no espaço rural do município de Tabapuã, mesmo nos períodos de grande expansão

¹ No caso de ocupado ou cedido por empregador não necessariamente precisa estar dentro da delimitação de 64 hectares.

das monoculturas do café e da laranja. No entanto, a intensa e acelerada expansão recente da cana-de-açúcar, pode romper o frágil equilíbrio que havia entre agricultura familiar e agricultura patronal?

Para alcançar esses objetivos e responder a problemática, o trabalho foi desenvolvido de acordo com os seguintes procedimentos metodológicos

Procedimentos metodológicos

Neste trabalho realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa, em que os dados quantitativos coletados, foram utilizados para apresentar um panorama geral do município, abordando dessa forma temáticas de grande importância que adquirem grande visibilidade através de informações estatísticas. Os métodos quantitativos de acordo com Richardson (2008) são utilizados no desenvolvimento da pesquisa e fornecem uma precisão dos resultados, ou a intenção, evitando distorções de análise e interpretação, contribuindo, portanto para uma melhor margem de segurança quanto às deduções.

Nesse sentido, os dados quantitativos utilizados foram obtidos através dos Censos Demográficos e Agropecuários do IBGE², projeto LUPA da Fundação Seade, CANASAT³, assim como consultas em órgãos públicos e outros estudos da região que apresentassem dados estatísticos de interesse para este trabalho.

Dessa forma, destaca-se que foram realizadas visitas a unidade de Catanduva e São José do Rio Preto, SP, no IBGE, na qual realizou-se uma pesquisa documental de cunho quantitativo, onde buscou-se dados sobre a composição da população do município de Tabapuã nos Censos Demográficos (que estavam disponíveis nestas unidades) dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. E dos cultivos de café, laranja e cana-de-açúcar, nos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995 e 2006 e Produção Agrícola Municipal de 2013.

A obtenção desses dados foi necessária para que se pudesse fazer uma análise da população que ocupava a área atualmente pertencente ao município de Tabapuã, já que durante a realização destes Censos na área desse município haviam distritos, que hoje estão emancipados.

Ao fazer referência a esse tipo de levantamento de dados Gil (1999), destaca que a diferença entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica é a natureza das fontes.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

³ Mapeamento de Cana via imagens de satélite e Observação da Terra.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999, p.66).

De acordo com Gil (1999) as fontes documentais podem referir-se a documentos de primeira mão que não receberam tratamento nenhum, tais como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc, e a documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas.

Também, buscou-se informações em primeira mão na Prefeitura Municipal de Tabapuã e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais que complementassem as já existentes. Contudo, as informações quantitativas serviram para explicar uma determinada realidade, mas a compreensão da mesma fundamentou-se nas informações qualitativas.

Dessa forma a utilização das duas abordagens, cada uma com seu uso apropriado, foram capazes de gerar resultados, visto que a abordagem quantitativa possui força na validade externa, já que seus dados podem ser generalizáveis para um conjunto, porém demonstram fragilidade na validade interna, já que podem não representar a realidade de determinado local (LINDNER, 2011, p.24).

De outra forma, “a abordagem qualitativa possui força na validade interna ao focar as particularidades e especificidades locais e fragilidade na validade externa, pois tem pequena probabilidade de generalização” (LINDNER, 2011, p.24). Dessa forma, para Neves (1996) o uso dos dois métodos se complementa, ou seja, mesmo diferindo na forma e ênfase, os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem, sendo que o método qualitativo traz uma contribuição intuitiva para um trabalho racional.

O ponto forte da abordagem qualitativa encontra-se nas particularidades e especificidades dos fenômenos (LINDNER, 2011, p. 24). Segundo Richardson (2008), a abordagem do método qualitativo justifica-se por ser uma forma de fenômeno social que tem como objetivos, situações complexas ou estritamente particulares.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2008, p. 80).

Para Creswell (2007), a pesquisa qualitativa se baseia em texto e imagem, perpassando por diversos métodos, como observações diretas, entrevistas. Em um primeiro momento, como

forma de coletar as informações qualitativas buscou-se as bases históricas do local estudado. A pesquisa histórica, na concepção de Richardson (2008), se preocupa com o registro escrito dos acontecimentos.

Dessa forma, utilizou-se de fontes primárias e secundárias na pesquisa sobre a história do município de Tabapuã e do Noroeste Paulista. As fontes primárias referem-se a relatos de moradores do município e da região, além de fotografias antigas e visitas aos Museus e órgãos do município que contribuíram para o entendimento das informações obtidas através das fontes secundárias, em livros e trabalhos acadêmicos sobre a temática. A observação representou outra etapa de fundamental importância nesta pesquisa.

Em relação a observação Gil (1999) coloca que, essa técnica realiza um papel fundamental para a pesquisa, presente em todo o trabalho e em variadas etapas desde a criação do problema até a análise dos dados, mas é na coleta de dados que acaba sendo mais utilizada, aliada a outras técnicas ou com um formato mais exclusiva. Dessa forma, a observação nessa pesquisa consistiu nas etapas de pesquisa de campo onde se observou a paisagem estática e móvel do município de Tabapuã.

Para Richardson (2008, p.259) “[...] observação é o exame minucioso ou a mirada atenta sobre um fenômeno no seu todo ou em algumas partes; é a captação precisa do objeto examinado”. Dessa forma, a partir de um diário de campo foram feitas as considerações e além das anotações, foram feitas diversas fotografias com a câmera fotográfica digital Sony DSC W630 prata 16.1MP, ZOOM ÓPTICO 5X, LCD 2.7, as quais serviram para ilustrar as descrições apresentadas ao longo do estudo.

Concomitantemente, as outras técnicas de pesquisa citadas, realizaram-se entrevistas com informantes qualificados. Para a seleção dos entrevistados e dos critérios para serem analisados, buscou-se trabalhos de autores que têm publicações acadêmicas voltadas para a agricultura familiar. E concluiu que os informantes selecionados (os sujeitos) seriam de participação ativa, escolhidos de forma aleatório, que fossem agricultores familiares, que as propriedades se enquadrassem na lei 11. 326 de 24 de julho de 2006, a mão de obra fosse familiar e que a propriedade fosse própria, cedida, alugada ou ocupada. Também foram selecionados, sujeitos influentes nas tomadas de decisões políticas e sociais no município, além de pessoas externas ao local que tivesse informações de grande valor para a temática estudada.

A escolha pela entrevista deu-se por esta representar uma técnica que possibilita obter do entrevistado suas descrições pessoais, como ele identifica os problemas e o contato com o sujeito da pesquisa. Todas as entrevistas realizadas neste estudo foram entrevistas guiadas.

Nesse tipo de entrevista, segundo Richardson (2008), o pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e com base neles formula alguns pontos para tratar na entrevista.

As perguntas dependem do entrevistador e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como quiser guiado pelo entrevistador. A liberdade de expressão do entrevistado nesse caso possui uma importância fundamental, pois a intenção das entrevistas nesse estudo foi a de entender o que os entrevistados pensavam sobre determinados assuntos, ou seja, suas percepções (LINDNER, 2001, p. 82).

Portanto, foram realizadas diversas visitas ao município de tabapuã nos meses de julho e dezembro de 2014 e janeiro, fevereiro, março, abril, junho e julho de 2015, objetivando coletar informações através de entrevistas, observações, conversas informais com membros da comunidade e representantes dos poderes públicos, além de pesquisas documentais na Biblioteca Municipal e Museus.

As propriedades escolhidas para a aplicação dos questionários foram as da margem da Rodovia Vicinal Jerônimo Inácio da Costa, Rodovia Tab / Olímpia Antônio Ricardo de Toledo e Estrada Vicinal Guilherme Valagna por serem de melhor acesso.

Figura 1: Localização dos estabelecimentos rurais das famílias que foram entrevistadas em Tabapuã



Fonte: Google Maps (2015)
Org.: PELISSON, G. V. (2015)

Foram entrevistados 20 agricultores, do número de 30 propriedades proposta, apenas 20 propriedades foram encontradas com moradores, as demais tinham anexado a propriedades maiores ou mesmo não morava mais ninguém.

Com o campo pretendeu-se entender a lógica predominante que se estabeleceu e estabelece no meio rural tabapuanense, o perfil dos estabelecimentos rurais e as condições atuais dos estabelecimentos selecionados para as entrevistas.

O contato com a realidade por meio da observação, diálogo e registro fotográfico proporciona uma dialética com outros registros de outros pesquisadores ocasionando no debate que fundamentam a pesquisa. No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto (SUERTEGARAY, 2009, p.2).

E com os dados obtidos, pode-se mensurá-los e equipara-los com o corpo bibliográfico levantado, com as informações obtidas em órgãos municipais, como o da Secretaria da Cultura, Biblioteca Municipal e Casa da Agricultura (documentos, mapas).

Além de investigar grandes produtores rurais detentores da maior parte de área plantada e colhida em hectares no município, para assim poder entender os efeitos ocasionados pelos mesmos, atentou esta investigação para os agricultores familiares, que é o foco deste estudo.

Todas essas informações de caráter qualitativo tiveram como principal função a busca pelo entendimento do lugar, segundo Lindner (2011, p. 26) “se expressa baseado nos detalhes, nas particularidades, nos símbolos e nas diferentes percepções, seja a das pessoas que diretamente vivenciam o lugar, ou as de visitantes e pesquisadores que expressaram suas opiniões a respeito deste”. Dessa forma, as diversas informações obtidas na pesquisa de campo possibilitaram a caracterização da dinâmica espacial e social do município de Tabapuã.

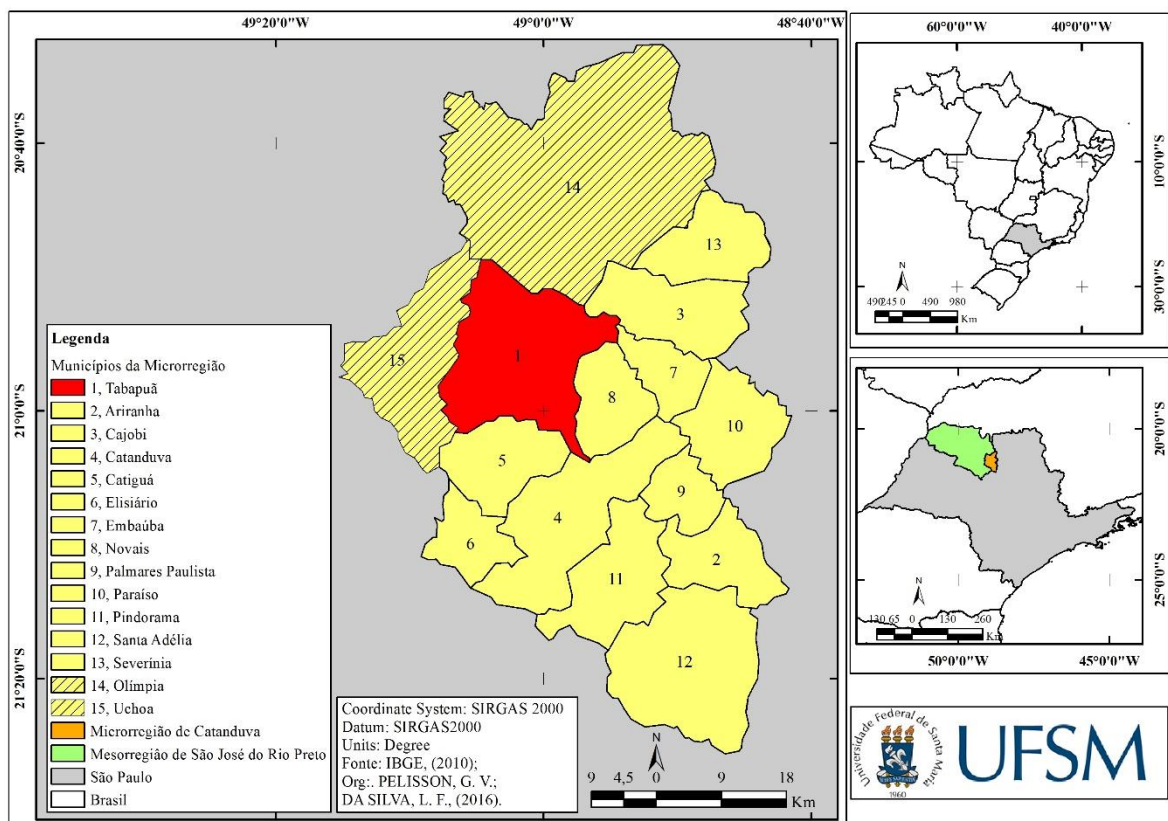
Cabe então, nesse contexto partir para a compreensão da formação e do desenvolvimento do espaço agrário e rural do município de Tabapuã.

1 TABAPUÃ: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E RURAL

Nesse capítulo busca-se caracterizar geograficamente a área de estudo, por meio de dados, informações e fontes que registram desde a emancipação política-administrativa, o crescimento populacional, os aspectos econômicos, sobretudo a produção agrícola, os cultivos e as criações de animais. Para isso esse capítulo foi subdividido em dois subcapítulos: 1.1 Nuances da relação cidade-campo em Tabapuã e 1.2 Os usos produtivos do espaço rural.

Tabapuã encontra-se localizada no estado de São Paulo, na Microrregião Geográfica de Catanduva, que por sua vez insere-se na Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto, na porção do estado geralmente designada apenas como Noroeste Paulista, como pode ser visualizado na figura 2. A sede está a 516 metros de altitude e o município de Tabapuã faz divisa com os municípios de Catiguá, Uchoa, Novais, Olímpia, Catanduva, Cajobi e Embauba.

Figura 2: Localização do município de Tabapuã, SP



Fonte de dados: IBGE (2010)

Organização: PELISSON, G. V.; DA SILVA, L. F. (2016)

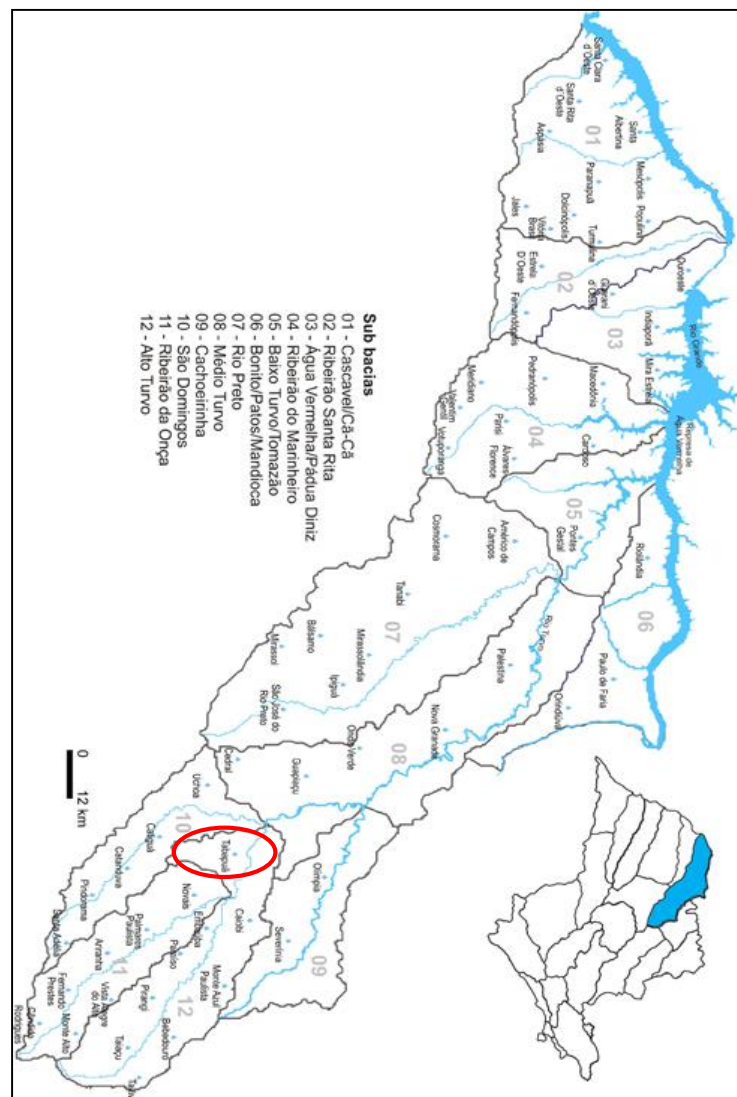
Na hidrografia do município destacam-se os Rios da Onça e Turvo pertencentes a bacia hidrográfica do Turvo/Grande e a sub bacia Alto Turvo (figura 3). Na Bacia Hidrográfica Turvo/Grande o uso preponderante de água é para a irrigação e segundo Hernades, et al (2006)

existem 976 irrigantes (33,8%) que captam água da superfície, representando 37,7% dos requerimentos de outorgas e de acordo com o autor foram requeridos 917 (31,7%) outorgas exclusivas para a irrigação.

O aumento das solicitações de outorgas poderá levar à situações de conflito pelo uso da água e ao surgimento de bacias consideradas críticas, agravadas pelo fato de muitos dos irrigantes não dispor de outorga de uso da água (HERNANDES, et al, 2006, p.2).

Com o acelerado crescimento populacional e das atividades agroindustriais nas últimas décadas no estado de São Paulo, vem ocorrendo o aumento do consumo de água urbana, industrial e agrícola, e conseqüentemente uma sensível deterioração da qualidade desse recurso natural.

Figura 3: Bacia hidrográfica Turvo/Grande sendo destacado o município de Tabapuã que está inserido na Sub Bacia Alto turvo



Fonte: CBH GRANDE⁴ (2015)

⁴ Disponível em: < <http://www.grande.cbh.gov.br/UGRHI15.aspx>>. Acesso em: 10 Ago 2015

Dispor de terra e água, mais ainda, controlá-las, possibilita ao capital condições para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 97).

A geomorfologia do município é denominada de Planalto Ocidental (figura 4 e 5), devido ter uma superfície pouco ondulada e de vales encaixados. Esse domínio morfológico contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e da colonização do Oeste do estado de São Paulo, devido a aceitação da monocultura do café.

Figura 4: Paisagem da área de pesquisa. Este local é um espaço destinado para a pastagem e pode-se verificar ao fundo da imagem um vale com relevo pouco ondulado – Planalto Ocidental



Figura 5: A fotografia retrata um vale do Planalto Ocidental, no município de Tabapuã, onde uma das vertentes encerra-se no rio Turvo – um dos principais afluentes da sub bacia Alto Turvo



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Nas figuras 4 e 5 pode-se perceber características do planalto ocidental que segundo Ross e Moroz (1997, p. 42) “possui o relevo levemente ondulado onde predominam as colinas amplas e baixas com topos aplainados. Essas figuras são da área onde foram realizadas as entrevistas.

E Criscuolo e Hott (2005) complementam que o planalto ocidental paulista se divide em quatro: Planalto de Marília, Planalto de Catanduva (na qual Tabapuã está inserida), Planalto de Monte Alto e Áreas Indivisas.

Sobre a gênese do desenvolvimento sócioespacial de Tabapuã: dá-se início no final do século XIX. De acordo com dados históricos do IBGE (2014),

(...) quando da passagem de Dom Pedro II e suas tropas com destino ao porto do Taboado, formou-se as margens do Rio Limeira um agrupamento de casebres, que recebeu o nome de Rancharia. Mais tarde, esse agrupamento transferiu-se para as margens da Estrada do Taboado, que ligava Jaboticabal ao porto do mesmo nome. Passou, então, o povoado a desenvolver-se, dada a boa qualidade de suas terras, que formavam as glebas Rancharia, São Lourenço do Turvo e São Domingos.

Sua formação administrativa, segundo dados históricos do IBGE (2014) deu-se da seguinte forma: o povoado de Rancharia foi elevado a distrito de Paz com o nome de Tabapuã (do Tupi-guarani, onde Taba refere-se a casa e Pua quer dizer reunião), no município de Monte Alto, pela Lei Estadual Nº 1075, de 22 de agosto de 1907, e sua emancipação política administrativa deu-se em 27 de novembro de 1919.

A partir desse marco, o município começou a produzir, receber moradores, a desenvolver-se e também sofrer transformações no seu espaço físico. Atualmente se encontra de acordo com o IBGE (Censo Demográfico, 2010), com uma área de 345,581Km² e uma população de 11.366 habitantes, dos quais 10.522 (92%) vivem no perímetro urbano e 844 (8%) habitam a área rural. Com uma população estimada em 2014 de 12.027 (IBGE, 2015). Desta forma, em 2010 tinha-se 32,88 habitantes por Km², o que indica baixa densidade demográfica. Vê-se, portanto, que se trata de um município de pequeno porte e com população reduzida.

Os acessos ao município de Tabapuã se dão por meio da BR – 456, Rodovia Vicinal Jerônimo Inácio da Costa, pela Av. Calil Chame, Rodovia Vicinal Tab-Olímpia Antônio Ricardo de Toledo, UCH-410. De Catanduva (sede da Microrregião Geográfica) para o município estudado, conta-se aproximadamente 29 quilômetros, de São José do Rio Preto (sede da Mesorregião Geográfica) são por volta de 40 quilômetros e da capital São Paulo consta 422 quilômetros.

O município de Tabapuã conta com festas típicas e tradicionais como o Juninão, que ocorre no mês de Junho, Festa do Peão de Boiadeiro no mês de Julho e quermesses no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora dos Remédios que se localiza no centro da cidade em várias épocas do ano e a tradicional quermesse no bairro rural da Serrinha que ocorre duas vezes ao ano, uma no último final do mês de maio referente a coroação de Nossa Senhora e outra no mês de setembro em louvor a São José (figura 6) com a venda de assados como frango, leitoa e jogos, como o bingo.

Percebe-se então a ruralidade, ou seja, expressões do rural no urbano e também a tentativa da preservação da cultura local.

Figura 6: Festa típica e religiosa (católica) do município de Tabapuã: Quermesse em louvar ao Santo São José



Figura 7: Recinto onde ocorre os rodeios (Festado Peão de Boiadeiro, por exemplo): Clube do Peão de Tabapuã



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Um dos exemplos é a figura 7 que é o recinto onde ocorre a festa do peão de boiadeiro, com montarias em bois, dentre outros atrativos, percebe-se que o mesmo tem a forma de ferradura (que é um acessório utilizado na pata do cavalo).

Evidencia-se por meio dessas características que por mais que a população urbana seja superior à da rural há presença e resgate de modo de vida, dos costumes que são típicos da área rural, o que não quer dizer que seja sinônimo de atraso, mas sim da força desse setor na comunidade tabapuanense.

Uma atividade recente no município é sua inserção na Associação de Turismo Rural do Noroeste Paulista (ATRNP), que foi criada no ano dia 10/12/2010.

De acordo com Associação, a mesma é formada por produtores rurais, artesãos, profissionais da área de turismo e da gastronomia. Tendo como objetivo comum: agregar valor a suas propriedades, serviços, e produtos e semear a ideia de que o resgate das tradições, do patrimônio e da cultura podem contribuir para a valorização do Turismo Rural e do Interior.

A Associação é formada por representantes dos municípios da região de São José do Rio Preto: Potirendaba, Uchoa, Tabapuã, Ibira, Catanduva, Mirassol, Ipiruá, Tanabi, Poloni, Sabino, Lins, Nova Itapirema, Paraíso, Bady Bassitt, Borborema, Urupês e Araraquara.

No mês de novembro de 2015, o SEBRAE lançou um catálogo denominado de Circuitos Turísticos: Pontos Turísticos, gastronomia, hospedagem e gastronomia especiais, sobre o Noroeste Paulista evidenciando os municípios que fazem parte do Circuito Noroeste Paulista: Catanduva, Ibirá, Novo Horizonte, Olímpia, São José do Rio Preto, Sales, Tabapuã e Uchoa.

Com isso oficializa espaços que surgiram no município com a finalidade tanto de atrair turistas quanto destinados a preservação da cultura regional, como o do Centro Cultural Flávio Rangel, Museu da Roça Prof. Mario Tertuliano Jardim Ornellas, Museu da Macadâmia,

Pesqueiro Chiquinho Ricardo na Estância Pau D'Alho e Museu do Café São Luís no Sítio São Luís, antiga fazenda São Luís, representados nas figuras 8, 9 e 10.

Figura 8: Alguns dos atrativos turísticos efetivos do município de Tabapuã:
Museu da Roça



A



B

Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Figura 9: Alguns dos atrativos turísticos efetivos do município de Tabapuã: Estância
Pau D'Alho



A



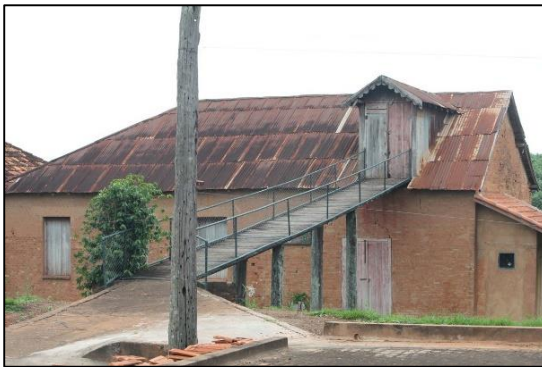
B



C

Fonte: Secretária da Cultura (2015)⁵

Figura 10: Alguns dos atrativos turísticos efetivos do município de Tabapuã: Museu do Café São Luís



A



B

Fonte: Secretária da Cultura (2015)⁶

A figura 8 refere-se ao espaço do turista ou museu da roça, traz objetos do rural do noroeste paulista, destacando os bairros rurais do município de Tabapuã: Serrinha, Estrela e Japurá e a raça de gado Tabapuã. O museu reproduz espaços do rural, como equipamentos de trabalho, características locais.

A figura 9, demonstra os atrativos da Estância Pau D'Alho, as fotos apresentadas referem-se ao galpão de eventos onde ocorre confraternização de eventos e o turista pode ter contato com a natureza, com a “simplicidade” do rural e desfrutar de comidas típicas. A figura 10 traz um registro da herança do tempo do café, atenta-se pela estrutura da construção, como pode ser visualizado o “terreirão” e o local onde realizava o beneficiamento do café, que hoje

⁵ Disponível em: <http://tabapua.sp.gov.br/home/index.php/secretarias/cultura/181-tabapua-participa-da-11-semana-de-museus>. Acesso em: 10 Ago 2015.

⁶ Disponível em: <http://tabapua.sp.gov.br/home/index.php/secretarias/cultura/181-tabapua-participa-da-11-semana-de-museus>. Acesso em: 10 Ago 2015.

guarda a história da cafeicultura. Todos esses museus mencionados voltam-se para a preservação do rural e o resgate da cultura caipira.

Um dos fatos que contribui para a inserção do município no circuito é que o mesmo é limítrofe do município de Olímpia, o qual já tem um turismo consolidado, devido possuir o quarto maior parque aquático do mundo⁷ (figura 11) e ser a capital do Folclore Nacional, onde todo o mês de agosto ocorre a festa típica, como consta na figura e 12.

Figura 11: Parque aquático, no município de Olímpia: Thermas dos Laranjais



Fonte: THERMAS⁸

Figura 12: Folder de um evento tradicional no município de Olímpia: Festival do Folclore



Fonte: FESTIVAL DO FOLCLORE⁹

A figura 11, dos Thermas Laranjais, explora a oferta turística do município de Olímpia, é um parque aquático de águas termais e há todo um complexo turístico ao redor e em outros pontos da cidade, com hotel, agências e a figura 12 refere-se a um folder de um tradicional evento ocorrido no mesmo município que atraem visitantes de todas as partes do Brasil. Ambos atrativos são responsáveis por atrair turistas em grande escala. Esses perpassam pelo município de Tabapuã, pôr o mesmo ter uma das principais rotas rodoviárias para adentrar a cidade de Olímpia. Os responsáveis pelo turismo em Tabapuã acreditam que esse fator contribui para que o município pertença a rota turística do circuito do noroeste paulista.

⁷ Informação concedida por meio do programa de televisão “Fantástico”, do canal Globo: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/08/parque-aquatico-de-sp-e-acusado-de-tirar-agua-de-forma-ilegal-de-aquifero.html>

⁸ Disponível em: <http://www.termas.com.br/>. Acesso em: 10 Ago 2015

⁹ Disponível em: <http://www.folcloreolimpia.com.br/>. Acesso em: 10 Ago 2015

O turismo e suas atividades quando pensado como desenvolvimento local para uma comunidade pode ser uma alternativa de indivíduos se manterem ou mesmo uma forma destes terem uma renda. No caso desse estudo, o turismo no espaço rural se estabelece em estabelecimentos que confrontam com a territorialidade do agronegócio, ou seja, em uma mesma propriedade têm-se mais de um estabelecimento e um deles é arrendado para usinas sucroalcooleiras ou desmembrado por divisão de herança e que geralmente ainda fazem uso da policultura.

Para entender essas dominações no espaço, busca explicações por meio da abordagem territorial. A qual, segundo Bernadelli (2004), permite compreender nas pesquisas, a dinâmica dos conflitos de luta na terra contra a supremacia da agricultura patronal, corroborando com o domínio exercido pelas grandes empresas do setor agroindustrial canavieiro, que visam novos mercados para produzirem e reproduzirem seu capital.

De acordo com Saquet “[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida”. (SAQUET, 2007, p. 183).

Para Santos (2011, p.322) a utilização da abordagem territorial na compreensão do espaço agrário do território e da agricultura familiar faz sentido na medida em que contribui para uma visão mais integrada do espaço, percebendo suas multifacetadas, ao mesmo tempo em que tem na sua identidade territorial um elo que permita sua dinamização.

Com isso ao refletir nos motivos que conduziram os produtores familiares arrendarem suas terras à produção canavieira, sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro e referente a pluriatividade como alternativa de permanência do produtor familiar no campo, observa-se que o processo de territorialização do monopólio na ótica de Thomaz Jr (1988) é evidenciado pela apropriação crescente da renda fundiária dos grupos usineiros, os quais têm o controle do processo produtivo e conseqüentemente o de determinação do preço da cana-de-açúcar.

O autor deixa explícito que “este processo se desenvolve não uniformemente, mas sim de forma diferenciada, porque não necessariamente os grupos usineiros compram terras. Utilizam em alguns casos a prática do arrendamento. [...] Assim, passa-se a ter uma nova configuração do território (THOMAZ JR., 1988, p. 99), expressada pelas territorialidades. Que de acordo com Ross (2015) expressam relações de poder que determinam as configurações territoriais. Elas nos ajudam a identificar quem domina e quem é dominado nos territórios. As

territorialidades também estão expressas nas paisagens de modo que seus componentes revelam as relações sociais, políticas e econômicas.

Para Bonnal e Maluf (2007), o campo e a cidade, rural e urbano são categorias de análise importantes na atualidade para se entender a organização sócioespacial da sociedade. Muitas propriedades têm alcançado o seu rendimento através de ações exógenas aos seus limites, em atividades não agrícolas e projetos distintos de manutenção considerados não-comerciais.

Essa multifuncionalidade da agricultura – MFA – para os autores Cazella; Bonnal e Maluf (2009), buscam a reprodução socioeconômica das famílias rurais; a formação da segurança alimentar das famílias e da sociedade; a manutenção do tecido social e cultural; a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

A partir da discussão da noção de multifuncionalidade rural, para Bonnal e Maluf (2007), cria-se possibilidades de contribuição da ciência geográfica, com seus conceitos e categorias, em apontar indicativos nas discussões sobre o desenvolvimento econômico – social de pequenas propriedades, enfatizando a sua relação com o turismo.

Os autores ainda colocam que o turismo rural funda um território de dimensões econômicas e políticas. Contudo o território também é o espaço vivido elaborado pelos agricultores e suas práticas culturais simbólicas – definindo pertencimentos que se transformam em produtos a serem consumidos – turistas – sustentáculos do território fundado pelo turismo rural.

Diante destes pressupostos pode-se pensar a multifuncionalidade rural e o turismo, integrados pela gestão do território, compondo o paradigma do planejamento. E tratando-se de planejamento a ATRNP, é formado por produtores rurais, artesãos, profissionais da área de turismo e da gastronomia.

Segundo o pensamento de Portuguese, Seabra e Queiroz (2012), o turismo não é, e nem pode ser visto apenas como uma atividade econômica. É também uma atividade carregada de signos, representações, resistências e de valores sociais. Mas da mesma forma que traz o desenvolvimento e o crescimento dos lugares, traz também destruição da natureza, das comunidades locais e das tradições.

Por isso ao analisar as diversas formas do turismo como atividade produtiva na área de pesquisa, compreende-se as múltiplas particularidades e dinâmicas formas de uso, apropriação, produção e ocupação dos espaços.

Entende-se que a Associação é recente e precária necessitando de maior atenção de visibilidade para o seu desenvolvimento. E têm-se a preocupação de não ficar preso no discurso do mercado.

Costa (2012, p.162) colabora explanando que o estudo das diferenças de intervenções socioespaciais, a busca das contradições escancaradas no território ora valorizado ora negligenciado, na escala nacional, regional e local, e a compreensão da ressignificação das paisagens são alguns dos objetos de estudo da denominada geografia do turismo.

A multifuncionalidade/pluriatividade são estratégias de reprodução social e territorial presentes na agricultura familiar, é pensado a partir do seu passado histórico (heranças agrárias e elementos simbólicos-culturais).

Marafon (2006) traz contribuições sobre a pluriatividade. Segundo o autor é um fenômeno em que famílias de agricultores tradicionalmente ocupadas com atividades estritamente agrícolas passam a desenvolver outras atividades como estratégia de complementação de renda.

Ainda cita que tal fenômeno não deve ser encarado como uma situação nova, mas uma característica histórica importante de agricultores familiares, que sempre, no intuito de incrementar sua renda, desenvolveram atividades não-agrícolas ou para-agrícolas (beneficiamento de alimentos e bebidas). Essas estratégias representam, portanto, características intrínsecas dos agricultores familiares.

Carneiro (2009) faz uma ressalta sobre a importância de reconhecer tanto as famílias pluriativas quanto as não-pluriativas, pois ambas exprimem a diversidade de possíveis inserções no mercado (comércio, prestação de serviços, turismo, manufaturas, artesanatos, agroindústria, etc).

Neste contexto, a pluriatividade na agricultura familiar caracteriza a presença de novas territorialidades, baseadas nas atividades do turismo rural que contribuem para a reprodução e a permanência do homem no campo. O turismo rural é visto como o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (MINTUR, 2003, p.07).

Sobre os estabelecimentos agropecuários tabapuanense, têm-se de acordo com o IBGE (Censo Agropecuário de 2006) que há 276 unidades de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar em 4.132 hectares e 124 unidades de estabelecimentos agropecuários não-familiares que ocupam uma área de 23.531 hectares, ou seja, há concentração de terras, onde se tem muitos hectares em mãos de poucos. E ao mesmo tempo têm-se muitos agricultores familiares com poucas terras. Nesse sentido, fica perceptível a partir da metodologia utilizada pelo IBGE a forte presença da agricultura patronal no município e uma economia rural voltada à produção de commodities.

1.1 Nuances da relação cidade-campo em Tabapuã

Este subcapítulo tratará da formação do distrito que outrora constituiu-se no atual município, na construção da ferrovia que povoou não somente Tabapuã, mas contribuiu com todo o interior paulista.

Alguns dos municípios da Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto surgiram das relações cidade-campo, uma vez que os distritos que pertenciam a municípios maiores foram crescendo e adquirindo suas emancipações política-administrativa. Uma das causas desse processo foi a construção da ferrovia.

Um dos aspectos que pode ser observado sobre a relação cidade-campo em Tabapuã, é a variação (tendência de crescimento e decréscimo) do número de habitantes do município ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010 (Tabela 1) de acordo com os censos demográficos do IBGE. Esta unidade territorial obteve significativa redução no número de habitantes tanto urbana, quanto e, principalmente, rural.

Tabela 1: População Urbana e Rural de Tabapuã¹⁰ (1940-2010)

ANO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
URBANA	2357	2112	3066	3440	5412	9610	8348	9017	10522
RURAL	18293	13636	12254	7791	6892	3441	1806	1476	844
TOTAL	20650	15748	15320	11231	12304	13051	10154	10493	11366

Fonte: Fundação Seade. / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Org.: PELISSON, G. V. (2014)

Com esses dados fica evidente o êxodo rural se consolidando a partir da década de 1950, pois se comparado aos dados de 1940, verifica-se a redução em 63,78% do número de habitantes do espaço rural. Os maiores valores de crescimento populacional foram nas décadas de 1940 e 1991, este último se comparado a 1980, obteve o crescimento 17,47% de habitantes na área urbana.

¹⁰ “Pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30-12-1938, o Município de Tabapuã adquiriu o Distrito de Novais do Município de Catanduva; perdeu o território do extinto Distrito de Ibarra para o novo Distrito de Catiguá, do Município de Catanduva. A mesma Lei que extingue o Distrito de Ibarra cria o Distrito de Novais. Em 1939-1943, o Município de Tabapuã é composto dos Distritos de Tabapuã e Novais - e pertence ao termo e comarca de Catanduva” (HISTÓRICO/IBGE, 2014).

Até 1995 Novais era distrito de Tabapuã, com a Lei Estadual nº 7664, de 30 de dezembro de 1991, desmembra do Município de Tabapuã o Distrito de Novais. Sendo assim, pode-se considerar com um fato de crescimento populacional principalmente na década de 1940 e de decréscimo populacional em 1996.

Uma hipótese plausível para o êxodo rural é a industrialização, mecanização do campo, inserção de produtos agroquímicos (devido ao pacote tecnológico eminente na época, que visava uma ampliação da produção com a finalidade de aumentar a exportação do país). A população que migrou do campo teve como destino não só a área urbana deste município, mas também as cidades limítrofes a Tabapuã. Tal fato é evidenciado na tabela 1, pois nesta observou-se que se comparado o ano de 1940 a 2010, houve o crescimento da população urbana de 346%, contudo, houve redução da população rural em 95%.

Na Tabela 2 pode-se observar que ao longo do período 1999-2012 o PIB (Produto Interno Bruto) municipal cresceu em todos os setores analisados: agropecuária, indústria e serviços. No que se refere ao meio rural, mesmo com o número reduzido de trabalhadores no setor primário, houve aumento de produção devido à alta tecnificação (mecanização e inserção de implementos agrícolas) empregada no processo produtivo de cultivos relacionados ao agronegócio, como a cana-de-açúcar, por exemplo.

No entanto, verificou-se que, comparando o ano de 2012 a 2011, houve a redução do PIB relacionado ao setor agropecuário de 8,5%, em contrapartida, os serviços obtiveram o aumento de 1,08% e a indústria de 0,73%.

Tabela 2: Produto Interno Bruto (PIB) de Tabapuã de 1999 a 2012 (em milhões de reais e %)

Ano	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total
1999	17,11	32,19	5,10	9,59	30,94	58,21	53,15
2000	10,64	22,83	5,37	11,52	30,59	65,64	46,60
2001	24,21	37,55	5,31	8,23	34,94	54,19	64,47
2002	33,04	40,46	6,53	7,99	42,09	51,54	81,66
2003	36,24	41,19	6,65	7,55	45,08	51,24	87,97
2004	24,08	33,01	7,34	10,06	41,52	56,93	72,93
2005	28,97	33,80	7,56	8,82	49,17	57,37	85,70
2006	35,14	34,65	9,65	9,52	56,61	55,83	101,39
2007	34,54	32,36	9,05	8,47	63,14	59,15	106,73
2008	31,67	28,60	9,90	8,94	69,13	62,44	110,71
2009	45,14	33,13	11,57	8,49	79,53	58,37	136,24
2010	67,38	40,06	12,51	7,43	88,27	52,49	168,16
2011	70,05	39,36	14,13	7,93	99,06	55,66	177,97
2012	52,62	30,86	14,77	8,66	103,10	60,47	170,49

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Org.: PELISSON, G. V. (2014)

A agricultura mecanizada, que também cresce no município, é uma atividade que emprega pouca mão-de-obra, ou ainda mão-de-obra especializada. Em todo a Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto, uma parcela significativa dos trabalhadores desta

agricultura empresarial é formada por imigrantes nordestinos que são atraídos para trabalharem temporariamente nas propriedades de cultivo, ou de forma permanente em empresas relacionadas ao setor. É possível que o desenvolvimento canavieiro do Noroeste Paulista estimule a economia da cidade estudada, inclusive incrementando seu crescimento populacional.

1.2 Os usos produtivos do espaço rural de Tabapuã

Nesse subcapítulo faz uma análise da pecuária, da lavoura temporária e permanente.

De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (2013), Produção Agrícola Municipal (2013) e Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2013), ambos extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Pode-se ter um panorama, ainda que amplo, do sistema produtivo presente no meio rural de Tabapuã.

De acordo com os dados apurados referentes à pecuária, constatou-se que o rebanho com maior número de cabeças é o da bovinocultura leiteira, cuja produção destina-se, sobretudo, à indústria de laticínios. Em seguida, encontram-se, respectivamente, as criações de aves (frangos de granja), equinos, suínos e ovinos. A tabela 3 apresenta estes dados de forma mais detalhada:

Tabela 3: Pecuária (2013): Rebanhos (número de cabeças) e produção em Tabapuã

Espécie de efetivo	
Galináceos	79.600
Bovinos	6.379
Caprinos	45
Equinos	158
Ovinos	590
Suínos	3.000
Produção derivada da pecuária	
leite de vaca	961 mil litros
ovos de galinha	10 mil dúzias

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/SIDRA. Disponível em:

www.ibge.gov.br. Acesso em: 17 jun 2015.

Org.: PELISSON, G. V. (2014)

Em uma das maiores propriedades rurais do município, e em importância social e econômica, a Fazenda Água Milagrosa¹¹, que deu origem ao Touro Tabapuã T-0, o primeiro

¹¹ Propriedade rural onde é originária da raça Tabapuã.

touro puramente mocho brasileiro em 1942. A raça de gado Tabapuã enalteceu o rural tabapuanense, recebeu o nome do município e se inseriu no meio rural brasileiro.

O município tem esse diferencial que o caracteriza dos demais. O bovino Tabapuã “genuinamente descoberto pelo cruzamento de um Nelore e um Guzerá. A partir dessa anomalia, teve-se a ideia de se formar um plantel mocho com os descendentes deste animal e, possivelmente, não só um plantel, mas uma nova raça zebuína, genuinamente brasileira”, e em 1971, foi reconhecido como tipo, e após dez anos como raça, por determinação do Ministério da Agricultura, surgindo então, após esse período, a raça de gado Tabapuã (FAZENDA ÁGUA MILAGROSA, 2013)¹².

A FAZENDA ÁGUA MILAGROSA, em seus registros, descreve que:

Finalmente, em 1981, o Tabapuã foi definitivamente reconhecido como raça, e pouco tempo depois teve seu Livro de Registro Genealógico, que até então funcionava como LA (Livro Aberto), fechado, passando os animais à condição de PO (Puros de Origem).

Nas figuras 13 e 14 respectivamente pode ser visualizada a sede da fazenda que deu origem à raça e um exemplar do gado Tabapuã. A arquitetura da casa evidencia um estilo europeu, de requinte e de cultura, expressando a situação econômica da primeira família.

Figura 13: Sede da Fazenda Água Milagrosa em Tabapuã Figura 14: Exemplar do gado Tabapuã



Fonte: Trabalho de campo (2014)

Org.: PELISSON, G. V. (2014)

Em entrevista com o técnico agropecuário da Fazenda Água Milagrosa¹³, Sr. PHJC, o mesmo explicou que o gado Tabapuã é um gado de corte que atende o mercado, ele está apto

¹² FAM. Disponível em: www.fazendaaguamilagrosa.com.br. Acesso 15 jun 2014.

¹³ Entrevista concedida pelo técnico agropecuário da Fazenda Água Milagrosa, Sr. P.H.J.C., no dia 11 Dez 2014.

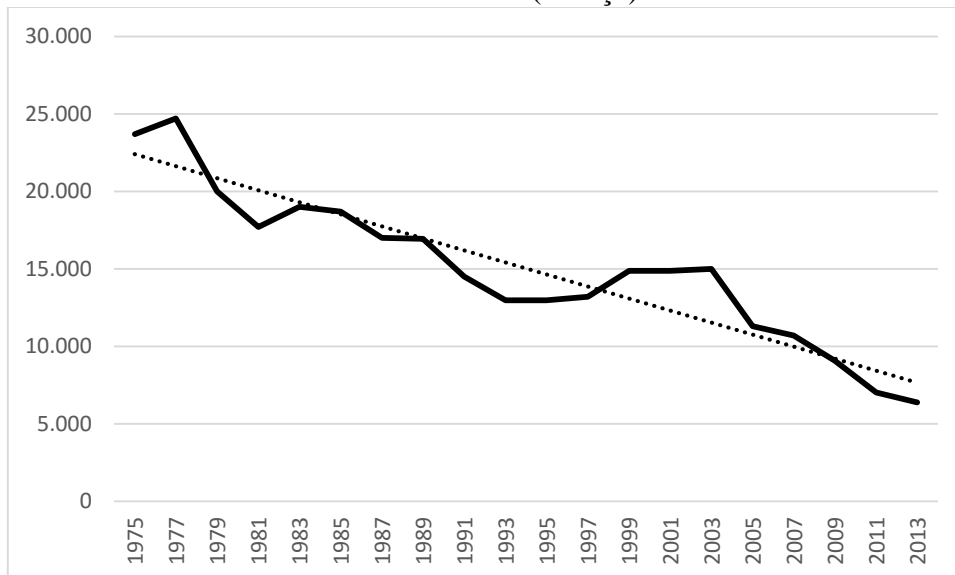
tanto para o corte quanto para a produção leiteira e serve tanto para o confinamento como para a criação extensiva. É um gado que está adaptado para todos os tipos de climas no Brasil, tendo de norte a sul, e está presente em vários países.

Essa raça se destaca das demais pela sua precocidade, habilidade materna, e tem o diferencial, por ser mocho e dócil. Este gado ganhou mercado devido as condições já citadas, segundo Sr. PHJC.

E nos dias de hoje na propriedade vende-se sementes de seringueira, também produz laranja das variedades Hamilin, Pêra Rio, Valência, Natal e Folha Murcha em escala comercial e cana-de-açúcar de uma forma expressiva e representativa.

Porém, a pesar do município ter esse diferencial, a pecuária bovina não é uma atividade que vem crescendo, e isso pode ser comprovado quando analisado o gráfico 1.

Gráfico 1: Bovinos – Rebanho (cabeça) de 1975 a 2013



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (1974 a 2013)
Org.: PELISSON, G. V. (2015)

A pecuária teve seu apogeu na década de 1970 como revela o gráfico 1, a atividade tem uma maior presença, mesmo que o gráfico mostre um decréscimo, nas grandes propriedades acima de 64 hectares, nas menores, encontra-se reduzido o número, apenas para a produção leiteira e para consumo próprio. Ao observar os dados dos censos agropecuários da expansão da cana-de-açúcar (no subcapítulo 2.3) e ao visitar as propriedades percebe-se que o cultivo canavieiro adentrou em espaços outrora destinados a pecuária.

O questionário com as perguntas feitas ao funcionário da Fazenda Água Milagrosa segue no anexo a - QUESTIONÁRIO REALIZADO NA FAM NO MUNICÍPIO DE TABAPUÁ, SP.

Não se pode atribuir a baixa produção à pequena área do município, pois, em campo, constatou-se que os rebanhos e criações são tratados de forma pouco tecnificada e a pecuária como um todo, é bastante extensiva. No caso do gado Tabapuã o mesmo não chegou e não chega as pequenas propriedades rurais pelo seu valor comercial, não acessível. No Noroeste Paulista, cada vez mais, as terras são demandadas para a expansão de cultivos comerciais relacionados ao grande capital do agronegócio, tais como a cana-de-açúcar e o milho.

Isto tem limitado o crescimento de culturas agrícolas permanentes e favorecido sobremaneira as culturas temporárias. Nas tabelas 4 e 5, vê-se a cultura de cana-de-açúcar, borracha e laranja mais expressivas em dinâmicas da área pesquisada, enquanto os outros cultivos apresentam-se mais estáveis.

Tabela 4: Lavoura Permanente (2013) em Tabapuã

Lavoura Permanente	Área destinada a colheita (Hectares)	Área colhida (Hectares)	Quantidade produzida	Valor da produção (Mil Reais)
Abacate (Toneladas)	40	40	704	1.103
Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	1.290	1.290	3.870	10.010
Café (em grão) Arábica (Toneladas)	25	25	23	101
Coco-da-baía (Mil frutos)	33	33	396	307
Laranja (Toneladas)	1.533	1.533	50.633	13.784
Limão (Toneladas)	133	133	4.655	3.693
Manga (Toneladas)	150	150	2.640	4.585
Palmito (Toneladas)	3	3	7	46
Tangerina (Toneladas)	50	50	2.448	1.874

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM (2012)

Org.: PELISSON, G. V. (2014)

O abacate (*Persea americana*)¹⁴ é fruto do abacateiro, árvore frutífera de grande porte, que pode alcançar cerca de 20 metros de altura, figura 13. A polpa do abacate pode ser consumida crua, cozida ou em conservas, geralmente preparada para pratos salgados, como patês, sopas e saladas, e doces e dentre outros modos. No município de Tabapuã este cultivo pode ser encontrado na Rodovia Vicinal Jerônimo Inácio da Costa, próximo à entrada da cidade. As seringueiras (*Havea brasiliensis*) produzem o látex que é uma resina natural de coloração leitosa e opaca que produz a borracha vegetal (figura 15). O Brasil até a década de 1950 era líder em exportação deste produto. Na área de estudo essa cultura se encontra dispersa por todo o rural e em crescimento.

¹⁴ Todos os nomes científicos das frutas como suas definições (caracterização) citados neste trabalho, estão disponíveis em: <http://www.blog.mcientifica.com.br/frutas-de-a-a-z/>. Acesso em: 21 Abr 2014.

- Cultivo de Abacate¹⁵

Figura 15: Abacateiro



Figura 16: Fruta do abacateiro



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

A figura 15 e 16, respectivamente representam uma plantação de pés de abacate e de um pé de abacateiro carregado com a fruta em plena produção.

- Cultivo de Seringueira

Figura 17: Seringueira



Figura 18: Extração do Látex



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

O cultivo da seringueira (figura 17) e a extração de látex (figura 18) para confecção derivados da borracha. Evidencia-se que essa cultura não é tão recente no município, pois a primeira retirada de látex ocorre após em média oito anos do plantio.

O café (*Coffea arabica* L.) são arbustos que podem alcançar quatro metros de altura, caule direto com cascas cinzentas. Seus grãos servem para bebidas, doce, dentre outros. Tabapuã até um pouco mais da metade do século XX foi grande produtor de café, atualmente, esta cultura perdeu valor comercial, e as propriedades que continuam a plantar são em uma

¹⁵ Todas as fotografias referentes aos cultivos foram tiradas pelo autor no município de Tabapuã.

escala muito pequena, devido a alterações climáticas e falta de políticas voltadas a incentivar este cultivo, tornando-se não tão viável sua produção ao menos para o município em estudo.

O coco-da-baía (*Cocos riccifera*) é uma grande palmeira, de estipe solitário, que chega a atingir 30 metros de altura. Os cocos quando imaturos apresentam amêndoas mole, mas contém água que é muito nutritiva, o mesocarpo parte fibrosa do fruto é utilizada na fabricação de substratos para plantas epífitas, como orquídeas. As folhas do coqueiro são grandes e pinadas, com até 6 metros de comprimento, delas se extraem fibras rústicas e fortes, utilizadas em diversos produtos artesanais e industrias como escovas e capachos.

A laranja (*Citrus sinensis*) é uma fruta cítrica da laranjeira, que é uma árvore de pequeno porte (6 a 9 metros) e copa densa arredondada e perene sendo considerada uma lavoura permanente. Cultura essa que teve um papel fundamental na região, na venda *in natura* para suco, principalmente para Cargil, Agrofito, dentre outras industrias (de suco) e ainda hoje tem sua importância, mas bem inferior do que no final do século XX.

- Cultivo de Laranja

Figura 19: Laranjeira



Figura 20: Fruta da Laranjeira



Fonte: PELISSON, G. V (2015)

Na figura 19 pode-se visualizar uma propriedade que produz laranja há algum tempo, pelo tamanho que os pés se encontram, pois, os primeiros frutos surgem aos três anos após o plantio, o auge da produção começa com seis e seu declínio aos 12, a média é de seis anos ativo de produção. E a figura 20 a fruta da laranjeira, ou seja, a laranja que provavelmente será destinada para suco.

O limão (*Citrus Limon*) é fruto do limoeiro (figura 5). Estes não atingem mais de 6 metros de altura, são muito ramificados de caule e ramos castanho-claro, recobertos de espinhos longos e pontiagudos, com copa aberta e arredondada, são árvores rústicas. Esta cultura tem atendido ao mercado local e regional. E pode ser visualizada as margens da Rodovia Vicinal Tab-Olímpia Antônio Ricardo de Toledo que liga Tabapuã ao município de Olímpia e demais

espaços onde ainda não foram destinados a monocultura da cana-de-açúcar. Manga (*Mangifera indica*), é fruto da mangueira (figura 5), uma árvore longeva, de copa densa, perene e muito frondosa, que pode alcançar 30 metros de altura. Sua polpa pode ser consumida *in natura*, em sucos, doces, sendo rica em vitamina A.

- Cultivo de Limão

Figura 21: Limoeiro



Figura 22: Fruta do Limoeiro



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

O limão tem sido uma das culturas cítricas que mais tem se estabelecido no município, porém em uma proporção ainda inferior a da laranja, há uma quantidade de área plantada bem significativa, e isso é representado na figura 21 (e a figura 22 demonstra o fruto desta planta).

- Cultivo de Manga

Figura 23: Mangueira



Figura 24: Fruta da mangueira



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

O cultivo da figura 23 tem em torno de cinco anos, já produz manga como pode ser verificado na figura 24.

O palmito (*Annanas comosus L. Merrill*), um cultivo pouco explorado no município, porém expressivo. O palmito é um gomo terminal do caule das palmeiras. E esta cultura se encontra a marginal da Rodovia Vicinal Tab-Olímpia Antônio Ricardo de Toledo.

A tangerina (*Citrus reticulata Blanco*) é utilizada para consumo natural e para industrialização, de onde são obtidos diferentes produtos processados como sucos, óleos essenciais, pectina e rações.

A tabela 5 refere-se aos produtos de lavoura temporária. Percebe-se a intensa área plantada e colhida e a rentabilidade do valor pago pela produção. Dessa forma fica mais uma vez clara a presença do agronegócio.

Tabela 5: Lavoura Temporária (2013) em Tabapuã

Lavoura temporária	Área plantada (Hectares)	Área colhida (Hectares)	Quantidade produzida	Valor da produção (Mil Reais)
Abacaxi (Mil frutos)	2	2	46	83
Amendoim (em casca) (toneladas)	74	74	225	259
Cana-de-açúcar (Toneladas)	19.900	19.900	1.791.000	98.057
Mandioca (Toneladas)	45	45	675	378
Milho (em grão) (Toneladas)	200	200	1.080	367

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM (2012)
Org.: PELISSON, G. V. (2014)

O abacaxi (*Ananas comosus L. Merril*), é um fruto que sua coloração da polpa é amarelo forte, formato cilíndrico, coroa pequena-média e folha sem espinhos. Esta produção atende ao mercado local e algumas cidades do entorno.

- Cultivo de Abacaxi

Figura 25: Roça de Abacaxi



Figura 26: Abacaxi



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

A figura 25 corresponde ao plantio do cultivo, o mesmo já estava colhido, restando apenas o da figura 26, que serve como exemplo para demonstrar o cuidado que se tem que ter com a fruta, vê-se que o mesmo está embrulhado em jornal para que possa amadurecer protegido do ataque de animais e insetos.

A cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum L.*), planta de grande importância econômica. Cultivada no Brasil há séculos para produção de açúcar, é também fonte de etanol e cera vegetal.

Produto que possui grande importância no atendimento as usinas sucroalcooleiras da região da pesquisa.

Figura 27: Cultivo de Cana-de-açúcar



Fonte: PELISSON, G. V.

A figura 27 condiz com um estabelecimento de arrendamento de terra para usinas sucroalcooleiras em primeiro plano e no segundo com a cor mais avermelhada refere-se ao de seringueira (a fotografia foi tirada no período inverno, quando as folhas das seringueiras trocam de tonalidade e caem) e ao lado um de limão. Percebe-se ao fundo duas culturas permanentes e a frente uma temporária que provavelmente não é o primeiro plantio (ou a primeira safra) e sim um replantio, pelo tamanho em que a cana se encontra.

A mandioca (do gênero *Manihot*) é um tubérculo consumido em larga escala em todo o Brasil e é associada à própria identidade gastronômica nacional, por integrar pratos que compõem a mesa de famílias pertencentes a todas as classes sociais. É produzida em todo o país tanto pelo seu papel no padrão alimentar do povo brasileiro, quanto pelo fato de ser de fácil cultivo, podendo intercalar-se com outras categorias de lavouras. Em Tabapuã, é comum encontrar este cultivo em áreas marginais do estabelecimento e próximas às sedes das propriedades rurais, quanto na zona urbana (terrenos baldios transformados em hortas).

Figura 28: Cultivo da Mandioca



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

A figura 28 sobre o cultivo da mandioca, a mesma pode ser encontrada nas propriedades analisadas em pequenos espaços se comparado ao total da propriedade e intercalada com outros cultivos.

O milho (*Zea Mays*) é cultivado em sistema comercial intensivo e extensivo, geralmente com sementes geneticamente alteradas e/ou transgênicas. Presta-se à alimentação humana, produção de combustíveis, alimentação animal e outros usos. É um dos cultivos do agronegócio mais importante do Brasil e em Tabapuã, constitui-se em uma das bases da economia rural, sendo plantado por pequenos produtores familiares, mas também pelos grandes produtores de grãos do município.

Figura 29: Cultivo de Milho



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

O milho exposto na figura 29, serve para alimentar os animais do estabelecimento como porcos e galinhas e o excedente geralmente é vendido.

Não há extrativismo vegetal no município e de produtos da Silvicultura para ano de 2014, de acordo com o IBGE.

Em campo, constatou-se ainda que a produção agrícola municipal conta com alguns cultivos menos expressivos em termos quantitativos, porém importantes para as famílias produtoras como as verduras, as leguminosas, as frutas e outros.

2 A MONOCULTURA DO CAFÉ, DA LARANJA E DA CANA-DE-AÇÚCAR E SUAS ESPECIFICIDADES

Neste capítulo discutir-se-á sobre agricultura patronal, analisando as especificidades de cada monocultura que se desenvolveu no município em momentos diferentes ao longo de sua história, quais sejam: o café, a laranja e a cana-de-açúcar.

Um contraponto da agricultura familiar é a agricultura patronal, agricultura empresarial ou agronegócio, onde cada uma tem sua especificidade e tem uma lógica oposta à da agricultura familiar porém ambas destacam-se e são caracterizadas pela tecnificação e predomínio das relações capitalistas no campo, que está associado à monocultura, mecanização, pouca mão-de-obra, constituindo um outro modelo de agricultura no Brasil que, apesar de antagônico, como coloca Candioto (2011), vem se combinando de formas diferenciadas no espaço geográfico.

Dessa forma Muñoz, Nodari e Zanella (2006, p.39) referem-se ao agronegócio como

[...] um modelo de agricultura capitalista, onde os grandes latifúndios são utilizados para uma produção em larga escala com propósito de atingir o mercado internacional. O modelo de desenvolvimento do agronegócio não importa mudanças sociais em sua base, pelo contrário, ele tende a agravar o processo de exclusão social e do meio ambiente, através do uso de tecnologias que degradam os recursos naturais.

Para Candioto (2011) apesar de haver a existência dessa polaridade no cenário rural entre agronegócio e agricultura familiar. O autor não vê duas realidades como contrapostas, para o mesmo é possível à incorporação de técnicas e métodos de cultivo e manejo agropecuário provenientes do agronegócio, por parte de diversas unidades produtivas familiares, como por exemplo: “a integração dos agricultores familiares com grandes agroindústrias, para a criação de aves, suínos, leite, fumo, entre outros produtos”.

Dessa forma não se pode negar que o agronegócio vem influenciando as atividades e o modo de vida familiar e, que há uma tendência de ampliação desta influência (CANDIOTTO, 2011, p. 277).

Frederico (2014, p.2134) complementa, colocando que o agronegócio, como foi empregado pelo Estado, como já o fizera anteriormente, “a tabula salvadora da política macroeconômica externa brasileira, exigindo fortes alterações na organização e no uso do território das áreas de agricultura moderna”.

Dentre as principais alterações territoriais destacam-se: a aceleração no ritmo de expansão da fronteira agrícola em

substituição à vegetação nativa e a pequena produção de base familiar; a intensificação da produção e o aprofundamento da especialização regional produtiva; o aumento da concentração fundiária; a estruturação de uma nova divisão territorial do trabalho das grandes empresas e das atividades do agronegócio e o planejamento e a construção de infraestrutura praticamente monofuncionais com o intuito de viabilizar o escoamento da produção (FREDERICO, 2014, p.2134).

E ainda Frederico (2014, p.1) complementa, colocando que a ideia de que há uma nova economia política do território brasileiro decorrente dos interesses do agronegócio brasileiro deriva e articula-se com a proposta de Delgado (2012) de que, com a referida crise cambial de 1999, teria se formado um “pacto de economia política do agronegócio” sustentado pelo critério público, com o intuito de aumentar as exportações brasileiras.

A partir da década de 2000, com o estabelecimento do mencionado “pacto de economia política do agronegócio”, o ritmo de expansão da fronteira agrícola se acelerou novamente. Segundo Frederico (2014, p. 2140) ao se analisar mais detidamente regiões brasileiras, observa-se um significativo aumento da área plantada, sobretudo, naquelas áreas onde predominam as culturas de soja e cana-de-açúcar. No caso da cana-de-açúcar sobressaem-se as regiões do estado de São Paulo, como Presidente Prudente, Marília e São José do Rio Preto, adentrando o Sudoeste do Mato Grosso do Sul e as regiões do Triângulo Mineiro e Sul e Sudoeste de Goiás (FREDERICO, 2014, p.2140).

Porém, deve se salientar que as diferenças entre o agricultura patronal e agricultura familiar foram historicamente produzidas, pois a agricultura patronal sempre foi incentivada pelas políticas públicas brasileiras, enquanto a agricultura familiar relacionava-se, até a década de 1990, com o atrasado, o rudimentar, o que deveria ser suprimido pela modernização da agricultura, pela industrialização e pela urbanização. Essa concepção somente é alterada a partir da década de 1990 quando passa a ser reconhecida como um setor produtivo de fundamental importância para o país, principalmente pela produção de alimentos.

2.1 O Café

Este subcapítulo abrange o processo histórico da vinda do café para o oeste do estado paulista, associado a expansão das linhas-troncos ferroviárias, as políticas públicas de desenvolvimento deste cultivo e como se encontra atualmente.

O café foi inserido no Brasil por volta do final do século XVIII, se adaptou bem devido as boas condições climáticas, se espalhando rapidamente pelo território brasileiro, passando a ser o produto base da economia brasileira.

No final do século XVIII, segundo Taunay (1939), a produção cafeeira do Haiti - até então o principal exportador mundial do produto - entrou em crise devido à longa guerra de independência que o país manteve contra a França. Aproveitando-se desse quadro, o Brasil aumentou significativamente a sua produção e, embora ainda em pequena escala, passou a exportar o produto com maior regularidade.

Durante quase um século, o café, segundo Dpaschoal (2006) foi a grande riqueza brasileira, devido que a economia cafeeira acelerou o desenvolvimento do Brasil, além de inseri-lo nas relações internacionais de comércio.

Na zona pioneira do estado de São Paulo, a oeste, a cultura do café ocupou espigões, que por fim acabaram possibilitando o surgimento de cidades e difundindo importantes centros urbanos por todo o interior do Estado de São Paulo e também pelo sul de Minas Gerais e norte do Paraná.

A riqueza fluía pelos cafezais, evidenciada nas elegantes mansões dos fazendeiros, que traziam a cultura européia aos teatros erguidos nas novas cidades do interior paulista. Durante dez décadas o Brasil cresceu, movido pelo hábito do cafezinho, servido nas refeições de meio mundo, interiorizando nossa cultura, construindo fábricas, promovendo a miscigenação racial, dominando partidos políticos, derrubando a monarquia e abolindo a escravidão (DPASCHOAL, 2006).

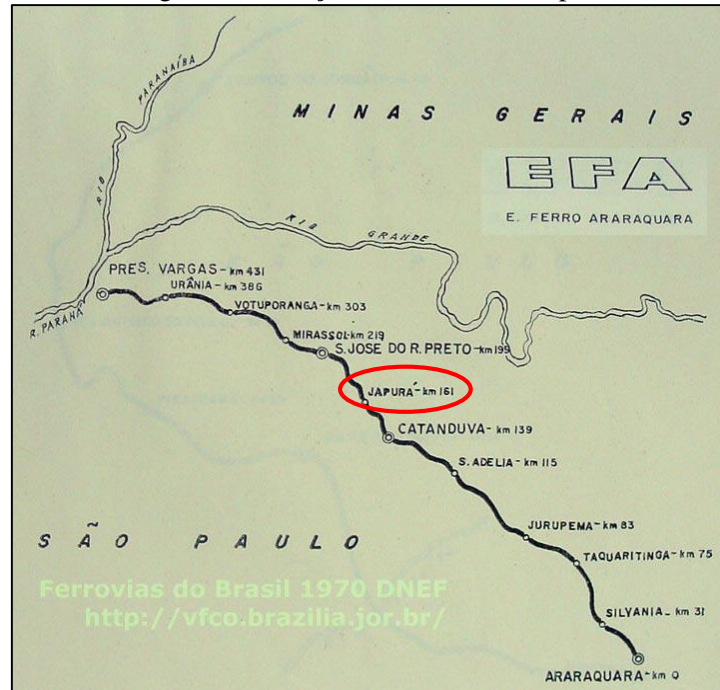
Sobre a mão-obra-obra das lavouras cafeeiras, era oriunda da iniciativa do governo de trazer imigrantes europeus para trabalhar na lavoura de café, o que ocasionou o aumento de mão-de-obra e, conseqüentemente, houve a expansão da produção de café pelo estado. Monbeig (1998) descreve sobre a faixa pioneira do estado de São Paulo, na qual a região deste estudo ainda se encontrava em processo de início de exploração e necessitava de mão de obra para o plantio do café, pois para expandir suas lavouras era necessário derrubar as florestas para arar a terra e plantar.

Com o desenvolvimento das ferrovias (EFA) adentrando o estado (do município de Araraquara à estação de Presidente Vargas em Rubinéia), aumentou e desenvolveu municípios, pertencentes a Alta Araraquarense, a linha-tronco cortou assim a faixa pioneira dos fazendeiros de café, e ainda com a necessidade de povoar e expandir a cafeicultura pelo estado, a ferrovia contribuiu para levar os imigrantes europeus pelo território paulista, além do seu objetivo principal que era agilizar o escoamento da produção de café.

E uma dessas estações era a do Japurá, localizada onde se encontra o atual município de Tabapuã, já havendo nos arredores algumas famílias presentes no futuro município que foram pioneiras na exploração das terras pertencente a atual configuração municipal.

A estação Japurá, foi aberta em 1911 e em 1955, com a retificação do trecho, foi deixada fora da linha, ao lado surgiu uma “vila com certo movimento enquanto serviu como estação”¹⁶, como pode ser visualizado na figura 30.

Figura 30: Estação Ferroviária de Japurá



Fonte de dados: Estações ferroviárias do Brasil
Organização: PELISSON, G.V. (2015)

A figura 30 mostra a localização da estação Ferroviária Japurá na linha-troco das estações Araraquara à Presidente Vargas, as figuras 31, 32 e 33 como se encontra a estação que está desativada desde 1955 nos dias de hoje, o abandono.

¹⁶ Informação retida da página online: Estações Ferroviárias do Brasil

Figura 31: Antigo local de embarque no trem na estação Japurá da linha-tronco Araraquara à Rubinéia



Figura 32: Estação Ferroviária Japurá



Figura 33: Antigo local onde se comprava as passagens do trem na estação Japurá



Fonte: Estações Ferroviárias¹⁷

A quebra na bolsa de Nova York em outubro de 1929 de acordo com Moreira (2007) “foi um golpe para a estabilidade da economia cafeeira. Nesse processo, milhões de sacas de café estocadas foram queimadas e milhões de pés de café foram erradicados, na tentativa de estancar a queda contínua de preços provocada pelos excedentes de produção”.

O produtor paulista não se deixou abater com essa crise, a pesar da instabilidade, algumas propriedades investiram em novos pés aguardando uma regularização no setor. Nas propriedades, segundo Monbeig (1998, p.264) da região de São José do Rio Preto a Tanabi e Monte Aprazível, passando por Mirassol e José Bonifácio era fraco de rendimento e tinha uma proporção de pequenas explorações apenas um pouco inferior do que da Alta Sorocaba, de 83%, ou seja, o número de sitiantes era maior do que o de fazendeiros.

Sendo assim uma das dinâmicas encontradas por esses pequenos produtores rurais para permanecerem no campo, era a meação da produção, em que o chamado “meeiro”, recebia permissão do dono das terras para cultivá-las em troca do fornecimento de 50% da produção colhida¹⁸. O café era então vendido em sacas, após o período de secagem dos grãos nos “terreirões”, era ensacado e vendido para as beneficiadoras de café, o produto final era voltado à exportação.

O município de Tabapuã contava com uma máquina, que hoje é centenária e encontra-se preservada no museu do café. Nela, o café era selecionado, limpo e aprovado para o consumo e a venda. O processo era chamado de beneficiar o café (MAZZUCATO, 2012). Uma *landmark* de um desses processos está reportada na figura 34, onde na propriedade de agricultores familiares se produzia café.

Figura 34: Antigo espaço rural que era destinado a produção de café, secagem dos grãos no “terreirão” e armazenamento na Tuia em Tabapuã

¹⁷ Estações ferroviárias. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em 15 Mai 2015.

¹⁸ BUENO, E. Brasil: uma história. 2ª edição. São Paulo. Ática. 2003, p. 19.



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Verifica-se na figura 34, em primeiro plano o local onde se secava o café, chamado de terreirão, ao lado a Tuia, onde armazenava os sacos de café e ao fundo, uma residência que foi construída em 1930 por imigrantes italianos. Essa mesma propriedade pertence à mesma família até o presente momento do desenvolvimento e finalização desta pesquisa, tendo mais de 80 anos.

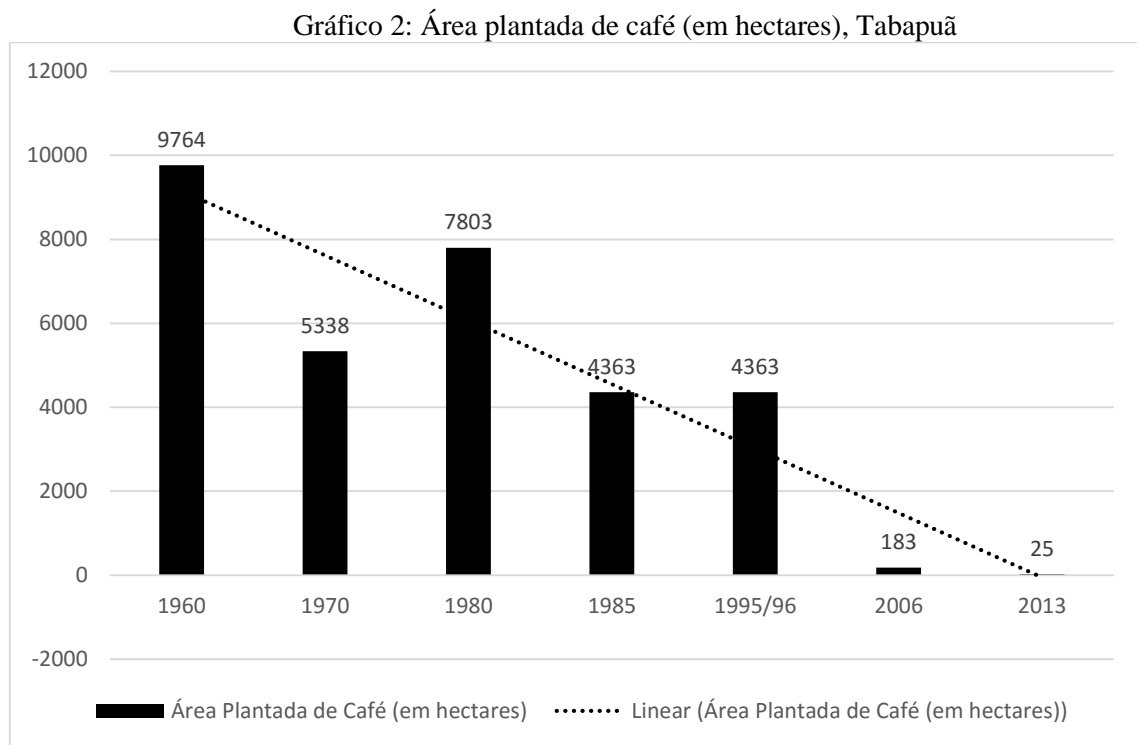
Muitos desses imigrantes quando chegaram ao Brasil (no caso específico os que acabaram vindo para o local deste estudo), desembarcaram no porto de Santos, SP e de lá foram direcionadas para o interior do Estado nas cidades onde havia estações ferroviárias principalmente próximas a Ribeirão Preto.

Além da mudança fundamental no conjunto das causas ligadas à marcha do café, deve ser considerado o desenvolvimento da pequena plantação ao lado da fazenda (MONBEIG, 1998, p. 261).

O papel do sitiante na economia do café seria mais fácil de avaliar se conhecêssemos qual a sua verdadeira participação na produção e se pudéssemos compará-la à grandes proprietários. Na falta de dados suficientes, pode-se de qualquer forma assinalar a fragilidade dos rendimentos e a medíocre qualidade do café colhido pelos sitiantes. Se a queda dos rendimentos atinge as grande plantações, ela afeta ainda mais os pequenos (MONBEIG, 1998, p. 624).

O município, no início do século XX, caracterizava-se como eminentemente primário, predominando os espaços de produções agrícolas e pecuários. Porém, o café foi perdendo mercado (valor comercial) e fatores climáticos fizeram diminuir a qualidade do produto final, como o caso de geadas sucessivas, como relata o senhor POV. Com isso, essa cultura foi dando lugar a uma nova expansão de monocultura.

O gráfico 2 exemplifica, o quanto foi explorado esse cultivo em Tabapuã e a atual conjuntura que se encontra.



Fonte: Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e Produção Agrícola Municipal de 2013.

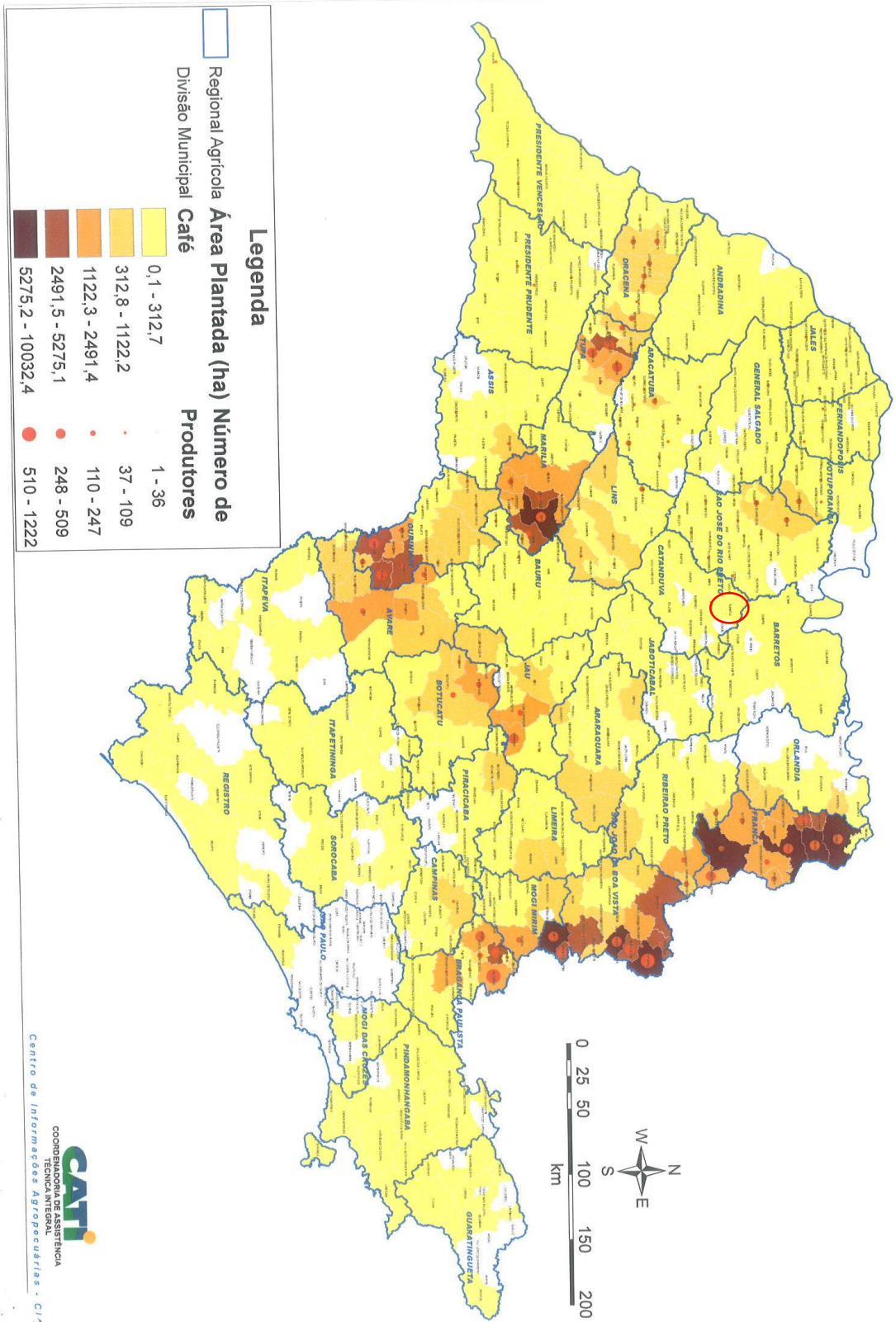
Org.: PELISSON, G. V. (2015)

O caso da “grande geada de 1918” e a geada de 18 de julho de 1975, que atingiu também o norte do estado do Paraná e a queda de rendimentos fizeram com que essa cultura desse lugar (em uma visão de larga escala de produção) a uma nova monocultura. Expande-se então no espaço rural de Tabapuã, o cultivo da laranja, voltado à exportação e à industrialização do suco.

Nas figuras 35 e 36, pode-se visualizar a distribuição da área geográfica e o número de produtores em 2007/08 e a distribuição geográfica das UPAs, 2007/08, segundo a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e comprovar pelos dados apresentados no gráfico 2 a baixa produção desse cultivo.

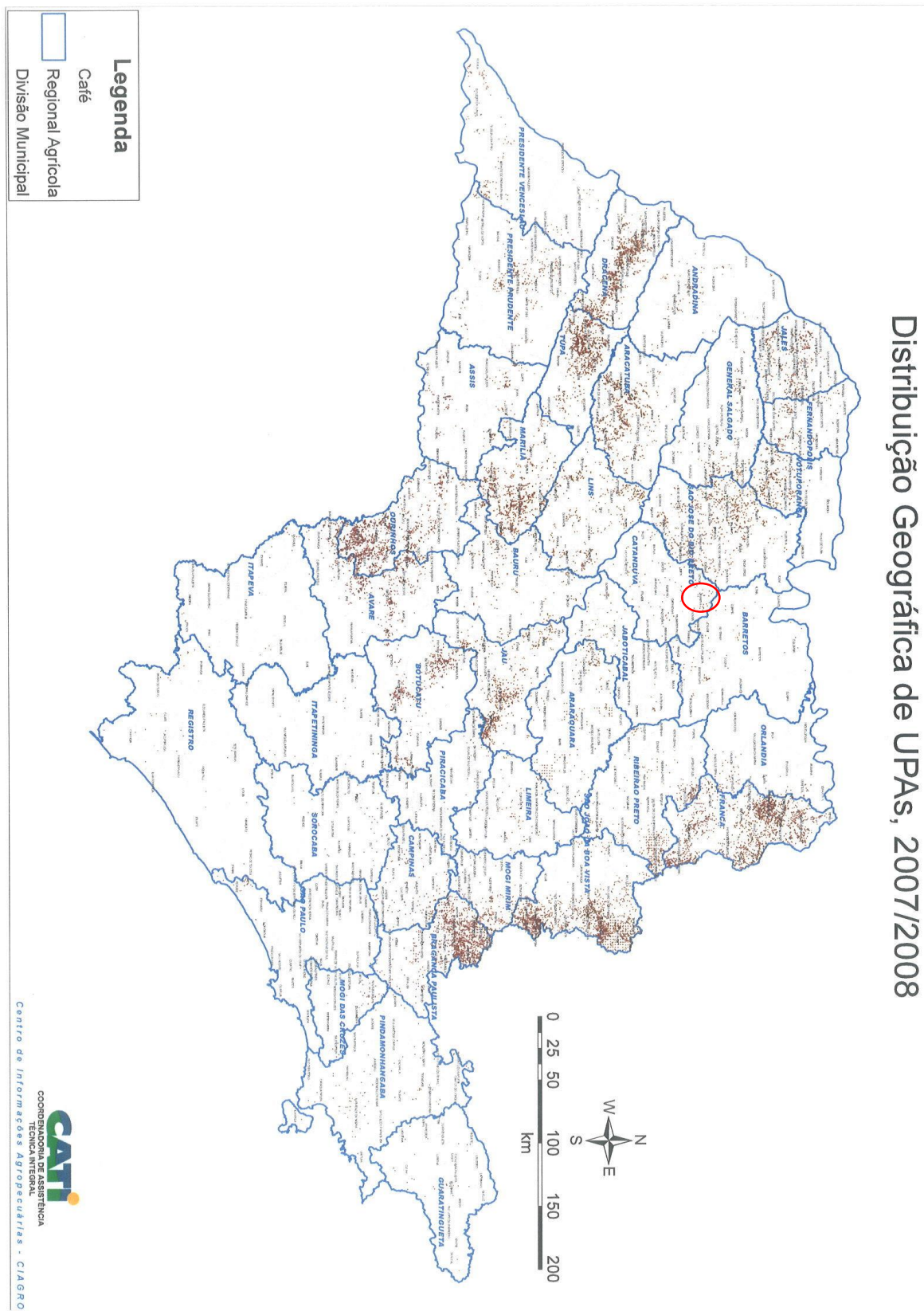
Figura 35: Distribuição de Área Cultivada e Número de Produtores de Café, 2007/2008

Distribuição Geográfica de área cultivada e número de produtores, 2007/2008



Fonte: CATI (2007/08)

Figura 36: Distribuição Geográfica de UPAs, 2007/2008



Fonte: CATI (2007/08)

2.2 A Laranja

Esta parte do trabalho retrata também o processo histórico que ocasionou no alavancar desse cultivo cítrico pelo país e principalmente no estado de São Paulo, a instalação de agroindústrias voltadas para extração do suco, os tipos de contrato entre o produtor e a indústria e sobre a mão-de-obra do cultivo.

De acordo com Moreira (1980) as primeiras plantas cítricas foram trazidas para o Brasil com as expedições colonizadoras e em 1540 já estavam introduzidas por todo o litoral, de norte a sul. Entretanto o comércio da cultura penetrou no século XX no estado de São Paulo, “inicialmente, nas regiões do Vale do Paraíba e ao longo dos trilhos da Companhia Paulista de estradas de Ferro, até Limeira ou Rio Claro, constituindo-se numa cultura alternativa ao café” (MAIA, 1996, p. 17).

A expansão da citricultura para Martinelli Junior (1987) seguiu de perto a “rota cafeeira”, ocupando e aproveitando as condições básicas de infraestrutura operacional e econômico-financeira propiciadas pelo “complexo cafeeiro”.

No início, a produção de citros destinava-se quase que exclusivamente ao consumo de subsistência, sendo comercializado apenas o excedente em mercados e feiras livres. O aumento segundo Viera (1976) da área cultivada e do volume desse excedente foi se tornando significativo, ao ponto de, em 1911, ser feita a primeira exportação de laranja, que teve como destino a Argentina.

Após passar por séria crise em 1937 “com o aparecimento nos laranjais da doença denominada “tristeza”, que eliminou grande parte das árvores no estado, e com a eclosão da II Guerra Mundial, em 1939, que paralisou quase todo o tráfego marítimo, a citricultura paulista ressurgiu a partir de meados da década de 50” (MAIA, 1996, p. 12).

Na década de 50

Em São Paulo, a atividade ganhou maior destaque econômico e nesse período surge um novo município produtor de laranja – Bebedouro – que na época tinha potencial para ultrapassar Limeira, pois era o município que apresentava o maior número de “pés novos plantados”. Essa região investia em moldes modernos nos laranjais, absorvendo sempre as inovações técnicas surgidas, seguindo à risca novas orientações no cultivo dos pomares (MAIA, 1996, p. 19-20).

Porém nessa mesma década surge uma nova doença denominada de “cancro cítrico”. E como forma de combater o “cancro cítrico”, segundo Maia (1996, p.20) “o governo do estado, através do Instituto Biológico, erradicou os pomares das regiões afetadas, bem como proibiu a

plantação de novos pomares cítricos”. Com esse procedimento foi delegado aos órgãos competentes poderes para criarem as chamadas “áreas próprias” e “áreas impróprias” para a cultura de citros.

Nas décadas de 50 e 60, a cultura se expande em direção ao norte do Estado, acompanhando a construção das rodovias e os trilhos das ferrovias até São José do Rio Preto e Bebedouro, passando por Araraquara, Taquaritinga e Matão. Ao mesmo tempo, passavam a perder importância relativa as regiões do vale do Paraíba e de Sorocaba, com a industrialização que, então, se iniciava mais intensamente (MAIA, 1996, p. 20).

O fator primordial para a cultura continuar se expandindo na década de 60 foi devido à instalação de unidades processadoras de suco de laranja concentrado e congelado, de larga aceitação no exterior. “O comércio da laranja se restringia, até então, à venda da fruta *in natura* já dirigida aos mercados interno e externo” (MAIA, 1996, p. 12).

Na década de 1950 e 1960, o Brasil passa por um grande avanço na dinâmica espacial, promovida pela implantação de políticas públicas para o desenvolvimento nacional, resultando em novos rumos econômicos para o país. O agricultor, nesse momento, se articulava com as indústrias, por meio de longos contratos, que regiam o mercado da fruta. Esses contratos prendiam o agricultor, uma vez que o lucro que tinham acabava sendo revertido em insumos (como os agrotóxicos) para poderem ter uma melhor safra com maior “qualidade”, como comenta o Sr. WOF¹⁹ e ainda complementa que com a insistência nesse modelo de produção muitos acabaram se endividando e perdendo terras.

Na década de 1970, ocorreu a chamada revolução técnico-científica, intensificando os processos de industrialização do país e, conseqüentemente, imprimindo uma nova dinâmica e configuração promovida pela modernização do campo brasileiro. Segundo José Graziano da Silva (2004, p. 95) a modernização da agricultura “era a necessidade de expansão da oferta agrícola para fazer frente ao crescimento industrial (matéria-prima) e da urbanização (alimentos)”. Inocêncio e Calaça (2010, p. 284) salientam que “a década de 1970, no Brasil, é caracterizada por forte concentração urbana, consequência da migração campo-cidade, que se acentuou devido ao desenvolvimento industrial”.

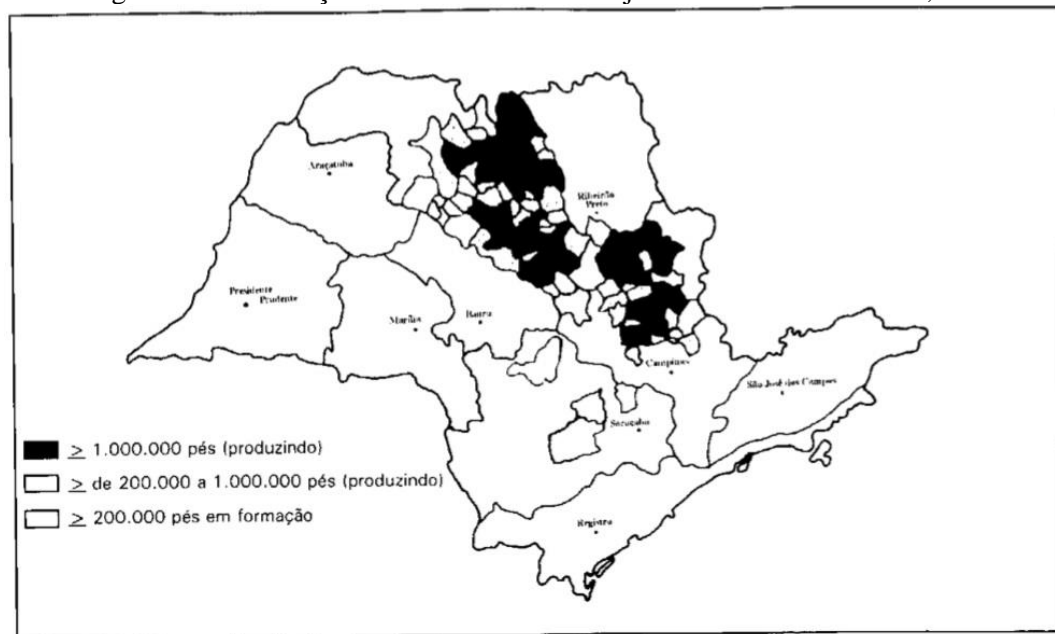
O Estado de São Paulo estava passando, nesse momento, por um período de transformações deixando de ser total produtor primário e passando a se industrializar (principalmente indústrias ligadas ao suco de laranja e cana). Com isso, o Instituto Brasileiro

¹⁹ Proprietário rural.

de Geografia e Estatística (IBGE) desmembra o estado de São Paulo da Região Sul, incluindo-o na Região Sudeste, pela proximidade econômica com os demais estados do Sudeste.

O expansionismo da cultura de laranja ocorreu de forma vertiginosa, a localização dos pomares de laranja em São Paulo abrange, municípios das divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de campinas, de Ribeirão Preto e de São José do Rio Preto, formando o chamado “cinturão citrícola” (MAIA, p. 21, 1996). A figura 37 indica onde havia pés de laranja plantados no estado nos anos de 1990/91, percebe-se que a área de estudo está codificado em cor negra, ou seja, o número de pés de laranja produzindo era maior de 1.000.000 pés. Sendo assim, se comprova a forte presença deste cultivo na região e no município deste estudo.

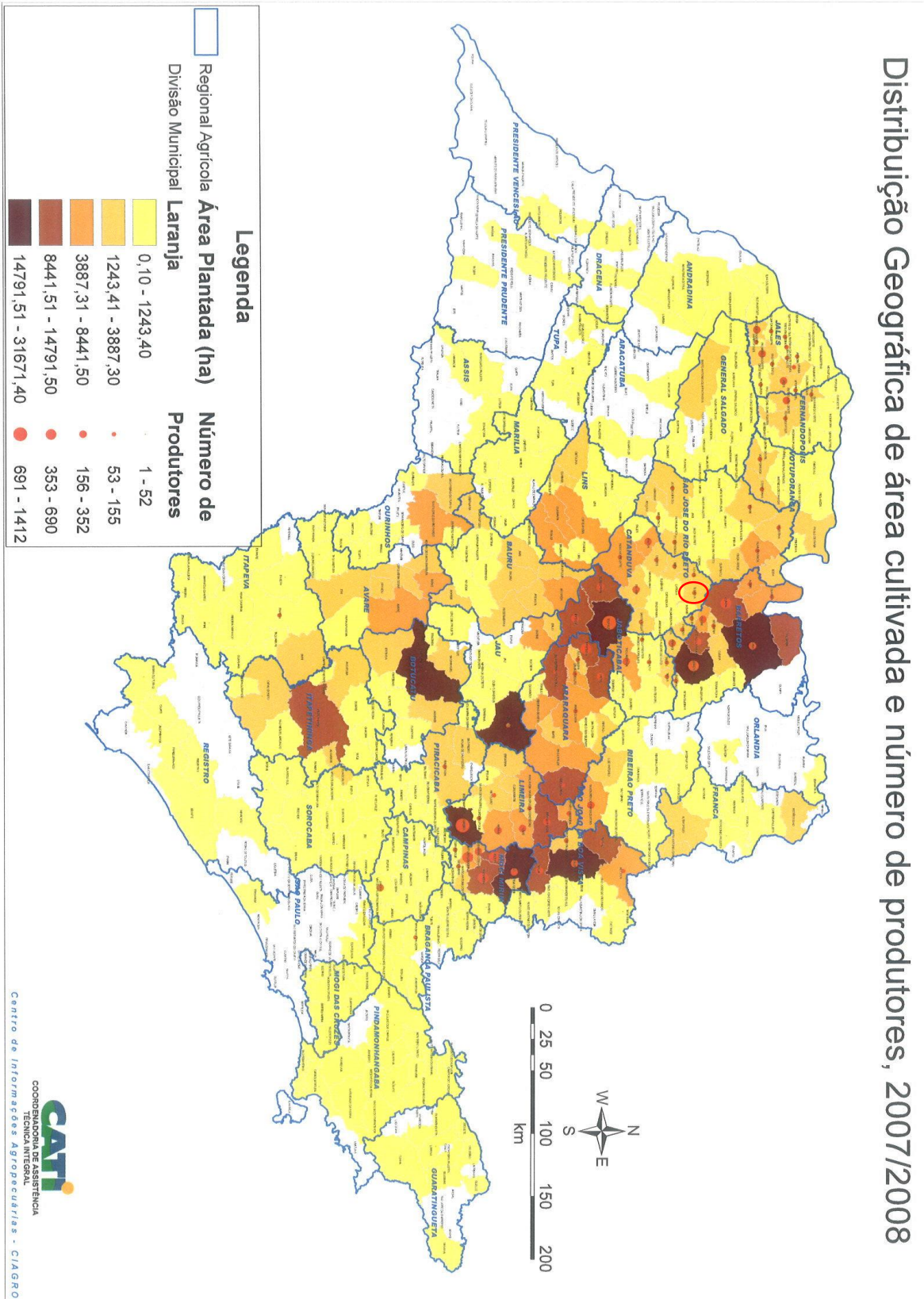
Figura 37: Localização dos Pomares de Laranja no estado de São Paulo, 1990/91



Fonte: Maia (p. 25, 1996)

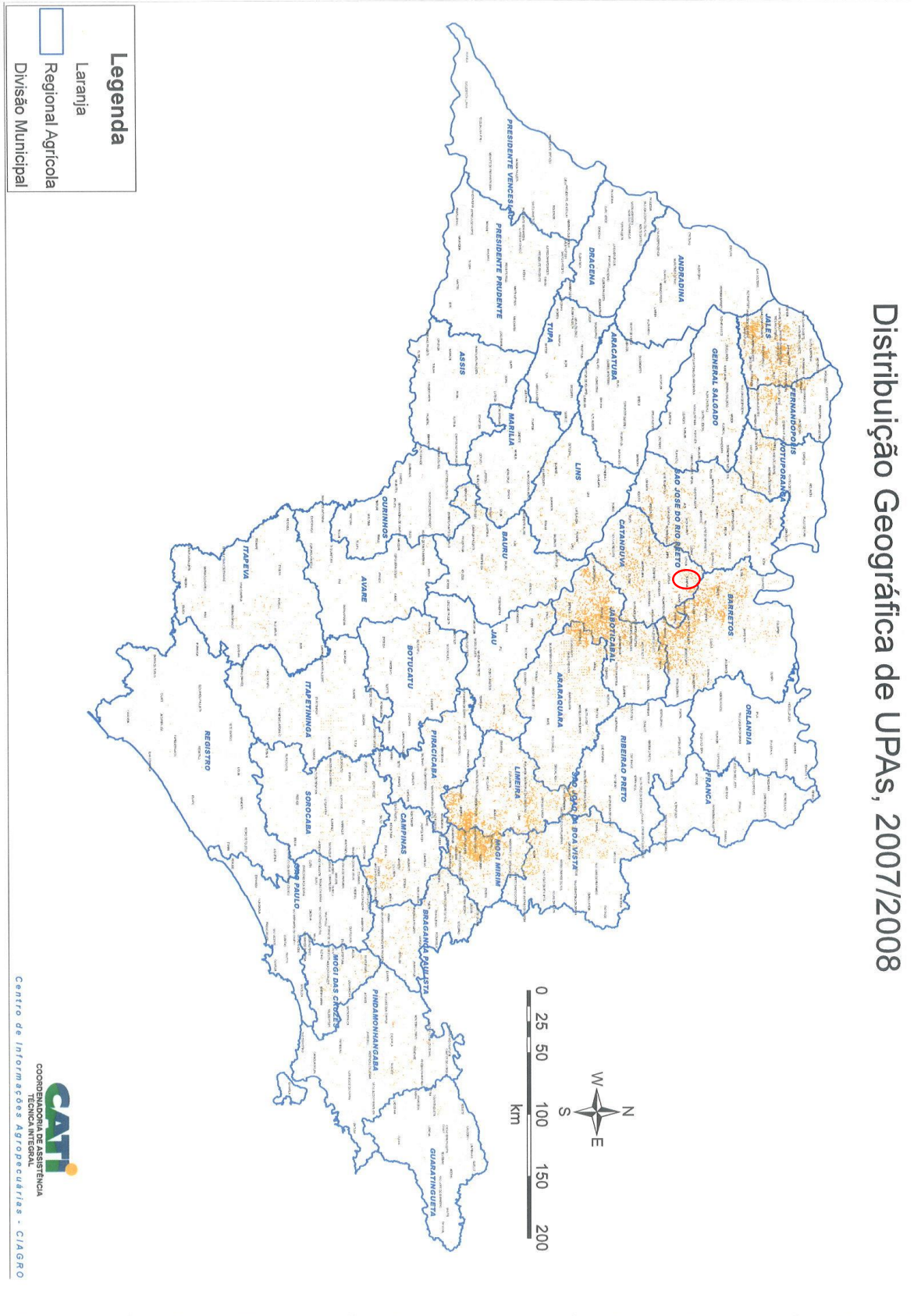
E fazendo uma comparação da área codificada com a cor preta da figura 37 com as figuras 38 e 39, pode-se constatar que essa região geográfica do estado de São Paulo ainda têm um número significativo de produtores da fruta e em Tabapuã esse cultivo está atrelado entorno de 55 a 135 produtores de acordo como a coleta realizada pelo CATI em 2007/08.

Figura 38: Distribuição de Área Cultivada e Número de Produtores de Laranja, 2007/2008



Fonte: CATI (2007/08)

Figura 39: Distribuição Geográfica de UPAs, 2007/2008



Fonte: CATI (2007/08)

No final da década de 60 e 70, as empresas processadoras de laranja estavam localizadas mais próximas aos municípios de Limeira e Bebedouro. Durante as décadas de 70 e 82, várias empresas foram instaladas nos municípios a noroeste do estado (MAIA, p.23 e 27, 1996).

NEVES et al. (1991) descrevem sobre o amparo tecnológico e biológico do IAC e do IB da Secretaria da Agricultura e Abastecimento à disposição dos agricultores. “O que proporcionou maior segurança em investimentos de novos plantios de citros, com variedades apropriadas ao processamento, contribuindo, também, para o desempenho da citricultura a existência de produtores com tradição em cultura perene, herança da agricultura cafeeira” (MAIA, p 46, 1996).

O desenvolvimento de novos pomares de laranja passou, assim, a decorrer tendo as indústrias de suco como polos de atração e plantio de variedades mais indicadas para o processamento, como Pêra, Natal, Valência e Hamlin, em detrimento da Bahia, Baianinha e Lima.

Na década de 70, com a expansão e consolidação da indústria de suco de laranja concentrado congelado, para atender basicamente ao mercado externo, a agroindústria citrícola passou a ter papel de destaque na economia brasileira. A importância do setor se evidenciou com o país ocupando a partir de 1982 o primeiro lugar mundial na produção de laranja e suco cítrico (MAIA, p. 6, 1996).

De acordo com Maia (1996) os preços recebidos pelos citricultores, na primeira metade da década de 80, teriam tido mais aderência com as cotações no mercado internacional da “commodity suco de laranja”, tanto que na década de 1980 mais de 1 milhão de plantas cítricas haviam sido plantadas no território brasileiro e o Estado de São Paulo era responsável por 70% das laranjas e 98% do suco que o Brasil produzia (NEVES, 2001, p. 9). Ocorria, então, uma substituição dos pomares de café pelo investimento nos pomares de laranja, como já foi mencionado.

Sobre a colheita da fruta, segundo Amaro (2001),

A cultura da laranja é uma atividade agrícola cuja colheita dos frutos propriamente dita é efetuada pelo processo manual, utilizando-se caminhões e/ou trator mais carreta apenas para o transporte das caixas vazias ao longo do pomar e, posteriormente, cheias com a produção já colhida. Mais recentemente, em alguns casos, tem-se observado a presença de veículos dotados de equipamento tipo “munck” para facilitar o carregamento de caminhões que irão transportar a fruta, passando, assim, a prescindir de parte da mão-de-obra (AMARO, et al, p. 18, 2001).

Houve dois tipos de contratos que diversificaram a colheita: O primeiro refere-se a vigência do “contrato de participação” (1985/86 a 1994/95), a colheita, geralmente, era administrada pela indústria, que empregava pessoal especializado e, posteriormente, descontava dos produtores os custos incidentes e previamente fixados nos contratos de compra e venda da fruta. (AMARO, et al., p. 19, 2001). Apesar de ainda não ser responsabilidade do produtor a colheita nesse momento, o mesmo assinava o contrato ciente que a mão-de-obra seria cobrada, descontada do valor final sobre o produto que agricultor receberia.

Cabe destacar que a partir da safra agrícola 1995/96, ela passou a ser quase totalmente de responsabilidade e administração dos próprios citricultores, os quais devem encarregar-se de contratar as turmas de colheita e transporte das frutas (AMARO, et al., p. 19, 2001).

O avanço tecnológico tornou-se, no decorrer dos anos, irreversível na agricultura paulista. As máquinas agrícolas foram introduzidas, inicialmente, no preparo do solo e, depois, no plantio, nos tratamentos culturais, na colheita das culturas anuais e semiperenes e, atualmente, ainda em caráter experimental, nas culturas da laranja e do café, alterando de forma profunda o cenário agrícola quanto à absorção de mão-de-obra (AMARO, et al, p. 24, 2001).

A década de 1990, resume-se para Amaro (2001) como

A década dos 90s iniciou-se em uma conjuntura de crise, com prioridade para a estabilização da economia e a administração do déficit público. A queda do produto interno bruto (PIB) e a da renda “per capita”, constituem indicadores do processo de recessão, afetando, conseqüentemente, o setor rural. As condições de desemprego e de perdas salariais afetaram negativamente a demanda por alimentos. A oferta de produtos agropecuários também foi prejudicada pela política agrícola com elevadas taxas de juros para custeio (AMARO, et al, p. 27-28, 2001).

Diante dos resultados obtidos, pode-se considerar que no período 1988/89 a 1997/98, principalmente nos anos-safras da década dos noventa, ocorreram sensíveis mudanças na citricultura paulista: provocadas, de um lado, pela queda nos preços recebidos pelos produtores de laranja e, de outro, por alterações no sistema operacional de condução dos pomares, tendo como principal objetivo reduzir os custos de formação e de produção (AMARO, et al., p. 34, 2001).

A queda nos preços de laranja pode ser atribuída a excessiva produção em São Paulo e à recuperação da produção na Flórida (EUA), acompanhadas pela menor taxa de aumento de consumo de suco na Europa, agravadas por crises econômicas que reduzem o nível de comércio internacional. Outros fatores também podem ser lembrados, tais como o crescimento do consumo de bebidas artificiais apoiadas por fortes esquemas de propaganda e o aumento de produção em vários países que, na qualidade de ex-colônias (ou como integrantes de blocos

econômicos), gozam de vantagens aduaneiras na importação pelos países da Comunidade Européia (AMARO, et al., p. 35, 2001).

A produção de laranja no município de Tabapuã era atendida pelas agroindústrias Citrusuco, Coimbra Cargill e Cutrale. Na Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto, foram surgindo indústrias, como a Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo (Coopercitrus), com sede no município de Catanduva que hoje é a Citrovita.

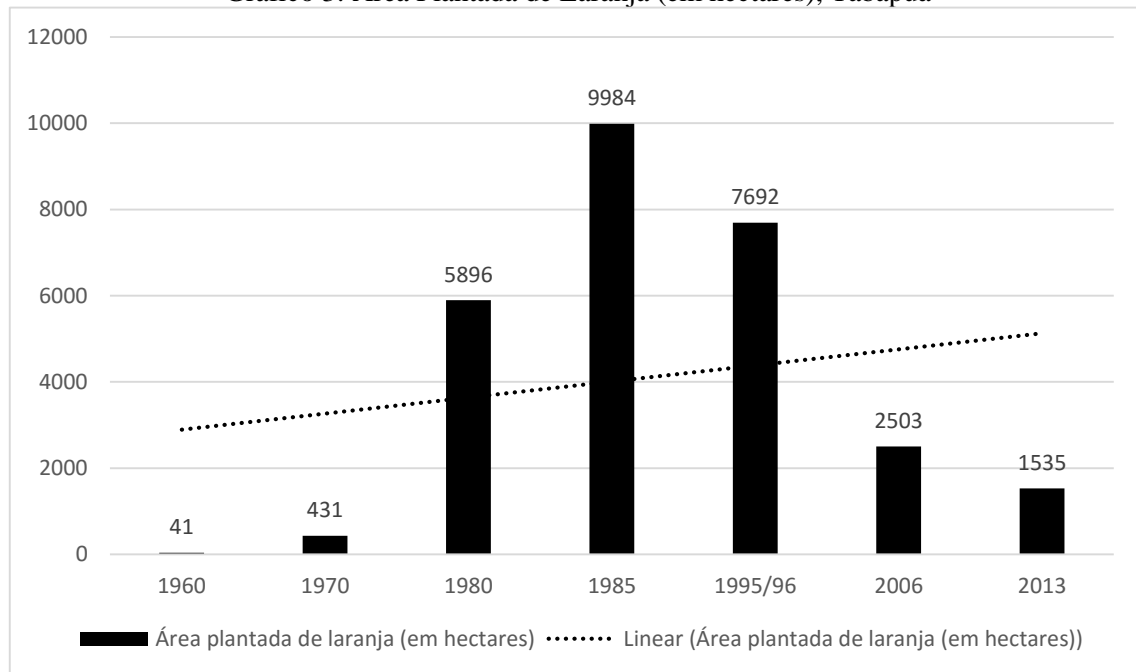
Observa-se que as grandes empresas já despontavam nessa fase, pois em 1970 a Citrusuco paulista e a Sucocítrico Cutrale controlavam mais de 60% da capacidade de processamento da indústria de suco no País (MAIA, p. 43, 1996).

No ano de 1954, entra em operação uma nova unidade de processamento da Cargill Citrus no município de Uchoa, com capacidade de processamento de 15 milhões de caixas por ano. Em 1991 entrou em funcionamento a empresa Citrovita em Catanduva, do grupo Votorantim. As indústrias mencionadas referem-se as unidades próximas do município de Tabapuã.

Em março de 1979 surge a Citrovale S/A no município de Olímpia, sendo que 49% de suas ações passaram em 1983 para o grupo Cutrale, detinha 100% do controle acionário da empresa em 1996 (MAIA, p. 45, 1996) e hoje está desativada.

O cenário, até então, se identifica com culturas permanentes, investimentos a longos prazos e monoculturas de exportação. A mão-de-obra para as épocas de colheitas era os denominados “boias-frias” (trabalhadores temporários ou volantes, recrutados em determinados períodos por uma pessoa responsável pela intermediação e, geralmente, submetidos a difíceis condições de trabalho). A substituição das culturas desenvolvidas no município resultou de uma série de condições, seja em razão do mercado externo desfavorável a uma e favorável a outra, seja pela falta de políticas (crédito, transporte, armazenagem). O gráfico 3 evidencia as décadas do auge desse cultivo no município, demonstrando o seu crescimento como seu decréscimo nas lavouras do espaço rural tabapuanense.

Gráfico 3: Área Plantada de Laranja (em hectares), Tabapuã



Fonte: Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e Produção Agrícola Municipal de 2013.

Org.: PELISSON, G. V. (2015)

Em relação a produção dessa cultura, de acordo com os censos agropecuários, o gráfico 3 demonstra a exploração do cultivo de laranja no município, que tem seu auge principalmente nas décadas de 1980 e 1990, devido instalações de agroindústrias na região, como exemplos a Cutrale e Citrovita.

Porém junto com as agroindústrias do suco de laranja surgiram também na mesma região usinas sucroalcooleiras impulsionadas por políticas públicas como o PROALCOOL, principalmente nas três últimas décadas do século XX, impactando e criando novas territorialidades do agronegócio.

2.3 A Cana-de-Açúcar

Por meio deste item trabalha-se a atual realidade do campo, as transformações sócioespaciais causadas por esta monocultura, a proporção de área plantada em hectares deste cultivo, demonstra o aumento de estabelecimentos arrendados no município.

Nas últimas décadas do século XX, é a cana que ganha proeminência, devido as instalações de Usinas Sucroalcooleiras na região e a formação da Área Canavieira de

Catanduva²⁰ formada por 19 municípios: Catanduva, Catiguá, Paraíso, Ibirá, Itajobi, Novo Horizonte, Pindorama, Palmares Paulista, Santa Adélia, Ariranha, Tabapuã, Uchoa, Urupês, Irapuã, Cândido Rodrigues, Borborema, Fernando Preste, Itápolis e Vista Alegre do Alto²¹. Dentre esses, têm-se usineiros e fornecedores.

O desenvolvimento da região tem sua origem em meados da década de 1950, e sua consolidação apenas após o surgimento do PROÁLCOOL²², depois de 1975, quando passou haver incentivo ao Programa, com a implantação de destilarias autônomas na área em questão.

A partir desses fatores houve um processo de territorialização do cultivo de cana-de-açúcar que detinha o pensamento de expandir a área plantada/colhida e a produção visando atingir um/o mercado internacional.

Uma nova forma de monopolização de terras nesse aglomerado de municípios surgiu na década de 1970, que foi o arrendamento de terras, a primeira usina a utilizar desse método foi a São Domingos, além da compra de terras próximas a usina. A prática do proprietário rural em arrendar parte de suas terras para usinas sucroalcooleiras produzirem cana-de-açúcar é uma atividade que vem aumentando intensivamente nas últimas décadas.

A expansão do cultivo de cana-de-açúcar, vêm gerando uma organização/reorganização sócioespacial, devido a modernização da agricultura (brasileira) que provoca uma especialização de produto (s) agrícola (s), que por fim qualifica/identifica uma região. Com isso as principais políticas públicas se voltam para essa especialização, desencadeando todo um circuito produtivo espacial.

Consequentemente difunde uma homogeneização do produto e/ou da forma de produzir, porém ao analisar o outro lado desse viés, há uma retração em espaços que em um outro momento eram destinados a produção alimentícia pela unidade familiar, têm-se como explicação para tal fato, o desenvolvimento territorial.

Um dos ramos que mais se expandiram com a modernização da agricultura foi o setor sucroalcooleiro na década de 1970, devido ser um dos setores privilegiados pelo Estado através

²⁰ BRAY, S. C. As políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Programa Nacional Alcool e suas influências na área açucareira – Alcooleira de Catanduva. In.: RUAS, D. G. G.; FERREIRA, E. R.; BRAY, S.C. **A agroindústria sucroalcooleira nas áreas canavieiras de São Paulo e Paraná.** – Rio Claro: UNESP/IGCE Pós-Graduação, 2014. 42 – 73p.

²¹ Localização da Área Canavieira de Catanduva: “localiza-se no Médio Planalto Ocidental Paulista, no setor Centro-Norte do estado, denominado de Média Araraquarense. Esse complexo agroindustrial canavieiro, açucareiro e alcooleiro de Catanduva, é constituído por 19 municípios usineiros e fornecedores” (BRAY, 2014, p. 42).

²² O PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool) foi criado a partir do Decreto 76593, de 14/11/75.

do PROALCOOL. Os investimentos foram direcionados, tanto quanto se pensa no tipo de inovação adotada pelas diferentes áreas, como também no montante de recursos canalizados, o que gerou grandes diferenças regionais (BERNARDES, 1995, P. 253).

Esses fatos refletiram na organização agrícola da região,

No início da década de 1970, a economia agrícola da região de Catanduva era policultura (...) O café, principal produto agrícola na década de 1970, progressivamente perdeu a hegemonia com a expansão da lavoura canavieira, decorrendo daí um processo amplo de mudanças, que envolveu, conforme já abordado, múltiplas dimensões, destacando-se a substituição da produção de alimentos pela cana-de-açúcar, bem como a concentração da terra. (BERNADELLI, 2004, p. 94).

A territorialidade do agronegócio impacta na produção alimentícia. O programa (PROALCOOL) para Thomaz Junior (1996) foi lançado em um período de ascensão dos preços internacionais do produto e da queda acentuada das cotações de açúcar, estrategicamente construído com um propósito, o de produzir internamente, uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo.

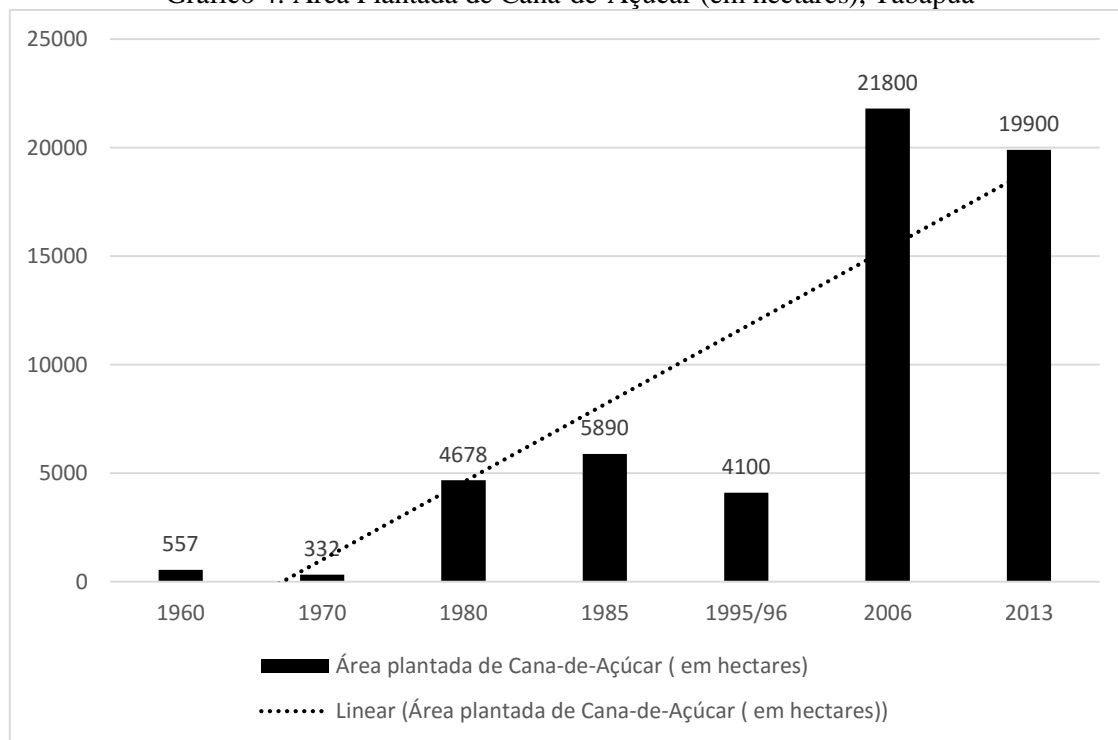
A ampliação da produção açucareira alcooleira nacional e paulista se deu também, segundo o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (IEA, 1972) devido: a) ao crescimento contínuo do mercado interno de açúcar e álcool; b) ao considerável aumento das exportações de açúcar; c) a uma política de expansão da lavoura canavieira estabelecida pelo IAA, nesta década (1970); e d) ao incremento da capacidade de produção instalada nas usinas.

Para aumentar a produção de açúcar em virtude do Programa de Racionalização e do Fundo Especial de Exportação - FUNPROSUCAR, as usinas da Área de Catanduva passaram a investir na melhoria dos equipamentos industriais e agrícolas, e na aquisição e arrendamento de terras (BRAY, 2014, p. 53).

E assim de uma forma acelerada foi-se “substituindo” as pastagens, as antigas lavouras de laranja e café pelo plantio de cana-de-açúcar²³, como pode ser constatado no gráfico 4 que mostra a proporção e evolução da presença do cultivo de cana no município e nas figuras 40 e 41 onde fica visível a dominação territorial.

²³ Apesar do crescimento acelerado na produção de cana-de-açúcar, não quer dizer que seja o fim da policultura (do cultivo de alimentos), pois o município é produtor de frutos também.

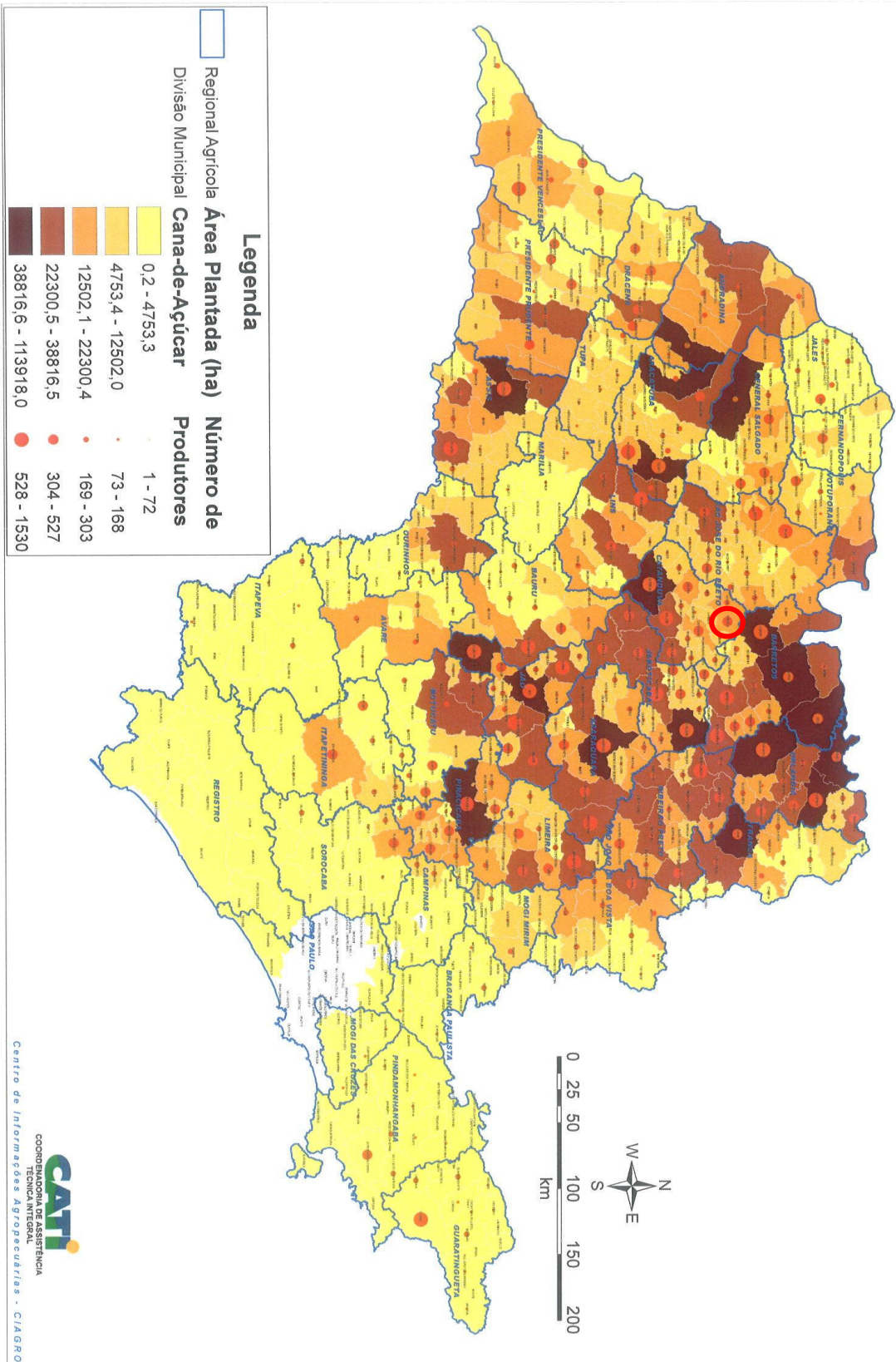
Gráfico 4: Área Plantada de Cana-de-Açúcar (em hectares), Tabapuã



Fonte: Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e Produção Agrícola Municipal de 2013.
Org.: PELISSON, G. V. (2015)

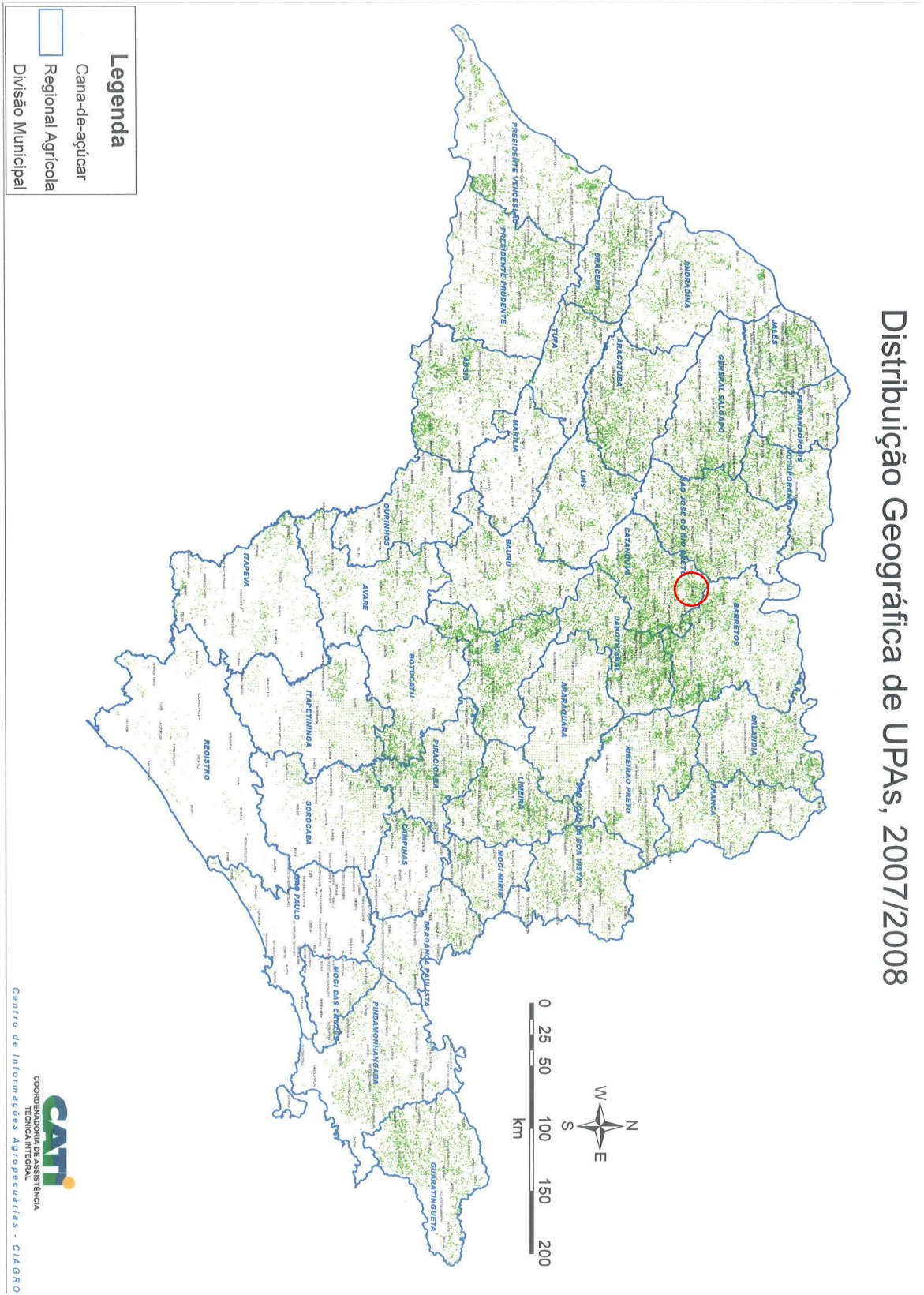
Figura 40: Distribuição de Área Cultivada e Número de Produtores de Cana, 2007/2008

Distribuição Geográfica de área cultivada e número de produtores, 2007/2008



Fonte: CATI (2007/08)

Figura 41: Distribuição Geográfica 2007/2008



Fonte: CATI (2007/08)

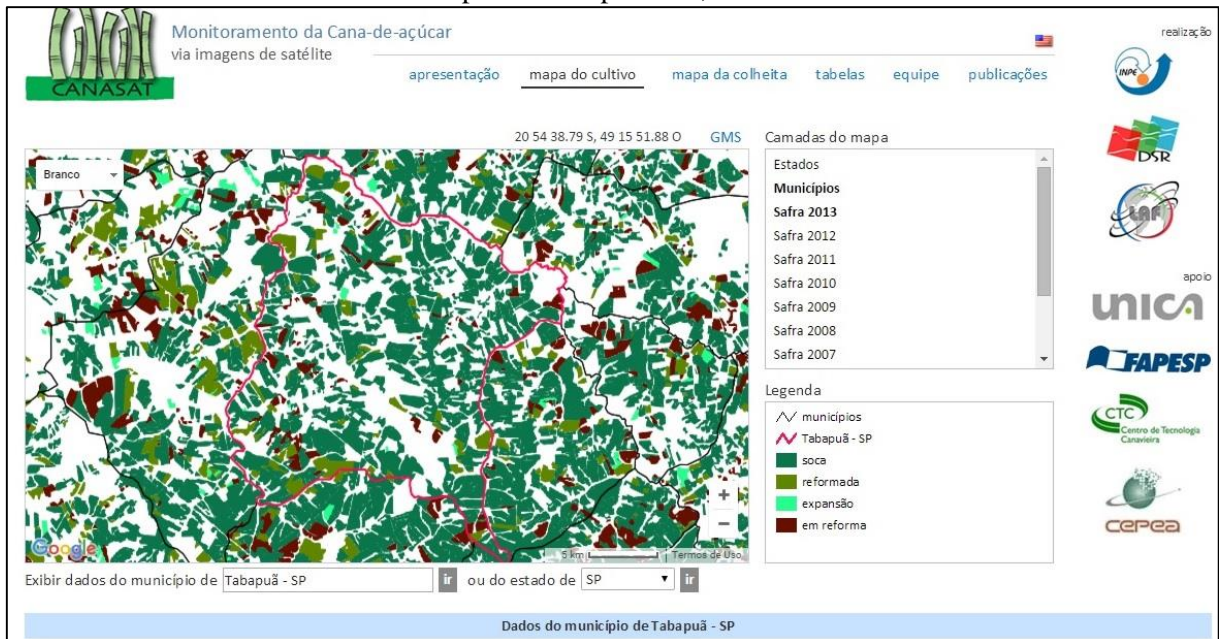
Atualmente, é a cultura que tem a maior quantidade produzida, área plantada e colhida no município. E não só em Tabapuã, mas em toda Microrregião Geográfica de Catanduva houve um aprofundamento na especialização dessa cultura. Tal fato é evidenciado pelo surgimento de órgãos que fomentam e auxiliam esse setor,

No dia 23 de junho de 1994 o setor sucroenergético brasileiro ganhava uma entidade representativa que viria a ser peça fundamental para desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Nascia, nesta data, a APAC (Associação de Produtores de Açúcar, Aguardente e Álcool de Catanduva), que mais tarde, após um realinhamento estratégico, passou a ser chamada de Biocana – Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Energia, com sede em Catanduva, noroeste de São Paulo e atuação em todo o Centro-Sul do Brasil (BIOcana, 2014)²⁴.

Dentre os fatores que proporcionam o aumento dos agricultores em arrendar suas terras, está a falta de mão-de-obra no campo, a mecanização e a comodidade em ter uma “renda” fixa por um determinado prazo sem ter que se preocupar com o processo de desenvolvimento da produção, pois a responsabilidade do estabelecimento arrendado é totalmente da usina.

Essa influência ou controle que a usina tem sobre o agricultor é uma estratégia da territorialidade que afeta um indivíduo ou um grupo, como reportado na figura 42.

Figura 42: Mapa do monitoramento do cultivo da cana-de-açúcar via imagens de satélite: dados do município de Tabapuã - SP, safra 2013



Fonte: CANASAT²⁵, 2015

²⁴ BIOcana. Disponível em: <http://www.biocana.com.br/index.php/conteudo/visualizar/biocana-comemora-17-anos-com-plano-de-crescimento->. Acesso 30 jun 2014.

²⁵ Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>. Acesso 19 jan 2016.

Na figura 42 fica evidente a forte presença não só no município, mas em todo seu entorno do agronegócio ou até melhor o agrohidronegócio. Thomaz Junior (2010, p. 98) descreve que,

o acesso às terras, seja pela titularidade (legal ou grilada), seja por meio de contratos de arrendamento etc., é a garantia que o capital, identificado como agronegócio (grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais), requer para reproduzir-se e apropriar-se dos meios de produção e controlar o tecido social, mediante o acionamento dos dispositivos das esferas da produção, da circulação, da distribuição, do consumo, bem como especulativos.

O sucesso do agronegócio também não pode ser atribuído somente à sua fixação à territorialização e ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água, assim como as demais etapas da cadeia produtiva, comercialização, etc (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 97). Contudo, o uso interativo da terra e da água não está somente para o capital, por meio de suas articuladas formas de expressão e dispersão (de sistemas produtivos, de grandes extensões de terras cultivadas e ativadas por pivôs-centrais, represas, de canais de irrigação etc.), mas também para os trabalhadores, para os camponeses.

A agricultura familiar sofreu impactos com a agricultura patronal devido a territorialidades que exaltam a exploração da monocultura e a produção de commodities. Sendo assim a agricultura familiar busca estratégias para permanecer e se manter nos espaços rurais do município de Tabapuã e assim preserva-se o frágil equilíbrio que se tem entre esses tipos de agriculturas, devido ao apoio também das políticas públicas governamentais.

Tem-se ao término desse capítulo, a seguinte síntese, que do descobrimento até boa parte do Império, nesse extenso período, a agricultura no estado de São Paulo ficou limitada a culturas de subsistências segundo Araujo (2003, p. 6). O desenvolvimento da atividade agrícola em São Paulo ocorreu somente no século XIX, com a cultura do café (ARAÚJO, 2003, p. 6). O autor ainda coloca que de acordo com (IEA, 1972; Paiva et al, 1973; Nicholls, 1972) a evolução da cafeicultura permitiu, então, uma rápida e vigorosa mudança não somente no perfil da agricultura do estado mas também muito contribuiu para o desenvolvimento futuro da economia paulista.

A incorporação de novas áreas, cada vez mais distantes do litoral, criou a necessidade de um eficiente deslocamento para o interior do estado, inclusive em razão de uma crescente

demanda por transporte para escoamento da produção. Esses fatores acabaram incentivando a construção de ferrovias e rodovias. (ARAÚJO, 2003, p. 6).

Em meados do século XX, a agricultura paulista já apresentava claros indícios de desenvolvimento e excelente desempenho em relação aos demais estados do país (ARAÚJO, 2003, p. 7)

No período de 1950 – 1998, a agricultura paulista manteve posição de liderança em diversos produtos, alcançando o estágio mais avançado de modernização. E, em larga escala, o processo de industrialização do país concentrou-se nesse Estado (ARAÚJO, 2003, p. 8).

E conseqüentemente a área desse estudo sentiu e foi alvo da especialização de produtos agrícola e do processo de industrialização.

3 AS ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE A EXPANSÃO DO AGRICULTURA PATRONAL

Esse capítulo discute os conceitos de agricultura familiar e campesinato, contextualiza as dinâmicas da agricultura familiar no município a partir das entrevistas realizadas com esses sujeitos, buscando caracterizar suas atividades e refletir sobre suas aplicações à realidade do espaço rural tabapuanense, no sentido de reconhecer suas articulações e conflitos, bem como avaliar o papel das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no município.

Para entender a agricultura familiar, deve-se remeter ao conceito de camponês, suas derivações e construções teóricas que levaram a construção do conceito de agricultura familiar, em suas diferentes acepções. Contudo, elencam-se alguns pontos de contato entre o conceito de camponês e agricultura familiar e o modo de produção de ambos.

Os debates referentes ao camponês remontam ao feudalismo e teve início na Europa aproximadamente no final do século XIX. Dois autores procuraram interpretar a dinâmica agrária e o campesinato, são eles Lênin em sua obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” e Kaustky, com “A questão agrária”, ambas publicadas em 1899, na Rússia e Alemanha.

Para Candiotta, 2011, p.278,

Enquanto Lênin concentrou-se na ideia de *diferenciação social* do campesinato, sugerindo seis classes para o camponês, Kaustky evidenciou o papel da inserção da grande exploração capitalista (industrialização da agricultura) como determinante para a futura e inevitável extinção do campesinato. Engels também foi outro pensador que, ao interpretar o campesinato na França e na Alemanha e a expansão da forma capitalista de produção na pequena exploração agrícola, condenou o campesinato ao desaparecimento.

Abramovay (1992) referente as questões capitalistas, descreve que para Marx existem duas categorias: burguesia e proletariado e que o camponês “será indubitavelmente transformado em burguesia e proletariado, conforme sua inserção nas relações capitalistas”.

Ao analisar o espaço rural, pensava-se nessas relações devido a Revolução Verde amparada pelo pacote tecnológico, que para Candiotta (2011): “no caso da agricultura, a tendência de tecnificação e industrialização da mesma seria um fator preponderante em relação às escolhas das famílias camponesas”, pois a “penetração do modo de produção capitalista na agricultura era um fenômeno incontestável e, conseqüentemente, o modo de vida camponês estaria fadado ao desaparecimento”.

No século XX surge outra corrente para a interpretação do campesinato (evidencia os conhecimentos e a racionalidade do camponês considerando sua função social), os principais expoentes dessa corrente foram: Chayanov, Tepicht e Shanin (baseada na valorização das dinâmicas internas da unidade e, conseqüentemente, nas decisões tomadas pela família camponesa).

Cita-se uma obra fundamental de Chayanov que é: “La organización de la unidad económica campesina”, publicada em 1976. Para Sampaio (2002, p. 2), os *Chaynovianos* formam uma “corrente pautada na dinâmica interna da agricultura camponesa e das comunidades na qual ela se insere, no sentido de perceber os mecanismos fundamentais da reprodução e preservação do grupo”.

Para Candioto (2011, p. 279) “na visão de Chayanov, a inexistência do trabalho assalariado foi central para a predominância da economia camponesa não capitalista, pois ao se concentrar no trabalho, uma lógica capitalista penetraria na unidade familiar”. Porém reconhece contratações de diarista esporádico nos períodos de maior necessidade de trabalho no campo e sugere uma distinção entre trabalho contratado para auxiliar o trabalho familiar e trabalho contratado para produzir lucro.

Sampaio (2002) destaca outro pensador relevante para os estudos sobre o campesinato, que foi Shanin. Em 1980, Shanin introduziu uma dimensão política ao conceito de camponês e atribuiu as seguintes características ao campesinato: a) a unidade familiar é a unidade básica multifuncional de organização social; b) trabalho e terra aliado a criação de animais são os principais meios de subsistência; c) sujeição multidirecional a poderes exteriores (percebendo aqui uma questão cultural, bem como a subordinação dos camponeses).

Candioto (2011, p. 280) coloca que há “uma heterogeneidade no que diz respeito às unidades de produções familiares e as comunidades camponesas no mundo, haja visto que estas variam conforme a localização geográfica e diferenciam-se segundo critérios políticos, econômicos, socioculturais, ambientais, institucionais e normativos”. E tais critérios, por sua vez, modificam-se conforme o tempo histórico, e influenciam/transformam a dinâmica territorial, numa relação dialética.

Essa historicidade trazida sobre o camponês e a defesa de um “Paradigma da que Questão Agrária” em contraposição ao que chama de “Paradigma do capitalismo agrário”, incentiva muitos autores [Oliveira (1991), Fernandes (2010), Bombardi (2003), Fabrini (2004), Fernandes e Leal (2002), entre outros] a continuarem a utilizando o camponês como categoria social viável para explicação dos fenômenos contemporâneos no campo (CANDIOTTO, 2011, p. 280).

Para Fernandes (2010) a figura do camponês e a utilização deste termo estariam ligados aos entusiastas do “Paradigma da Questão Agrária”, onde a Reforma Agrária seria o principal objetivo a ser alcançado pelos camponeses, através da luta pela terra e pela permanência no campo.

Têm-se a seguinte contribuição de Lamarche (1993), em que aponta os seguintes princípios do modelo camponês: a) há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; b) o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro; c) os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca. Os camponeses, apesar de vivenciarem relações capitalistas, buscariam resistir ao modo de produção capitalista e, os acampamentos e assentamentos rurais, fruto da luta dos movimentos sociais do campo, representariam os territórios camponeses.

Já os agricultores familiares representariam o “Paradigma do Capitalismo Agrário”, pois a institucionalização da “agricultura familiar” nas políticas públicas do Governo Federal brasileiro teria como objetivo intensificar e aperfeiçoar a inserção dos pequenos agricultores e mercados e, conseqüentemente em relações capitalistas. Assim, alguns autores defensores da resistência camponesa ao capitalismo, repulsam a utilização do termo agricultura familiar, por entender que a simples menção ao termo conduz a uma aceitação e até adoção do “Paradigma do Capitalismo Agrário”.

Sampaio (2002), afirma que para a compreensão da agricultura familiar é importante estudar as formas de produção e reprodução da mesma. Para a autora a agricultura familiar engloba traço da agricultura camponesa que permanece, como a organização do trabalho predominantemente familiar e a relação com a terra como meio de trabalho. Assim, agricultura camponesa seria parte da agricultura familiar.

No contexto brasileiro a agricultura familiar (a expressão) passou a ser utilizada com uma maior frequência a partir do final da década de 1980, nesse período, “soma-se ao conceito de pequena produção as noções de integração – para caracterizar os produtores vinculados às agroindústrias e aos mercados consumidores – e exclusão – para aqueles que haviam sido marginalizados do processo de modernização conservadora” (PORTO E SIQUEIRA, 1994, p. 86)

A década de 1990 é marcada pela emergência do debate sobre a legitimação da agricultura familiar por parte do governo federal, em que o agricultor familiar vem sendo visto como um ator fundamental para a incorporação de práticas vinculadas à sustentabilidade no Brasil.

Com base nas experiências europeias, e entendendo a importância da agricultura familiar como possível promotora de ações direcionadas ao “desenvolvimento sustentável”, o governo federal incorpora o discurso da sustentabilidade, aliado à agricultura familiar. Porém, contraditoriamente, incentiva a inserção dos agricultores familiares em relações capitalistas, através do discurso do empreendedorismo e da profissionalização destes agricultores (CANDIOTTO, 2011, p. 286).

Em 2006 o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei nº. 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Na tentativa de compreender melhor os elementos que fundamentariam a autonomia dos camponeses/agricultores familiares, Candiotto (2011) elencou alguns indicadores dessa autonomia:

- Propriedade da terra e dos meios de produção;
- Produção para o consumo familiar, garantindo uma produção agropecuária diversificada e a segurança alimentar da família;
- Gestão familiar da UPVF, que permite à família decidir sobre as atividades produtivas (agrícolas e não-agrícolas);
- Não ser subordinado a um patrão ou empregador, apesar de muitos terem relações mercantis e obrigações contratuais;
- Não depender de trabalho assalariado externo;
- Não depender de técnicas e métodos de cultivo convencionais propagados pelas grandes empresas do setor agropecuário (máquinas, insumos, defensivos, etc.).

Segundo Schneider (2009, p.25) a expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

As análises teóricas atuais da agricultura familiar, baseia-se sobre o marxismo como uma vertente analítica que mais se dedicou à abordagem dos temas relacionados às sociedades rurais e à agricultura. Onde Schneider (2009, p. 28) coloca que “o predomínio do instrumental analítico marxista é ainda mais significativo em relação às análises mais específicas sobre a agricultura familiar e as formas sociais de trabalho vigentes no mundo rural”.

Entre as hipóteses que justificam essa hegemonia pode-se apontar, provavelmente, o próprio referencial epistemológico com a qual opera a teoria social crítica, situado no campo dos aportes holísticos e nomológicos, que privilegiam o estudo das relações sociais e

econômicas, a ação social e/ou os comportamentos e as representações dos indivíduos (SCHNEIDER, 2009, p. 28)

No Brasil, segundo Schneider (2009, p. 28), “o debate sobre agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definido. Entre os estudos publicados em português que deram impulso decisivo merecem ser citados os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992), e de Lamarche (1993, 1999)”.

O autor ainda complementa colocando que ao se retomar a bibliografia brasileira (recente) sobre os processos sociais rurais e agrários pode-se perceber que a incorporação da expressão agricultura familiar ganhou projeção somente a partir do final dos anos oitenta e, sobretudo, a partir da primeira metade da década de 1990.

Os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação (SCHNEIDER, 2009, p. 36). A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. (SCHNEIDER, 2009, p. 36).

A agricultura familiar envolve a produção agropecuária que se estrutura pela organização da vida em comunidades, na organização de uma família patriarcal, na divisão do trabalho pela família, nas práticas e ações solidárias, na organização política em torno do crédito, ATER, produção e comercialização as quais revelam uma especificidade territorial, que a caracteriza para além da dimensão econômica, porém o estudo desta é dificultado justamente pela sua singularidade territorial, cujos estudos quando baseados em dados não expressam a sua concretude, exigindo assim uma leitura mais específica de sua dinâmica territorial (SANTOS, 2008).

O território da agricultura familiar para Santos (2011, p. 322) “se distingue pelo seu processo histórico de intensa organização política de homens e mulheres em torno de uma agricultura de base familiar, fundamentada na produção da policultura e, muitas vezes na produção integrada, na própria monocultura do pacote tecnológico”.

A concepção de território para Santos (2011)

é compreendida no caso da agricultura familiar como uma forma de resistência e sobrevivência, para homens e mulheres que desde a década de 1940 tem construído sobre este espaço relações de empoderamento do espaço a partir da política, da economia, da cultura e também de acordo com as condições naturais (SANTOS, 2011, p. 322).

Para Santos (2011, p.322) a utilização da abordagem territorial na compreensão do espaço agrário do território da agricultura familiar faz sentido na medida em que contribua para

uma visão mais integrada do espaço, percebendo suas multifacetadas, ao mesmo tempo em que tem na sua identidade territorial um elo que permita sua dinamização.

“A agricultura familiar afigura-se como uma peça-chave, embora não exclusiva, do desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local, tornando-se como unidade territorial o município ou eventualmente consórcio de município” (SACHS, 2001, p. 79).

Carneiro (2011) afirma existir uma tendência ascendente e uma descendente em relação ao peso da agricultura na unidade familiar, a ascendente vincula-se à busca da manutenção da agricultura como sendo a atividade principal e que a descendente se refere à diminuição do peso da agricultura na renda familiar, seguida de uma reorientação no uso da propriedade e da mão-de-obra. Essa descendente é explicada por alguns fatores que levam ao êxodo rural.

Candiotto (2011) dá exemplo sobre a tendência descendente descrita pela autora, a qual leva à secundarização da atividade agrícola, e até seu abandono: 1) saída dos filhos da unidade familiar e permanência apenas dos pais, que muitas vezes não tem mais condições de produzir; 2) investir na formação educacional dos filhos longe do meio rural pode fazer com que os filhos percam o interesse em manter a exploração agrícola, buscando novas alternativas de renda; 3) diversificar as atividades, incluindo comércio ou prestação de serviços.

Carneiro (2011) descreve que o quanto é importante reconhecer as famílias plurativas quanto as não-plurativas, pois ambas exprimem a diversidade de possíveis inserções no mercado (comércio, prestação de serviços, turismo, manufaturas, artesanatos, agroindústria, etc).

Sendo assim, o modo de produção da agricultura familiar abrange duas constelações constantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura. A essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção camponesa em termos de produção de valor, pode ser articulada, de forma frutífera (pois em muitas abordagens teóricas, o campesinato é visto a priori como principal obstáculo para o desenvolvimento da sociedade), com o debate sobre desenvolvimento.

A agricultura camponesa não é obstáculo para o desenvolvimento e a mudança, mas, ao contrário, pode ser um excelente ponto de partida. No decorrer do tempo foi pregado uma tese dualista de acordo com Ploeg (2009) reporta-se aos trabalhos clássicos de Boeke (1947), Lênin (1961), Kaustky (1970) e Mariategui (1925). E coloca que uma eloquente elaboração, adaptada aos ‘tempos modernos’, pode ser encontrada no manual de De Benedictis e Cosentino (1979),

que colocava fazendeiros capitalistas (agricultura capitalista) e camponeses (agricultura familiar) como as principais, e mutuamente opostas, categorias nos estudos rurais.

A noção de camponês após a década de 1960 de acordo Ploeg (2009, p.17) passa a ser reconceitualizada – se adapta às circunstâncias históricas, dramaticamente transformadas -. O modo de produção empresarial pôde apenas se materializar e se desenvolver devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva iniciado nas décadas de 60 e 70 em quase todo o mundo, ainda que com diferentes ritmos e diferentes consistências (ABRAMOVAY, 1992, p. 1997).

Portanto, o surgimento do modo empresarial de produção agropecuária não fez desaparecer o modo camponês de produção. O camponês de acordo Ploeg (2009, p. 19) “não é mais o lado da equação que vai desaparecendo: a recampesinização expressa a formação de novas, robustas e promissoras constelações – que se apresentam, cada vez mais, superiores aos demais modos de produção”. A coprodução é o incessante encontro e interação mútua entre o homem e a natureza viva e, de forma geral, entre social e o material (PLOEG, 2009, p. 24).

O modo de produção camponês articula-se com as relações sociais mais gerais que definem a posição do campesinato (isto é, “a condição camponesa”) (PLOEG, 2009, p. 24). De acordo com Ploeg (2009) a (relativa) escassez de recursos disponíveis faz com que a chamada “eficiência técnica” (Yotopoulos, 1974) e a mudança técnica não-material (Salfer, 1966) tornem-se centrais: no modo de produção camponês, os produtores precisam obter o maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos – e sem que haja uma deteriorização da qualidade destes recursos

O processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir de recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para produzir a unidade de produção (PLOEG, 2009, p. 27).

O modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos. Existe mais do que uma diferença entre camponês e empreendedores, ou entre os dois modos de produção articula-se, assim como o modo empresarial, com um amplo leque de dimensões, podendo cada uma delas, em uma particular constelação, emergir como a mais relevante (PLOEG, 2009, p. 30).

A diferença imediata entre os dois modos de produção da agropecuária (camponês e empresarial) irão variar no tempo e no espaço. A tabela 6 resume alguma das principais dimensões desses modos.

Tabela 6: Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial

Modo Camponês	Modo Empresarial
Fundado sobre e internalizando a natureza; co-produção e co-evolução são centrais	Desconexão em relação à natureza; “artificialização”
Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilização)	Elevada dependência em relação ao mercado; elevado grau de mercantilização
Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado	Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Intensificação contínua baseada na quantidade e qualidade do trabalho	Aumento de escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas
Contenção e redistribuição da riqueza social	Riqueza social crescente

Fonte: PLOEG (2009, p. 32).

No modo de produção camponês, o crescimento se realiza, no plano da unidade de produção, com base no processo de trabalho. Crescimento é então, um resultado da produção realizada em ciclos prévios e também no ciclo corrente. E o modo de produção empresarial visa a quantidade produzida nas unidades de produção por meio da tecnificação e dependência com o mercado.

E essas características de tecnificação, dependência com o mercado, especialização de mão-de-obra contrapõe-se a agricultura familiar e é denominada de agricultura patronal ou até mesmo de agricultura empresarial dependendo da especificidade analisada.

Fica claro nos estudos da questão agrária, que para “compreender o que ‘são’ os camponeses, devemos compreender o que e como pensamos sobre eles” (Shanin, 2005, p.16).

Os autores Almeida, Girardi e Salamoni, Wanderley, Neves e Carneiro, reportam-se a autores clássicos como kaustky, Lênin, Shanin e Chaynov para fazerem suas críticas construtivas a respeito das contribuições de suas obras e expor seus pontos de vista, por meio de uma cronologia dos pensamentos em uma escala temporal, fazendo um esforço para entender os conceitos analisados, por exemplo, quando Wanderley utiliza dois termos: rupturas e continuidades, que pode ser compreendido como processos ou mesmo estratégias do campesinato.

Em última instância, os conceitos devem servir não a “uma questão de reconciliação dialética de conceitos”, mas à “compreensão das relações reais”. (Shanin, 2005, p.19).

Dessa forma há suporte para entender as estratégias de permanência do camponês a partir da década de 1960 quando começa a se intensificar a técnica/mecanização no campo brasileiro. E possibilita verificar, o que mudou? Por que mudou? O que permanece/continua ao longo do tempo e o que foi substituído? Como fica a mão-de-obra, o modo de produzir e de vida? Referindo-se/analizando-se com foco na unidade familiar que compõem esses sujeitos.

O Camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. (Shanin, 2005, p. 5).

Em busca de seu espaço econômico, a produção camponesa atuaria nas “brechas” do sistema capitalista, preenchendo uma série de funções no sentido de contribuir, direta ou indiretamente, para a expansão dos setores tipicamente capitalistas (GERARDI; SALAMONI, 2014, s.p.).

Consequentemente, um conjunto de características, das quais o grupo doméstico enquanto unidade típica de produção é a mais fundamental, define um sistema econômico e uma época de extensão e heterogeneidade consideráveis, pois as economias camponesas existiram “muito antes do feudalismo, ao longo do feudalismo e muito depois dele”.

Na década de 1990 no Brasil foi inserido um conceito (agricultura familiar) ligado a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir dos modos de organização dos agricultores estadunidenses – *Family farm* - estes se diferenciavam por critérios de utilização da força de trabalho e modo de gestão da produção social. No Brasil esse termo foi absorvido e traduzido como “Agricultura Familiar”, e promulgado através de políticas públicas para com esses sujeitos. Como coloca Neves (2008, s.p.).

Têm-se então que é difícil pensar a agricultura familiar como homogênea devido a diversidade (características sociais, econômicas, físicas). Porém deve se analisar as especificidades e o fio condutor que é em comum.

Para compreender o espaço de reprodução da agricultura familiar no Brasil não basta, entretanto, desenhar os seus contornos, calculando sua dotação em recursos produtivos (WANDERLEY, 1995, p. 40). Será preciso, igualmente, entender que este é um espaço em construção, na maioria das vezes, precário e instável, cuja viabilidade depende frequentemente da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares (WANDERLEY, 1995, p. 40). Como uma delas, as atividades não agrícolas, que segundo Carneiro (2008), as mesmas não são recentes, mas se resignificam.

Em resumo, no Brasil, o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (NEVES, 2008, s.p.).

A agricultura familiar tem um peso reduzido na região Sudeste. Ainda assim, em termos absolutos sua contribuição não pode ser menosprezada, inclusive porque registra níveis elevados de capitalização e dinamismo (GUANZIROLI, 2001, p. 157).

Guanziroli (2001) afirma que na região Sudeste as histórias apresentam tantas particularidades locais que seria inútil delas se abstrair em busca de um padrão comum ao contrário das demais regiões, onde a dinâmica da agricultura familiar é diversificada mas segue um padrão que pode ser generalizado (ocupação de fronteira, migração europeia, etc).

Em todo caso, é possível apontar que também no Sudeste a dinâmica da agricultura familiar está intimamente ligada ao movimento da agricultura patronal, seja a cultura do café, algodão, cana-de-açúcar ou fazendas de gado em Minas. Ao contrário do que ocorreu no Sul, onde a agricultura familiar constitui um segmento próprio, autônomo, na maioria dos estados da região Sudeste os produtores familiares estão nos interstícios da grande propriedade, sujeitos aos movimentos de expansão e crise que vem afetando as principais atividades exploradas pela agricultura patronal (GUANZIROLI, 2001, p. 157).

Entende-se então que ao analisar a categoria analítica e a construção da categoria normativa da agricultura familiar, do agricultor familiar, percebe-se e entende-se que não é recente a preocupação com esses indivíduos menos favorecidos e excluídos de um processo capitalista, que a busca pela compreensão é constante e que existem períodos onde autores renovam suas interpretações e criam novas perspectivas positivas e negativas, identificando acertos e erros governamentais por meio de políticas públicas.

Passa-se então a conhecer no próximo subitem quem são e como se mantêm os agricultores familiares no espaço rural do município de Tabapuã.

3.1 Os agricultores familiares

Caracterizar e reconhecer os sujeitos que vivem e trabalham nos estabelecimentos rurais do município contribui para melhor entendê-los.

Dentre os entrevistados verificou-se que os mesmos possuem a responsabilidade pelo domicílio e que na maioria deles é de mais de uma pessoa, desses apenas um não reside no estabelecimento. 12 fazem de dois a 30 anos que moram na propriedade, seis de 31 a 60 anos e dois acima de 61, verifica-se que esses residentes estão nos devidos estabelecimentos a mais de uma década e que já colhem frutos de políticas públicas voltadas a agricultura familiar.

Nos diálogos com os sujeitos, fica evidente em suas falas que parentes, familiares que residiam no estabelecimento saíram do mesmo por fatores como: estudo, casamento, ter ido trabalhar na cidade ou até mesmo em municípios que oferecem mais empregos. A maior parte tem familiares que moram na cidade de Tabapuã ou demais cidades do estado de São Paulo. 18 dos entrevistados vão para cidade diariamente ou semanalmente.

O município não tem uma extensão territorial grande, isso facilita a relação cidade-campo.

Os motivos por permanecerem no espaço rural do município se divergem, porem em todas as falas fica evidente a questão cultural de pertencimento ao lugar/local, ligada a um passado de nostalgia, de lembranças, seja do modo de vida, de familiares, de vizinhos de estabelecimento. E também da necessidade do trabalho. Destaca-se algumas falas: “É melhor, mais sossegado”; “trabalho”; “pois os pais não querem ir para cidade”; “as crianças”; “porque gosto e foi onde eu fui criado”; “para não abandonar o sítio”; “porque somos donos”; “porque meu marido sempre trabalhou na roça (serviço dele)”; “vivo do sítio”; “financeiro” e “paixão pela terra”.

3.2 Perfil da agricultura familiar

Pode-se assim entender a partir da compreensão dos estabelecimentos de agricultura familiar, se são menos ou mais capitalizados e como se estabelecem no meio rural.

Sobre o tamanho dos estabelecimentos pode-se constatar que dentre os entrevistados a área em hectares variava entre dois a 150, desses 14 famílias que são donas e possuem escritura de seus estabelecimentos e as outras residem e trabalham em estabelecimentos cedidos, este fato é evidenciado nos estabelecimentos a cima de quatro módulos fiscais, onde o dono do imóvel não reside apenas essas famílias, que acabam tendo a função de zelar pelo bem imóvel.

As figuras 43, 44, 45 e 46 representam alguns dos estabelecimentos que foram realizadas as entrevistas, por meio dessas fotografias destaca-se o estilo e a estrutura da arquitetura da construção das casas desses estabelecimentos, a infraestrutura e a organização.

Figura 43: Moradia cedida pelo dono do estabelecimento



Figura 45: Moradia Própria



Figura 44: Moradia cedida pelo dono do estabelecimento



Figura 46: Moradia Própria



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Dos 20 entrevistados, quatro já fizeram financiamento pelo PRONAF, quatro tem ao menos um funcionário empregado recebendo em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.400,00 e com carteira assinada.

3.2.1 Infraestrutura do estabelecimento

Conhecer a infraestrutura, é um passo para ter noção do desenvolvimento e as causas e efeitos do mesmo, podendo assim conhecer as realidades do agricultor e entender as dificuldades do mesmo para permanecer no campo.

Sobre a infraestruturas dos estabelecimentos, 100% das propriedades analisadas tem condição mínima de sobrevivência, ou seja, há esgoto por fossa séptica ou fossa rudimentar, possuem abastecimento de água canalizada por poço ou nascente na propriedade e energia elétrica por companhia distribuidora.

A instalação de fossa séptica e de poços artesianos (figura 48) é comum no meio rural, é o recurso mais utilizado, porém pode-se detectar que há falta de conscientização com o meio

ambiente em alguns casos, como pode ser visualizado na figura 47, onde a fossa está a céu aberto. Outra pratica muito utilizada é a queima do lixo na propriedade (figura 49), dependendo do material que estar a ser queimado pode a vir a contaminar o solo, trazendo risco para a família que está inserida naquele local, por isso o mais indicado seria o descarte em locais especializados ou levar para cidade.

Figura 47: Fossa séptica em má conservação



Figura 48: Abastecimento d'água por poço artesiano



Figura 49: Local destinado para o descarte e queima do lixo do estabelecimento



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

E referente ao trabalho realizado pela prefeitura em favor da realização de atividades agrícolas, tais como conservação de estrada e pontes, a maioria acredita que está bom, porém há os que acham que está péssimo devido à má conservação das estradas.

3.3 Produção e comercialização agrícola

Saber sobre a produção que esses agricultores estão realizando, poderá ajudar a entender a dinâmica agrária instalada no momento. E se há retorno financeiro que contribua para continuarem a plantar e também mercado para esses produtos.

Os principais cultivos produzidos nas propriedades são: 66% Cana-de-Açúcar, 16% Seringueira, 16% Laranja, 16% Milho, 16% Limão, 5% Mamão, 5% Abacate, 5% Mandioca, 5% Banana, 5% sorgo, 5% horta, 5% pecuária, 5% suinocultura (figuras da 50 a 61).

Figura 50: Cultivo de cana-de-açúcar



Figura 51: Cultivo de Seringueira



Figura 52: Cultivo de Limão



Figura 53: Cultivo de Mamão



Figura 54: Cultivo de Mandioca



Figura 55: Cultivo de Abacaxi



Figura 56: Cultivo de Laranja



Figura 57: Cultivo de banana



Figura 58: Cultivo de Abacate



Figura 59: Horta



Figura 60: Suinocultura



Figura 61: Pecuária



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

A cultura da cana que é o cultivo que mais se destaca no município, chega a estar plantada em 98 hectares em uma propriedade visitada, mas a mesma não está no mesmo estabelecimento que se encontra o agricultor familiar (que é onde o agricultor diversifica suas culturas, ou seja, policultura), a cana por estar arrendada a usinas sucroalcooleiras é assim uma monocultura.

14 propriedades responderam que sim, já produziram laranja ou café, dessas sete produziram café e laranja e seis só laranja. Os que plantaram café alegaram que o produto era vendido para as máquinas de beneficiamento de café ou na cidade. E a laranja havia contrato com empresas (agroindústrias) e em um primeiro momento essas empresas mandavam mão-de-obra para a colheita e no final era terceirizado (por cooperativa), porém em um segundo momento passa ser de responsabilidade do produtor a colheita.

Os proprietários que tem estabelecimentos arrendados para o cultivo da cana, com as usinas sucroalcooleira, são elas: Usina Cerradinho (atualmente pertence ao grupo Noble), São Domingos e Catanduva. Em contrato de em média de quatro a seis anos e recebem mensalmente em torno de R\$ 50 a R\$ 65 a tonelada por hectare, apesar de cada mês haver uma alteração no valor, mas na média são esses valores. Apenas um entrevistado alegou que a usina não paga no dia certo.

Oito criam gado, tendo de três a 31 cabeças no pasto, sendo nelore e de raças cruzadas, todos de forma extensiva. Têm-se em 80% dos casos criação de animais ou mesmo produto de origem animal como ovo, leite para consumo humano. Possuem de maquinários, como tratores, pulverizador, siladeira para a realização da produção (figuras 62, 63, 64 e 65).

Figura 62: Maquinário Agrícola



Figura 64: Maquinário Agrícola



Figura 63: Maquinário Agrícola



Figura 65: Maquinário Agrícola



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Nas figuras 62 e 64 têm-se veículos agrícolas, tratores e carretas que serve para transportar a colheita da roça até a propriedade, como o milho, a laranja. Os tratores ficam guardados em uma espécie de garagem e se vê tanques, denominados de “jumbinho”. Na figura 63 o veículo aparente é utilizado para passar veneno na laranja, ele é abastecido com água e agrotóxico na parte traseira vão duas pessoas segurando as mangueiras que esguicham o produto nas laranjeiras.

No caso da figura 65, na imagem têm-se o antigo terreirão sendo utilizado para guardar o maquinário da propriedade e a casa ao lado onde residem os responsáveis pela propriedade, a qual foi cedida por empregador, no caso o dono do estabelecimento. Pode se perceber que há estabelecimentos mais capitalizados do que outros, principalmente os mais antigos que permaneceram a todos os ciclos econômicos do município.

Há presença de animais de estimação em quase todas as propriedades visitadas. A maioria produz algum tipo doce, queijo, artesanato para consumo próprio, apenas em dois casos produz para venda o excedente.

3.4 Percepção da paisagem e do turismo

Quando perguntado se já haviam pensado na possibilidade de agregar renda a partir de atividades diferentes das já realizadas na propriedade ou na região, tais como turismo, lazer rural, 60% respondeu que não. No geral alegaram que não há atrativo natural nas propriedades, os que responderam sim, contestaram pelo fato da “mata nativa” e “córrego”.

Nesse sentido, percebe-se que a implantação do turismo rural teria que ser melhor trabalhada pelos órgãos responsáveis, instruindo a população local e verificando se há realmente possíveis potencialidades naturais no município para esta atividade.

O turismo é um assunto ainda pouco propagado dentre os entrevistados, percebeu-se que há um certo desconforto sobre o assunto e receio em receber visitantes. Apesar do município adentrar ao circuito do noroeste paulista recentemente ainda há muito que ser trabalhado referente a conscientização de turismo para com a população.

80% acham boa a experiência de viver na propriedade que residem e o restante excelente. E os argumentos dos que acham que precisaria haver alguma mudança para melhorar suas condições de vida, foram relacionados ao governo, a falta de crédito (e um dos motivos é a burocratização), a valorização do agricultor e o aumento da oferta de emprego no espaço rural por meio de cultivos que empregasse mais. Destaca-se algumas das falas: “mais ajuda do governo”; “plano para agricultura”; “mais crédito para o agricultor”; “o patrão dar valor aos empregados, melhorar o ordenado (valorizar)”; “política agrícola melhor e garantia de venda”; “mais valorização do agricultor que produz alimento”; “incentivos de produção de cultivos para ter emprego”; “ aumento do emprego no campo, se plantassem culturas que empregasse mais”; “aposentadoria”. “As estradas e falta de incentivo do governo em todas as escalas para fixar o morador no sítio”.

Nessa parte da entrevista ficou claro a falta de uma assistência técnica²⁶ efetiva que auxilie esses indivíduos a conseguirem crédito e a melhor garantia de venda.

O estado de São Paulo é a única unidade da Federação não filiada ao sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, coordenado pela Empresa brasileira de Assistência Rural (EMBRATUR) (REYDON, 1989, p. 1).

²⁶ O sindicato dos trabalhadores rurais realiza curso e atividades voltadas para a população rural, porém nas propriedades visitadas, todas alegaram que não há visitação para instruí-los sobre os programas do governo de financiamento ou mesmo no plantio de determinadas lavouras.

Nesse Estado, a assistência técnica à agricultura esteve e ainda está a cargo da Secretaria de Agricultura, que mantém um conjunto de órgãos e entidades voltados para esse fim (REYDON, 1989, p. 1).

O papel da tecnificação da agricultura paulista no processo evolutivo da assistência técnica oficial em São Paulo, a partir da década de 40, se distingue em quatro fases: fomento agrícola (1942 -48), prestação de serviço (1949 – 58), extensão rural (1959 – 67) e assistência técnica (a partir de 1967), com a criação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) (REYDON, 1989, p. 1).

As mudanças institucionais transcorreram paralelamente a modificações no conteúdo ou significado da própria assistência técnica. Tais mudanças expressam a evolução da agricultura paulista do ponto de vista das transformações capitalistas que nela tiveram curso (REYDON, 1989, p. 1).

E quando perguntado, se eles acham que o turismo pode ser o caminho para essa melhoria e o porquê. Os que acreditam que sim usaram do seguinte argumento: “sim, melhora a infraestrutura, traz dividendo”; “sim, pois poderia ter mais infraestrutura” e “sim, o pessoal da cidade grande quer entretenimento, passeios”. Dois responderam que não, porém a maioria não quis opinar. Ao serem questionados se teriam receio de receber visitantes, a maioria também não quis opinar, apenas três disseram que sim e dois que não.

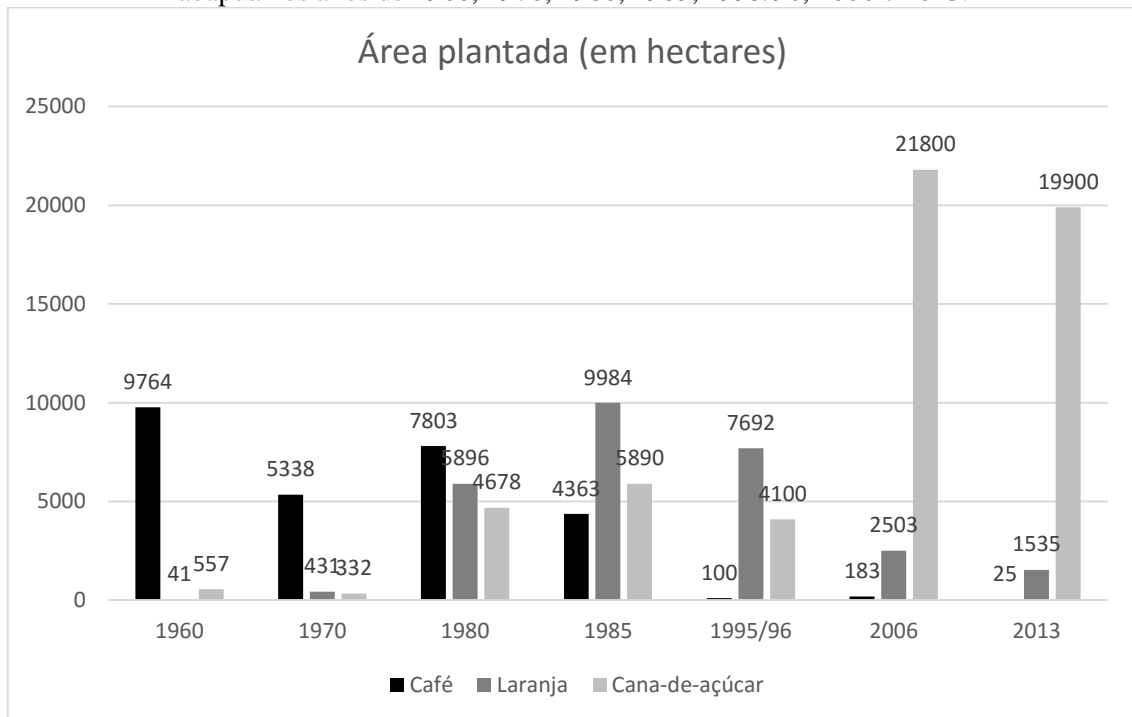
Comprova-se que há dificuldades em residir nesses espaços rurais, há uma precarização, devido as territorialidades do agronegócio, ao fechamento das escolas rurais, a falta de assistência técnica e de saúde, porém, os moradores que residem nesses diversos locais até o presente momento desta pesquisa não pensam em se mudar (ir para a cidade), e o motivo é porque gostam de onde moram.

Sobre a manutenção dos mesmo no rural, pode-se dizer que as estratégias adotadas pelos produtores familiares são distintas, em virtude de vários fatores, como por exemplo: a quantidade limitada da terra; o número de filhos; as adversidades edafoclimáticas; e, sobretudo, a dinâmica econômica local e regional em que essas unidades se encontram inseridas. Entretanto, mesmo conseguindo adaptar-se às adversidades, “no plano individual, os desvios e os fracassos são sempre numerosos. A própria adaptação não segue uma trajetória linear” (LAMARCHE, 1993, p. 17).

Lamarche (1993, p. 184) descreve que “evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”.

Devido a um caráter “conservador” proposto pela agricultura patronal, os gráficos 5 e 6 que contêm informações da área plantada (em hectares) e quantidade produzida nos anos dos censos agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006 e da produção agrícola municipal de 2013, dados esses obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE demonstram um aumento expressivo do cultivo de cana frente aos demais analisados.

Gráfico 5: Área plantada (em hectares) de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2013.



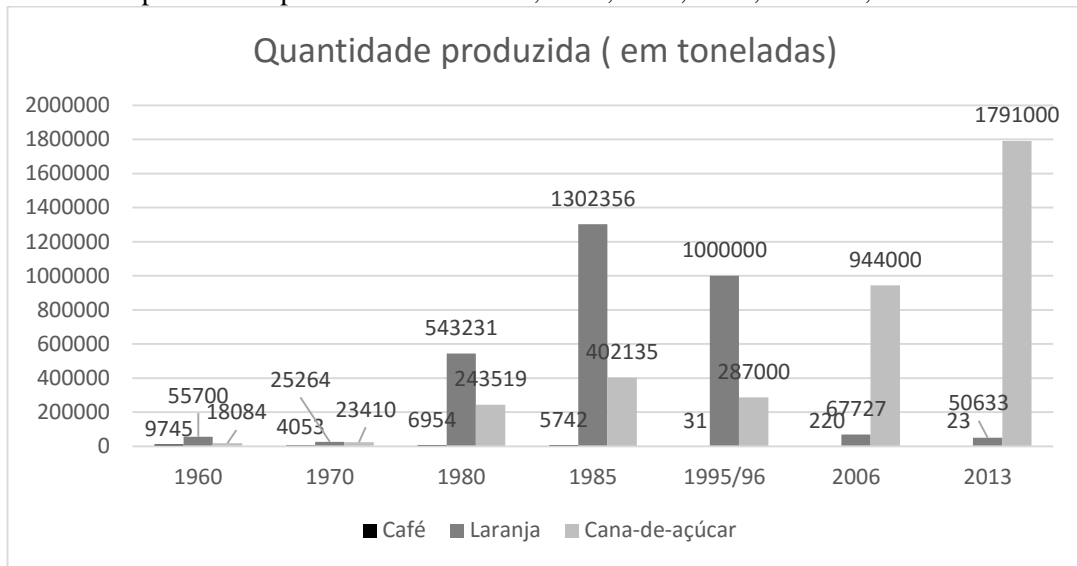
Fonte de dados: Censo Agropecuário do IBGE²⁷ de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 e PAM²⁸ de 2013 – Acessado em maio de 2015

Organização: PELISSON, G. V. (2015)

²⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁸ Produção Agrícola Municipal.

Gráfico 6: Quantidade produzida (em toneladas) de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2013.



Fonte de dados: Censo Agropecuário do IBGE de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 e PAM de 2013 – Acessado em maio de 2015
Organização: PELISSON, G. V. (2015)

Todo o dinamismo da cultura canavieira comprovado pelos dados apresentados foi resultado, sem dúvida, de um processo de transformações agrícolas, provocados principalmente, pelo aumento na demanda por cana. O aumento da cana deveu-se ao pioneirismo na década de 1950, que abriu caminhos para a implantação de outras unidades e formou um complexo agroindustrial na região.

O pequeno proprietário rural²⁹ se encontra pressionado pelo grande capital e acaba arrendando suas terras para as usinas, e se deslocando para a cidade. Os que persistem, utilizam seus poucos hectares, ou o que resta próximo a suas residências, para cultivar hortaliças ou frutas (como o limão, a manga e a tangerina) para o consumo próprio ou atendendo o mercado local (como restaurantes e mercados).

Segundo Mussoi (2006, p. 101), a agricultura familiar, pelas suas características “como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele”.

Por isso, os agricultores que persistem em ficar no campo, diversificam a área cultivada, não destinada à cultura da cana, ou melhor, o estabelecimento que não está arrendado, com outros cultivos. Como pode ser constatado na tabela 7 que descreve as áreas mínimas, média e máxima cultivadas no município de Tabapuã. Esta tabela foi construída com o último

²⁹ Entende-se pequeno produtor rural o indivíduo que tem até quatro módulos fiscais.

levantamento que foi realizado em 2007/08, com o auxílio do projeto Lupa, que é desenvolvido pela fundação Seade do Estado de São Paulo e tem o cunho de um maior detalhamento de alguns cultivos que o IBGE não reportava, como o caso da braquiária, bambu, dados esses que tem por finalidade enriquecer este trabalho.

TABELA 7: Área Cultivada (em hectare), Tabapuã, 2007/08

CULTURA	N. DE UPAs ³⁰	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL
Cana-de-açúcar	468	0,1	42,2	1.450,00	19.759,90
Braquiária	210	0,4	16,3	271,5	3.428,40
Laranja	98	0,3	26,2	185,3	2.571,80
Seringueira	76	1,1	17,3	150	1.316,70
Gramas	111	0,5	5	25,1	559,20
Milho	57	0,2	6,2	40,7	355,10
Colonião	8	0,6	38,6	278,5	309,00
Limão	25	0,8	9,3	92,2	232,40
Manga	18	0,2	7,2	48,4	129,2
Eucalipto	56	0,1	2,3	14,5	129
Crotalária	8	1,2	10,8	35,8	86,4
Tangor	9	0,6	8,4	44	75,2
Café	22	0,2	1,8	5,4	40,4
Lichia	2	8,4	20,1	31,8	40,2
Abacate	7	0,4	5,6	25,3	39,1
Macadâmia (ou noz-macadâmia)	2	5,4	8,1	10,8	16,2
Abóbora (ou jerimum)	1	15,7	15,7	15,7	15,7
Tangelo	2	3	7,4	11,7	14,7
Coco-da-baia	4	0,6	3,6	7,5	14,4
Bambu	2	6	6,9	7,7	13,7
Viveiro de seringueira	12	0,1	1	2,3	11,6
Outras florestais	8	0,5	1,4	2,8	11,3
Tangerina	4	0,1	1,1	3,6	4,3
Pomar doméstico	12	0,1	0,3	0,6	3,6
Abacaxi (ou ananás)	3	0,4	0,9	1,8	2,8
Fruta-do-conde (ou pinha, ou anona)	2	1,3	1,4	1,4	2,7
Viveiro de citros	6	0,1	0,4	1	2,4
Capim-napier (ou capim-elefante)	3	0,3	0,7	1,2	2,1
Horta doméstica	3	0,1	0,6	1,6	1,8

³⁰ Unidades de Produção agropecuária do Estado de São Paulo. Em princípio, uma UPA significa exatamente o mesmo que um imóvel rural. Ela se afasta desse conceito somente nas seguintes situações: i) quando o imóvel rural se estende por mais de um município, considerou-se cada uma das partes em município diferente como uma UPA; ii) quando não foi possível levantar o imóvel rural como tal, sendo necessário reparti-lo ou agrupá-lo com outros (LUPA, 2008)

Palmito

1

1,2

1,2

1,2

1,2

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA
Org.:PELISSON, G. V. (2014)

Uma explicação plausível que torna difícil a permanência do agricultor familiar no campo, e um dos fatores atribuídos é o fato de que as famílias já não são tão numerosas quanto no século XX e anteriores, diminuindo assim a mão-de-obra, além do fato de que as famílias buscam na cidade melhores condições de vida, seja o consumo, seja oportunidades de trabalho ou estudo. No município de Tabapuã, onde é baixa a quantidade de habitantes na área rural, fica evidente o envelhecimento da população que permanece no campo.

De acordo com levantamentos realizados na década de noventa, a população residente nos imóveis rurais paulistas, vem diminuindo gradativamente. Ao se considerar o final e o início da década, observa-se uma diminuição de 19%, ou seja, 285,5 mil pessoas que deixaram de residir no campo, reforçando a constatação de que tem sido mantida nos imóveis rurais apenas as famílias necessárias à realização de parte do processo produtivo, sendo o restante arrematado fora da propriedade, sempre que necessário (AMARO, et al., p. 24-25, 2001).

E têm-se outro fator que Amaro (2001) coloca que a própria estrutura produtiva vem necessitando cada vez menos de braços. No final dos anos de 1980, novos componentes passaram a atuar no cenário do trabalho rural, destacando-se a crescente adoção de colheitadeiras em importantes culturas, como a cana-de-açúcar e o algodão (AMARO, et al., p. 29, 2001).

O contexto atual do campo brasileiro é marcado pelo quadro de exclusão social e exige uma readequação das políticas voltadas ao desenvolvimento rural.

“É fundamental criar políticas e programas orientados para um desenvolvimento combinado com a distribuição de renda e de riqueza. (...) Adotar políticas agrícolas e sociais direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, associadas à efetiva reforma agrária, capaz de promover a desconcentração da propriedade da terra, garantindo o trabalhador rural, acesso à terra e ao trabalho” (DAVID, 2008, p. 16-17).

As políticas públicas têm o papel de desenvolver a agricultura. Devido à importância que a agricultura brasileira possui, seja pela manutenção do homem no campo, seja pela produção de alimentos, torna-se importante compreender a dinâmica das políticas públicas no contexto da agricultura familiar, para que, assim, seja possível verificar os aspectos positivos e negativos referentes às mesmas. Neste sentido, este trabalho menciona/destaca algumas delas: Pronaf, PAA e PNAE.

Ao se analisar as políticas públicas realizadas no Brasil, especialmente as políticas agrícolas voltadas à agricultura familiar, conclui-se que essa categoria começou a ser lembrada em

1994 a partir da criação do Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural) (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 209).

Os autores descrevem ainda que o Pronaf foi fruto da organização e reivindicação dos trabalhadores rurais, que, no final da década de 1980, faziam diversas pressões sobre o Estado. Foi formulado baseado nos estudos realizados pela FAO/Incra (1994 e 2000).

Na sua criação, o Pronaf contava apenas com ações relacionadas ao crédito de custeio, sendo que a ampliação do programa para as linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ocorreu a partir de 1997, quando o programa passou a operar de forma integrada em todo território nacional. Ao longo dos anos, o Pronaf passou por algumas mudanças institucionais e financeiras, que serviram para melhorar o acesso desse programa aos agricultores familiares (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 210).

Outro programa é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que por meio de mecanismo de estímulo e de garantia de melhores preços para os alimentos oriundos da agricultura familiar, cria um mercado institucional para tais produtos estimulando e fortalecendo a agricultura familiar por meio da utilização de compras governamentais.

O PAA foi implantado objetivando o incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar, o incentivo à comercialização desses produtos e a contribuição para que pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional pudessem ter acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade.

Tem também o objetivo de contribuir para a formação de estoques estratégicos e, com isso, permitir aos agricultores familiares armazenarem seus produtos para que esses possam ser comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 210).

Deste modo, o PAA faz parte das políticas de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e também do Plano Safra para a Agricultura Familiar. A fonte de recursos para o desenvolvimento do PAA é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do MDA. Os executores do programa são a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios.

Em termos operacionais, o PAA possui seis modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite-PAA Leite, Compra Institucional e, mais recentemente a modalidade Aquisição de Sementes. Desde a sua criação, em 2003, o PAA vem recebendo incremento no volume de recursos, embora ainda sejam muito inferiores às demandas da

agricultura familiar (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 211).

E também o programa PNAE, que foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e, ao mesmo tempo, melhorar os hábitos alimentares dos alunos.

Apesar de historicamente o PNAE apoiar a agricultura familiar, uma vez que adquire alimentos para a alimentação escolar, foi apenas com a Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional.

De acordo com o artigo 14 dessa lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para a compra de alimentos para o PNAE deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 211 e 212).

Além de criar um novo mercado, o da alimentação escolar, essa iniciativa colabora para que a agricultura familiar se organize cada vez mais. O PNAE tem como órgão gestor o Ministério da Educação, com a coordenação e recursos do FNDE.

Dentre os agricultores familiares entrevistados constatou-se que a minoria está associada a algum programa desses mencionados. E os que estão, utilizam do Pronaf e mencionam sobre a parte burocrática, que é um fator que os desestimulam. Essa situação também faz com que muitos não participem do PNAE, um programa importante tanto para o município que conseguiria comprar toda a merenda de produtores locais quanto aos agricultores que teriam uma venda garantida.

Porém esses agricultores ou até melhor essas unidades familiares estão conectadas a lógica de uma agricultura voltada a produção de commodities, uma vez que compactuam com o que Candioto (2011) coloca: que ambas se combinam e articulam de forma específica e diferenciada no espaço geográfico. Como alternativa para sua própria manutenção e permanência no espaço rural.

As políticas públicas voltadas a ambos os setores têm o intuito de proporcionar o equilíbrio entre esses dois tipos de produção. Porém lembra-se que a agricultura familiar tem um importante papel na produção de alimentos, na preservação da cultura local e manutenção da unidade familiar, da renda familiar ao contrário dos demais tipos de agricultura que visam atender a um mercado em uma escala maior, visam o capital, a mecanização, industrialização, exploração, especialização e homogeneização a partir das expansões das fronteiras agrícolas.

E com isso a falta de conhecimento por parte de alguns agricultores familiares menos esclarecidos e pelo domínio exercido pela territorialização do agronegócio faz com que esse equilíbrio fique fragilizado e impactue na agricultura familiar, sobrepondo-se nessa unidade territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar no município de Tabapuã sempre esteve presente, desde o colonato paulista, porém pode-se constatar que sempre houve também uma articulação com a agricultura patronal com a exploração de monoculturas. O café, foi um grão que foi muito bem aceito na região desse estudo devido ao solo e fatores climáticos na transição do século XIX pro XX até mais da metade. A mão-de-obra para este cultivo não foi escravocrata como em outras partes do estado, grande parte foi de imigrantes europeus.

Uma alternativa encontrada entre os indivíduos que residiam no meio rural foi a meação que consisti num grupo de pessoas trabalhando na mesma lavoura e dividindo o lucro. O membro deste grupo que era proprietário das terras cedia/permitia que os demais usufríssem do seu bem imóvel, assim surgiam casas germinadas, formando as colônias.

Nos dias atuais pode-se encontrar algumas famílias ainda residindo nesse tipo de moradia. Uma família específica, que foi entrevista, refere-se a um casal de idosos que hoje vivem de favor no estabelecimento, realizando algumas atividades para o dono que é um pequeno produtor rural. E estão na mesma casa a 45 anos e foram para morar nessa casa como meeiros, hoje vivem do pouco que plantam e de aposentadorias.

Com o baixo preço do café, dá-se abertura a novos cultivos como o algodão, arroz, feijão e a laranja. Essa fruta (a laranja) que tinha como principal país vendedor os Estados Unidos. Devido a uma forte geada, abre as portas para o Brasil explorá-la, tanto foi que o setor de agroindústria de suco de laranja cresceu tornando o estado de São Paulo o maior produtor, fato este que fez com os agricultores sem perspectivas com o café aderissem a esta cultura.

A indústria contribui de forma direta, uma vez que as primeiras décadas da metade do século XX faziam contratos que facilitavam a vida do produtor rural pois os mesmos não tinham de se preocupar pela colheita da fruta mesmo que isso fosse descontado do rendimento, via-se vantagens. Com as mudanças nos contratos na última década desse mesmo século, o agricultor viu-se prejudicado, onde o mesmo tinha que reinvestir na sua lavoura, com o dinheiro que havia ganhado na safra anterior, com o veneno e mão-de-obra volante (boia-fria) para a colheita.

Nesse modo capitalista das empresas lucrarem em cima dos agricultores, muitos dos mesmos quase faliram e/ou perderam terras, principalmente os agricultores familiares pouco capitalizados em propriedades pequenas. Muitas histórias foram citadas durante o período de entrevistas, referente a conhecidos dos agricultores ou mesmo os próprios, que acabaram se endividando com bancos e perdendo terras.

Porém a dominação do agronegócio não para por aqui, pois muitos querendo sair desse modo de vida e terem uma renda garantida, cedem suas terras agora para as usinas sucroalcooleiras devido ao fato da comodidade e terem uma renda garantida todo o mês ou por endividamento com outro tipo de lavoura.

A mecanização, a especialização da mão-de-obra e a expansão da monocultura proporcionam o desequilíbrio entre os agricultores familiares, que no caso dos desse estudo, são desarticulados e não são assistidos por uma assistência técnica.

Em novembro do ano passado o Sindicato dos trabalhadores Rurais e o SENAR organizaram a 1ª feira do produtor rural, onde os mesmos expuseram seus produtos. A procura e venda foi satisfatória, a intenção era que essa realidade fosse efetiva em todos os domingos, porém não passou de expectativas até o término dessa pesquisa.

Fica difícil mensurar a atual situação de produção de alimentos do município pois o último levantamento que o município possui foi realizado em 2007/08 pelo projeto LUPA com apoio da Fundação Seade. Tentou-se então nesse trabalho trazer os dados desse órgão como também os do IBGE com o intuito de complementar.

Pôde-se constatar como um dos motivos do êxodo rural atual, o fator: educação, pois o sistema municipal de ensino em Tabapuã é o Positivo, que consiste na mesma dinâmica que em escolas privadas, com apostilas.

Esse fato gerou custos e devido ao número reduzido de alunos nas escolas rurais foi preferível pela prefeitura fechar-las e recolher esses alunos diariamente em suas residências por meio de um transporte público e leva-los para estudar na cidade. Com isso muitos pais preferem mudar para a cidade para que seus filhos não tenham que madrugar para pegar o transporte e chegarem a tarde também.

Outro fator é a saúde, esses estabelecimentos, principalmente os mais distantes da área urbana não recebem agentes da saúde devido ao fechamento de posto de saúde, como por exemplo o do bairro rural da serrinha.

Esses bairros rurais apesar de não terem sido trabalhados de uma forma mais aprofundada neste trabalho, são de extrema importância no espaço rural do município de Tabapuã, pois são pontos de encontro, de lazer, de religiosidade (capelas e festas típicas como quermesse) das famílias rurais quanto urbanas que visitam.

Contudo deixa-se claro que a agricultura familiar não está acabando no município e isso pode ser constatado pelos levantamentos do projeto LUPA, SIDRA e PAM e trabalhos de campo que há produção de alimentos, que a unidade familiar permanece se organizando e achando meios/técnicas para se manterem no espaço rural. A pluriatividade é uma delas.

O turismo é uma nova atividade que vem adentrando os espaços rurais na busca tanto da preservação cultural do contexto histórico quanto como um novo meio de renda. Como essa atividade ainda é atividade, é complexo o entendimento ao tentar fazer uma análise, pois os primeiros resultados surgirão nos próximos anos.

Porém têm-se uma preocupação como o indivíduo que em sua trajetória de vida as atividades de agricultor, pecuarista, e ao diversificar com as do turismo, deixe de se reproduzir como agropecuarista (abandone as técnicas usuais de reprodução social) e passa a ser empreendedor. O perigo consiste quando esse indivíduo não é bem instruído e não há um bom planejamento, deixando de ser pluriativo, tendo que contratar funcionários e os lucros pode ser que não cubram os gastos, levando-o ao endividamento.

Cabe ressaltar que o turismo é algo benéfico na reprodução e manutenção desses membros familiares então cabe aos mesmo se organizarem e estruturarem essa ideia como aparentemente vem acontecendo.

A burocracia e falta de instrução fazem com que muitos agricultores não tenham mercado de venda e é nesse aspecto que este membro familiar é dominado pelas tentações da agricultura patronal.

Constatou-se que nenhum dos entrevistados vendem seus alimentos para a prefeitura do município para servir como merenda escolar e que nem toda a merenda é comprada dos agricultores familiares do município (por não haver demanda, isso pelo fato de que devido a burocracia muitos não procuram saber como funciona ou não terminam o processo).

Já algumas famílias confirmaram a utilização do Pronaf, apesar de argumentarem que deve haver melhorias nas políticas de créditos e nas de garantia de venda. Têm-se então que na maior parte das propriedades visitadas o grupo familiar arrenda para usinas sucroalcooleiras um estabelecimento e em outro tem a maior parte com um cultivo predominante (laranja, limão ou seringueira) e o restante diversifica com outras frutas e/ou horta. Essa é a atual estratégia de manutenção e permanência que os agricultores familiares do município de Tabapuã utilizam como alternativa.

Por fim considera-se que para entender a produção familiar e as estratégias da agricultura familiar para se manter no campo é preciso estudar/compreender a agricultura patronal, agricultura empresarial e até o complexo do agronegócio, pois este “sombreamento” permitirá compreender as estratégias de permanência do agricultor nos espaços rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hicitec, ANPOCS, Ed. UNICAMP, 1992.

AMARO, A.A.; VICENTE, M.C.M.; BAPTISTELLA, C.S.L. **Citricultura paulista: tecnologia e mão de obra. Laranja**. 2001, p. 1- 37.

Associação de Turismo Rural do Noroeste Paulista - ATRNP. Disponível em: www.atrnp.com.br. Acesso em : 08 Ago 2015.

Associação dos Produtores de Açúcar, Etanol e Energia - Biocana. Disponível em: <http://www.biocana.com.br/>. Acesso em: 30 jun. 2014.

BAPTISTELLA, C.S.L. **Colhedores de laranja na indústria paulista**. 1998. 157p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. Tese (doutorado em geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

Bernardes, J. A. **Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação**, 1995.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: Colóquio Internacional Sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, I, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007. p. 1-27.

BRASIL. Lei Federal nº. 11.326/2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**.

Disponível em: < <http://www.in.gov.br/materiais/xml/do/secao1/2237771.xml>>. Acesso em: 09 jun 2014.

BRAY, S. C. As políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool e suas influências na área Açucareira – Alcooleira de Catanduva. In.: RUAS, D. G. G.; FERREIRA, E. R.; BRAY, S. C. **A Agroindústria sucroalcooleira nas áreas canavieiras de São Paulo e Paraná**. Rio Claro: UNESP/IGCE Pós-Graduação em geografia, 2014, p. 42 – 73.

CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 275 – 298.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Phelippe; MALUF, Renato S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COSTA, Everaldo Batista da. Contribuição à Leitura Interescalar do Turismo: Resgate aos Princípios Lógicos da Geografia. PORTUGUEZ. Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni Seabra; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Org.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: EdUEPB, 2012, p. 156-166.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: ARTMED, 2010, p. 296.

CRUSCULO, C.; HOTT, M. C. **Sistema de Gestão Territorial da ABAG/RP**. 2005. Disponível em: < <http://www.abagrpnpm.embrapa.br/areas/geomorfologia.htm>>. Acesso em 16 Ago 2015.

DAVID, C. D. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuição à dinâmica regional do sul do estado do rio Grande do Sul. In.: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais:** reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia: Assis editora, 2008, p. 15-38.

DPASCHOAL, L. N. **Aroma de Café - Guia Prático para Apreciadores de Café.** Editora Fundação Educar Dpaschoa. 2006, p. 160.

Fazenda Água Milagrosa - FAM. **A raça.** Disponível em: <http://www.aguamilagrosa.com.br/menu-site/5/a-raca>. Acesso 15 jun 2014.

FREDERICO, S. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. In.: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. **Anais: Dinâmicas e conflitos territoriais no campo e desenvolvimento rural...** São Paulo: USP, 2014.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas – IMP.** Tabapuã. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/>. Acesso em: 01 jul 2014.

GERARDI, Lcia H. O.; SALAMONI, Giancarla. **Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chaynov.**

GIESBRECHT, R. M. **Estações ferroviárias do Brasil.** E.F Araraquara (1910-1955). Japurá, município de Tabapuã, SP, 2013. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br/j/japura.htm. Acesso em 16 Abr 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUANZIROLI, C. et al. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 284 p.

HERNANDES, A.; MEGDA, M. M.; HERNANDEZ, F. B. T.; ALTIMARE, A.; ZOCOLER, J. L. Uso da Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande – SP. IN: XVI Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem, 2006. Goiânia – GO. **Anais...** Goiânia: CONIRD, 2006, p. 1 – 7.

INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. Revista IDEAS (Interface em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), v. 4, n. 2, p. 271-306. 2010. Disponível em:<http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v04/n02/IDEASv04_n02Artigo_INOCENCIO_e_CALACA.pdf>. Acesso em: 10 jun 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Agropecuária. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>. Acesso em 01 jul 2014.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Agropecuária. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>. Acesso em 01 jul 2014.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Pecuária. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?z=t&o=24&i=P>. Acesso em: 01 jul 2014.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEITE, Sílvia Ibiraci de Souza. **A usina São Domingos: os canaviais, a fábrica e os trabalhadores (1952 – 1973)**. São Paulo: Annablume, 2003, p. 148.

Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo-LUPA. **Área Cultivada, Município de Tabapuã, Estado de São Paulo, 2007/08 (em hectares)**. Disponível em: www.cati.sp.gov/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t580.pdf.

LINDNER, M. **A organização do espaço sobre o olhar das ruralidades**: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polênise, Rio Grande do Sul. Rio Claro: UNESP, 2001, 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Campus Rio Rio Claro, Rio Claro, 2011.

MAIA, M. L. **Citricultura paulista**: evolução, estrutura e acordos de preços. São Paulo: IEA, 1996, p. 157.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v.1, n. 1. Uberlândia, 2006.

MARTINELLI JUNIOR, O. **O complexo agroindustrial no Brasil**: um estudo sobre a agroindústria citrícola no estado de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 1987. 275p. Tese de Mestrado.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **O turismo rural**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo>. Acesso em: 22/10/2015.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 2ª ed. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora HUCITEC e Editora POLIS, 1998, p. 392.

MOREIRA, A. C. **História do Café no Brasil**. 1º ed. São Paulo: Magma, 2007, p. 192.

MUÑOZ, E. F. P., NODARI, D. E., ZANELLA, L. C. H. Turismo no Espaço Rural dos Assentamentos da Reforma Agrária In: V CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2006, Santa MariaRS. **Anais**:... Santa Maria-RS: FACOS/UFSM, 2006. p.132-141.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: LIMA, J. R. T. de; FIGUEIREDO, M. A. B. (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos**: agroecologia e Sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006.

NEVES, Dilma P. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In.: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: EDUNESP, Brasília: NEAD, 2008. P. 137-161.

NEVES, E. M. et al. Suco cítrico no mercado internacional nos anos 90: hegemonia ameaçada? In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 29, Campinas, 28 jul, a 1, ago. 1991. **Anais...** Brasília: SOBER, 1991. V.2, p. 307-19.

NEVES, José Luís. **Pesquisa Qualitativa** – Características, Usos e Possibilidades. In: Cadernos de Pesquisa em Administração. v. 1, n. 3, 2º sem./1996. São Paulo, 1996.

NEVES, M. F.; *et al.* **O retrato da citricultura**. Markestrat (Centro de Pesquisa e projetos em Marketing e estratégia – FEA/USP): São Paulo, 2001, p. 71.

O Regional Online. Museu do café em Tabapuã/SP entra na rota do turismo. Entrevistada: MAZZUCATO, M. T. 2012. Disponível em: <http://www.cccmg.com.br/Conteudo/Noticias/7771/Museu-do-cafe-em-Tabapua-SP,-entra-na-rota-do-turismo>. Acesso em: 10 Ago 2015.

PLOEG, J. D. V. d. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. – 2ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 15 – 56.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v.6, 1994, p. 76-89.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.) ; TAMANINI, Elizabete (Org.) ; SANTIL, José Afonso dos Santos (Org.) ; CORRÊA, Maria Claudia Lorenzetti (Org.) ; FERRETTI, Orlando (Org.) ; NIEHUES, Valdete Daufemback (Org.) . **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006. 294p .

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 334.

ROSS, J.L.S.; MOROZ, I.C. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. São Paulo: Laboratório de Geomorfologia Depto de Geografia FFLCH-USP/Laboratório de Cartografia Geotécnica - Geologia Aplicada - IPT/FAPESP, 1997, p. 63.

SACHS, I. **Brasil rural**: da redescoberta à invenção. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a08.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2015.

SAMPAIO, C. P. da S. Agricultura familiar: bloqueios e precaridades. Congresso brasileiro de economia e sociologia rural, 40., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: SOBER, 2002, p. 0 – 11 (CD-ROM).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. – 2ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SHANIN, T. A definição do camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**: Presidente Prudente. Ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, J. G.. **O novo rural brasileiro**: novas atividades rurais, v. 6 / Editores técnicos, Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. — Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). **RESR**, Piracicaba – SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 205 – 222, 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a11v251.pdf.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78/76>>. Acesso em 26 Jan 2015.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, p. 558.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. *Campo – Território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 10, p. 92 – 122, 2010.

THOMAZ, JR, Antônio. **A territorialização do monopólio**: o caso das agroindústrias em Jaboticabal. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1988.

VIERA, L. F. **A citricultura no Estado de São Paulo e a contribuição da pesquisa bibliográfica citrícola nacional**. São Paulo: ITAL, 1976, p. 91.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Agricultura Familiar no Brasil: um Espaço em Construção. In.: **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. V. 25, 1995.

APÊNDICE

a) ROTERIRO DE ENTREVISTA REALIZADO NA FAZENDA ÁGUA MILAGROSA NO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



ENTREVISTA REALIZADA NA FAM NO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP

Data da coleta: __/__/____.

- 1) A raça de gado Tabapuã é criada para qual finalidade mais especificadamente? Corte ou leite? Exportação ou para atender ao mercado interno?

- 2) É um gado mais de confinamento ou não?

- 3) Em quais tipos de ambientes (regiões, clima, relevo, dentre outros fatores) este animal é capaz de se adaptar e ter um melhor aproveitamento?

- 4) No que essa raça se destaca, das demais? (o que ela tem de diferencial das demais raças, que faz ela se sobressair no mercado?) E como esta raça, ganhou mercado?

- 5) Esse gado ele é acessível a todos os tipos de produtores rurais?

- 6) Para o senhor, o que significa a inserção de uma raça de gado em uma determinada região em termos econômicos e até mesmo social?

- 7) Qual a importância do gado Tabapuã e da Fazenda Água Milagrosa para o município de Tabapuã?

- 8) A expansão de monoculturas, como por exemplo, da cana-de-açúcar, vem substituindo espaços antes destinados à produção da pecuária? Se sim, de qual forma? E isso está gerando algum impacto, ou não no seu ponto de vista?

b) ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO JUNTO AOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



QUESTIONÁRIO REALIZADO JUNTO AOS EMPREENDEDORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP

Data da coleta: __/__/__.

PERFIL DA POPULAÇÃO LOCAL:

- 1- Iniciais do Nome do Responsável (definir apenas 01): _____
- 2- A responsabilidade pelo domicílio é de mais de uma pessoa? Se sim, quantas?
- 3 - Quanto anos faz que o Sr.(a) reside na propriedade?
- 4- Alguma pessoa que morava com o Sr.(a), reside definitivamente fora da propriedade? Se sim, quais os locais de destino? E o motivo?
- 5- Há familiares que moram em Tabapuã ou outros lugares? Estes se consideram moradores daqui ou de onde permanecem?
- 6- Com que frequência os moradores desta residência vão à cidade?
- 7- Como o Sr.(a) se identifica?
 Camponês Empreendedor Rural Agricultor Familiar
 Empresário Rural Apenas como Agricultor
 Outro. Qual? _____
- 8- Quais são os motivos, que faz o Sr.(a) permanecer morando no campo?

PERFIL DO EMPREENDIMENTO RURAL

- 8- Iniciais do Nome e Localização (coordenada geográfica) da propriedade: _____
- 9- Área em hectares: _____
- 10- Este estabelecimento é:
 próprio de algum morador-já pago Próprio de algum morador-ainda pagando
 alugado cedido por empregador arrendado ocupado outra condição
- 11- Se o estabelecimento é alugado ou cedido por empregador: Qual o local de origem do proprietário:

- 12- Essa propriedade possui escritura?
- 13- O Sr. (a) solicitou algum tipo de financiamento bancário para a produção rural nos últimos 5 anos? Se sim, qual?
- 14- Existem funcionários assalariados? Se sim, quantos? E é com carteira assinada ou sem carteira assinada?
14. 1- Qual é a média dos salários pagos para os assalariados? _____
- 15- Qual a sua opinião sobre o trabalho realizado pela Prefeitura em favor da realização das atividades agrícolas, conservação das estradas e pontes?

INFRAESTRUTURA DO EMPREENDIMENTO RURAL

16- O esgoto é descartado em:

Rede geral de esgoto ou pluvial Fossa Séptica Fossa Rudimentar Rio, lago

17- A forma de Abastecimento de Água é:

Rede Geral de Distribuição Poço ou nascente na propriedade Poço ou nascente fora da propriedade Rios, açudes, lagos Cisternas

18- Existe água canalizada?

Sim Não

19- O lixo é:

Coletado por serviço de limpeza Colocado em caçamba de serviço de limpeza

Queimado na Propriedade Enterrado na Propriedade Descartado em Rio, Lago Levado para cidade

20- Existe Energia Elétrica?

Sim, de companhia distribuidora Sim, de outras fontes (solar, eólica) Não

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

21- Quais os principais produtos agrícolas cultivados na propriedade?

21.1- Qual a produtividade de cada cultivo (em quantidade/hectare)?

22 – O Sr.(a) sabe informar se nessa propriedade já se produziu ou produz café?

22 - O Sr.(a) sabe informar se nessa propriedade já se produziu ou produz laranja?

23 – E de que forma se dava/dá a comercialização desse(s) produto(s)?

contrato com empresa para vender no mercado local/cidade ou região

não era pra comercialização, apenas para consumo

24 – Caso já tenha plantado ou plante café na propriedade, qual era o sistema implantado?

meação produção independente Outro. Qual? _____

25 – Caso já tenha plantado laranja ou plante, havia/há contratação de boias-frias na época de colheita?

Sim Não

26- O Sr.(a) arrenda a terra para usina de cana-de-açúcar? Se Sim, para qual usina o Sr.(a) arrenda?

27 -O contrato é de quanto tempo?

26 – Qual é o valor da tonelada paga pela usina por hectare?

28 - A usina paga no dia certo?

Sim Não

29 – O Sr.(a) cria gado?

Sim Não

Se Sim, quantas cabeças de gado tem na propriedade?

29.1 - E de que raças?

30 - Possui criação animal e/ou de algum produto animal (ovo, leite) destinado ao consumo humano?

Sim, Comercialização Sim, Próprio Consumo Não

Caracterização: _____

Qual a produtividade de cada criação: _____

31- Para a realização da sua produção, o Sr. (a) conta com auxílio de algum maquinário?

Sim Ordenhadeira Tratores. Outros: _____ Não

32- Na propriedade possui algum animal de estimação?

Sim. Quais? _____ Não

33- Produz algum tipo de artesanato, doces, queijos?

Sim, Comercialização Sim, Próprio Consumo Não

34- Já pensou na possibilidade de agregar renda a partir de atividades diferentes das já realizadas na propriedade, tais como turismo, Lazer Rural?

Sim Não

Se Sim: Existe algum atrativo natural (cachoeira, rio, mata nativa) na propriedade?

Descrever:

PERCEPÇÃO DA PAISAGEM E DO TURISMO

35- Entre excelente, bom, péssimo, como o Sr. (a) classifica a experiência de viver nesta propriedade?

Excelente Bom Péssimo

36- Quais as principais belezas naturais da região?

37- O que o Sr. (a) acha que deveria mudar na área em questão, para melhorar a vida dos moradores e produtores rurais?

38- O Sr.(a) acha que o turismo pode ser o caminho para essa melhoria? Por quê?

39- O Sr.(a) tem algum receio em relação ao comportamento dos visitantes?

OBSERVAÇÕES: